

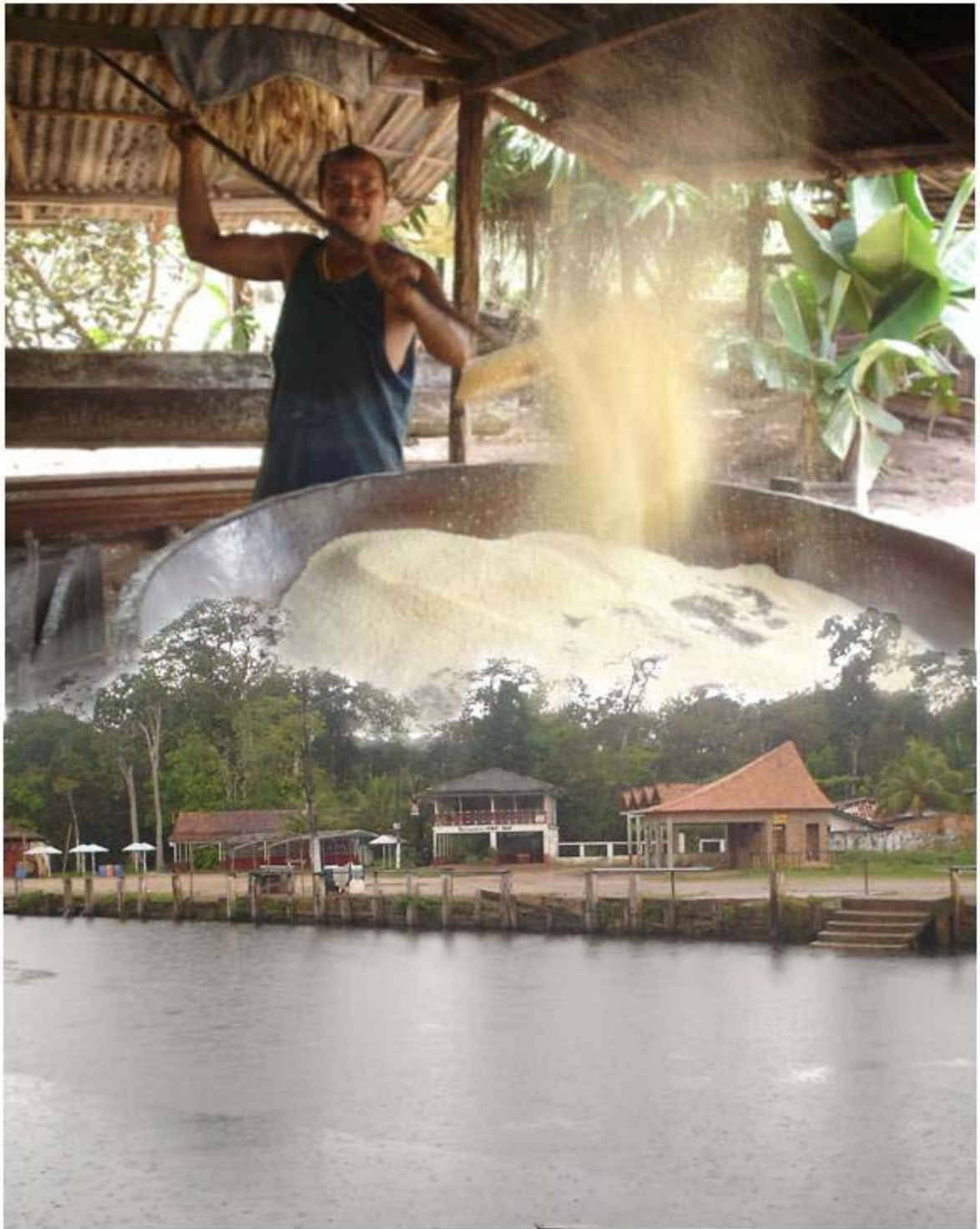
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS COM ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

MARILÉIA DA SILVEIRA NOBRE

ENTRE O “TRABALHO NA ROÇA” E A “VENDA NA BEIRA”

Um Estudo da Dinâmica no Modo de Vida das Famílias de Caraparu-Pará

**BELÉM
2007**



MARILÉIA DA SILVEIRA NOBRE

ENTRE O “TRABALHO NA ROÇA” E A “VENDA NA BEIRA”

Um Estudo da Dinâmica no Modo de Vida das Famílias de Caraparu-Pará

Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais, com área de concentração em Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lourdes Gonçalves Furtado.

BELÉM
2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca de Pós-Graduação do CFCH-UFGA, Belém-PA - Brasil)

Nobre, Mariléia da Silveira

Entre o “trabalho na roça” e a “venda na beira”: um estudo da dinâmica no modo de vida das famílias de Caraparu-Pará; orientadora, Lourdes Gonçalves Furtado. - 2007

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2007.

1. Mudança social. 2. Agricultura familiar - Santa Izabel do Pará (PA). 3. Comunidades agrícolas - Condições sociais. 4. Turismo - Aspectos econômicos. I. Título.

CDD - 22. ed. 303.4

MARILÉIA DA SILVEIRA NOBRE

ENTRE O “TRABALHO NA ROÇA” E A “VENDA NA BEIRA”

Um Estudo da Dinâmica no Modo de Vida das Famílias de Caraparu-Pará

Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais, com área de concentração em Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lourdes Gonçalves Furtado.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Lourdes Gonçalves Furtado (Orientadora)
Museu Paraense Emílio Goeldi

Prof^ª. Dr^ª. Denize Genuína da Silva Adrião (examinadora externa)

Prof^ª. Dr^ª. Maria Angélica Motta-Maués (examinadora interna)

Belém
2007

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmãos, meu eterno carinho pelo amor e dedicação com que sempre pude contar nos momentos de descontração entre um capítulo e outro deste trabalho.

Ao Carlos Alberto, um abraço carinhoso pela compreensão, amor e amizade que sempre me acompanharam neste caminho que me ajudou a percorrer.

À Angélica Motta-Maués, um abraço maternal sempre presente com contribuições importantes para a realização deste trabalho. Agradeço pelas indicações bibliográficas, pelo carinho e paciência por ler meu trabalho com carinho. Professora e amiga com quem sempre pude contar.

Ao professor Flávio Leonel, um abraço amigo. Agradeço pelas orientações informais em sala de aula, pelas contribuições indispensáveis que sempre me auxiliaram na construção e realização deste trabalho.

À professora Lourdes Furtado por me guiar em um caminho que, a princípio, me parecia nebuloso e cheio de armadilhas e que ela me auxiliou a desvendar. Agradeço pela paciência e pela compreensão que sempre teve comigo.

Ao Alessandro Nobre, o Ale amigo fiel e generoso. Agradeço por sempre me “socorrer” quando o assunto se referia às correções lingüísticas.

Aos professores do Mestrado que também deram importantes contribuições para a realização deste trabalho.

À Rosângela e ao Paulo, da secretaria do Mestrado, pelo carinho e atenção.

Aos meus colegas de sala de aula pelas contribuições indispensáveis durante a construção deste trabalho.

Ao Doutor Leandro Ferreira do Museu Emílio Goeldi por sua contribuição no processo de localização geográfica do croqui da Vila de Caraparu.

Ao José Miranda pela ajuda indispensável que sempre pude contar.

Às famílias da Vila de Caraparu que me permitiram adentrar em seu universo sócio-cultural.

À Dona Deusa, à Dona Santinha, à Maria, ao Seu Lago, ao Seu Manduquinha, ao Jair, à Dona Dora, seu esposo e filhos por me receberem com carinho e amizade durante minhas idas e vindas ao campo de pesquisa.

Às instituições que viabilizaram este trabalho, Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais; a Fundação e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

“Preferia a Vila como era antes, mas a gente tem que acompanhar a evolução do mundo”.

Seu Lago (morador de Caraparu)

“O tempo da tranquilidade da Vila já passou, a gente não vai pra trás, o jeito que tem é acompanhar a mudança né. Agora se fosse pra escolher, seria melhor como era antes”.

Dona Deusa (moradora de Caraparu)

“O balneário tirou o nosso silêncio, a Vila ficou mais agitada. Antes era melhor, mais respeitoso”. ... “A Vila depois desse balneário mudou”.

Seu Manduquinha (morador de Caraparu)

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT	10
LISTA DE SIGLAS	11
LISTA DE FIGURAS	12
1 PERCORRENDO OS CAMINHOS QUE LEVAM AO VIVER LOCAL EM CARAPARU	14
1.1 MÉTODO E TÉCNICAS DA PESQUISA: O TRABALHO DE CAMPO.....	29
2 SITUANDO CARAPARU	35
2.1 CARAPARU NO CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL.....	37
3 O VIVER LOCAL	50
3.1 PARENTESCO, SABERES E COSTUMES.....	50
3.2 CRENÇAS E REPRESENTAÇÕES LOCAIS.....	73
3.3 O “CÍRIO DO CARAPARU” É ESPERADO O ANO INTEIRO.....	78
4 AS ATIVIDADES ECONÔMICAS EM CARAPARU	89
4.1 O “TRABALHO NA ROÇA”.....	89
4.2 COMÉRCIO DO TURISMO OU “VENDA NA BEIRA”?.....	99
4.3 OS “MEEIROS DA BEIRA”.....	108
5 NOTAS CONCLUSIVAS	122
REFERÊNCIAS	130

RESUMO

Este trabalho procura refletir sobre a dinâmica no modo de vida das famílias de tradição agrícola da Vila de Caraparu, pertencente ao município de Santa Izabel do Pará. A finalidade maior é, a partir de tais reflexões, compreender como essa dinâmica viabilizou um comércio paralelo a atividade econômica tradicional constituída em base familiar qual seja, a agricultura familiar em que as famílias locais a denomina de “trabalho na roça”. Nesse sentido, realizar um estudo etnográfico das duas atividades econômicas coexistentes nessa localidade está sendo fundamental para se apreender os efeitos causais do processo de mudança no viver local. Devo dizer que, não é minha intenção compreender os efeitos de tal mudança a partir de eventos isolados como o “Círio do Caraparu” ou as crenças míticas locais. Meu objetivo aqui é observar e analisar o modo de vida das famílias que residem na Vila de Caraparu para, com base nisso, compreender como a dinâmica social é capaz de levá-las a reorganizar e criar novos arranjos econômicos com a introdução de uma nova atividade qual seja, o comércio gerado com o turismo nessa região, denominado pelos moradores de Caraparu de “venda na beira”. Desse modo, é importante compreender esse processo como um fator causal que chega no interior de qualquer grupo social com a dinâmica local.

Palavras-chave: Mudança social. Agricultura familiar - Vila de Caraparu (PA). Turismo - Aspectos econômicos.

ABSTRACT

This dissertation intends to do a reflection over the dynamic of the way traditional agriculture families from Caraparu live. This village belongs to Santa Izabel do Pará city. The main purpose is to understand how that dynamic promote a commerce parallels to a traditional economy constituted through a family basis, that is familiar agriculture which those families call “work in arable land”. That way, to accomplish an ethnographic study of both economic activities coexistent in that area, is essential to apprehend the causal effects of such change in local living. I must explicit that is not my intention to understand those effects through isolated events such as the mythic beliefs and the Caraparu Taper. My goal is to observe and analyze those families’ way of living in order to understand how the social dynamic can make them reorganize and create new economic arrangements with the introduction of a new activity as a commerce generated with a tourism in that region. This commerce is called “border selling” by the natives of Caraparu. That way, is important to understand that process as a causal factor which comes to the center of any social group with a local dynamic.

Key-words: Social changing. Familiar agriculture - Caraparu Village (PA). Tourism - Economic aspects.

LISTA DE SIGLAS

CELPA – Centrais Elétricas do Pará

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IBGE – Instituto de Geografia e Estatística

NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

OMT – Organização Mundial do Turismo

RBA – Rede Brasil Amazônia

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SBT – Sistema Brasileiro de Televisão

UFPA – Universidade Federal do Pará

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Varadouro dos índios tupinambá.....	22
Figura 2: Mapa adaptado de Santa Izabel do Pará.....	25
Figura 3: Croqui do núcleo da Vila de Caraparu.....	32
Figura 4: Visualização do trajeto principal até a Via de Caraparu.....	33
Figura 5 O comércio nas ruas e nas portas das residências dos moradores.....	40
Figura 6: O Seu Manduquinha em sua residência no núcleo da Vila de Caraparu.....	40
Figura 7: A residência da Maria onde se evidencia elementos da cultura citadina.....	41
Figura 8: O “pote” de barro na casa do Seu Paulo, como um elemento da cultura rural- agrícola.....	42
Figura 9: O Seu Lago em sua residência na área de “roça”.....	43
Figura 10: A barraca de tacacá e vatapá de uma moradora da Vila de Caraparu.....	45
Figura 11: Bar do Bolacha”.....	46
Figura 12: Dona Maria José em sua barraca de tacacá.....	46
Figura 13: Jair com o aluguel de canoas na “beira” do rio Caraparu.....	47
Figura 14. O “Point do Açai”.....	49
Figura 15: A estrada da Vila do Lago.....	49
Figura 16: Maria servindo o almoço.....	52
Figura 17: Neném em sua residência ouvindo um radinho de pilha.....	52
Figura 18: Dona Dora, Preto, Neném e seu primo descascando a mandioca.....	55
Figura 19: O sexto de talas de guarumã na casa de Seu Paulo.....	56
Figura 20: O Seu Noel “jogando a farinha pro alto”.....	58
Figura 21: Reunião familiar na preparação da farinha na casa do Seu Lago.....	59
Figura 22: Os ambulantes e suas vendas na orla do rio Caraparu.....	66
Figura 23: As barracas de churrasco dos moradores de Caraparu.....	67
Figura 24: Os “marinheiros promesseiros”.....	72
Figura 25: O arraial em torno da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.....	74
Figura 26: O “trabalho na roça”.....	83
Figura 27: A “venda na beira”.....	83
Figura 28: “O pessoal de fora” bebendo e se divertindo no balneário.....	87
Figura 29 O “retiro” de dona Iracema no quintal de sua residência.....	94

Figura 30: O bar de dona Iracema ao lado de sua residência.....	94
Figura 31: O momento em que o “Balneário Caraparu” está sem “o pessoal de fora”	97
Figura 32: O momento em que “o pessoal de fora” se diverte nos bares e nas águas do rio Caraparu.....	97
Figura 33 Os “meeiros da roça” na divisão das tarefas, durante a preparação da farinha na unidade de produção familiar, ou “retiro”.....	105
Figura 34 Os “meeiros da beira”	105
Figura 35 O “canoeiro” Aldenor no trabalho na beira do rio Caraparu.....	106
Figura 36 A cunhada de Aldenor na venda do churrasco na “beira” do rio Caraparu.....	106

1 PERCORRENDO OS CAMINHOS QUE LEVAM AO VIVER LOCAL EM CARAPARU

O que me levou à escolha da Vila de Caraparu como *locus* de pesquisa tem sua razão de ser: primeiro pela facilidade de acesso à localidade, pois resido no município de Santa Izabel do Pará do qual faz parte a Vila de Caraparu, e segundo, pela minha inquietude enquanto nativa de querer compreender, a partir de uma análise antropológica, o processo dinâmico da mudança no modo de vida das famílias de tradição agrícola de Caraparu com a incorporação de uma nova prática econômica à agricultura familiar local. Desse modo, se compreende que o ano de 1989 constitui um marco histórico no processo dinâmico de mudança no modo de vida dessas famílias, na medida em que a criação do “Balneário Caraparu”¹, que ocorreu na primeira gestão do prefeito de Santa Izabel do Pará Edilson Abreu, gestão essa verificada no período de 1989 a 1992, incentivou a incorporação progressiva dessas famílias à esfera de uma economia de mercado gerada com o turismo nessa região.

Cabe salientar que já há outros estudos referentes à região tais como o de Barreto (2001), que fez uma análise sobre a “Caracterização dos solos da bacia hidrográfica do rio Caraparu” e o de Alda Selma Frota que desenvolveu uma pesquisa sobre os impactos sociais do turismo em Caraparu² para compor sua dissertação de Mestrado pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Entretanto, um estudo do processo dinâmico de mudança, a partir da observação etnográfica do modo de vida das famílias de Caraparu, ainda não foi pensado para a compreensão dos fatos sócio-econômicos que são perceptíveis nessa localidade.

Nessa perspectiva, a finalidade maior deste trabalho é refletir sobre a dinâmica no modo de vida rural em Caraparu, tendo como referencial histórico a implementação do “Balneário Caraparu”, localizado às margens do rio Caraparu. Desse modo, observar e analisar esse modo de vida fornece um “pano de fundo” por meio do qual do qual desejo inquirir algumas das maneiras como o processo dinâmico da mudança serve para reorganizar

¹ O “Balneário Caraparu” corresponde a um espaço aterrado à beira do rio Caraparu que corta a região da Vila de Caraparu. Nesse espaço, se concentram os bares e as barracas dos moradores locais que trabalham com a “venda na beira”.

² Este trabalho ainda não está disponível nas bibliotecas das instituições federais de ensino e pesquisa, pois a autora referida ainda não o disponibilizou para fins de pesquisa.

social e economicamente o modo de vida de uma comunidade tradicionalmente constituída de agricultores que, por motivos diversos, estão se dedicando ao comércio gerado com o turismo.

A iniciativa de se estudar o modo de vida dessas famílias foi por ter a percepção, agora com um olhar mais apurado pelas leituras antropológicas, de que o estudo dos impactos sócio-culturais do turismo nos espaços de sociabilidade das famílias de Caraparu não era o enfoque principal da pesquisa como se pensava anteriormente por ocasião da construção do problema, pois quando retornei ao campo de pesquisa no início de maio de 2006, em que permaneci durante todo o mês de maio, percebi que tal estudo seria inviável sem a compreensão do processo de mudança no modo de vida dessas famílias que, além da atividade agrícola, estão, desde o fim da década de 80, com a criação do “Balneário Caraparu”, garantindo um aumento na renda familiar com a venda na orla do rio Caraparu voltado para os visitantes.

A compreensão do viver local familiar é importante para se analisar como as famílias de Caraparu, que sempre viveram do “trabalho na roça” vêm, dinamicamente, criando novos arranjos sócio-econômicos aos moldes de uma economia de mercado. Desse modo, apreender os fatores causais da mudança no viver local é relevante para a percepção dos interesses convergentes dos grupos sociais que agora se dedicam a uma nova atividade econômica. Como enfatiza Sahlins (1990), há mudança quando existem interesses, pois os sujeitos da história são conscientes das mudanças sociais de sua sociedade.

Para Sahlins (1990), existem interesses comuns que levam à alteração nas estruturas sócio-culturais de grupos específicos, isto é, a mudança poderá acontecer, mas é o que o grupo deseja. Segundo esse autor, a cultura é produzida e alterada na ação. No caso em estudo, tal ação poderá vir a acontecer na relação de contato entre duas formas econômicas distintas qual seja, a agricultura familiar e o comércio do turismo na orla do rio Caraparu. Sobre essa questão Godelier (1973) enfatiza que a organização econômica de uma sociedade não pode ser analisada apenas pelo viés econômico, pois é importante evidenciar a ordem simbólica e cultural dos grupos em estudo, ou seja, evidenciar que o fator econômico não se limita apenas à lógica do mercado. Dessa maneira, é importante analisar os aspectos históricos e sócio-culturais com sua dinâmica interna que levam as sociedades à prática do sistema de comércio ou troca.

No contexto de Caraparu, é possível que a inserção progressiva dessa localidade, tradicionalmente constituída por agricultores, ao comércio do turismo esteja acontecendo por interesses convergentes, pois o que se percebe é que os moradores locais nem sempre são passivos a essa mudança, eles são ativos e fazem parte desse processo, na medida em que a

atividade turística é aceita por uma parcela significativa da população de Caraparu. Nesse sentido, é interessante apreender os relatos do Jair (34 anos morador de Caraparu, filho de agricultor).

Hoje eu vivo mais do negócio da beirada, com o balneário mudou pra melhor, porque quando trabalhava só na roça a situação era mais ruim, tinha dificuldade de alimentação, hoje trabalhando com aluguel de canoa, eu ganho uma faixa de 100 reais por dia, trabalhando sexta, sábado, domingo e segunda.

Pelo que se percebe na fala do Jair, o comércio do turismo em Caraparu viabilizou maiores ganhos para sua família. No entanto, quando indagado se o modo de vida em Caraparu era melhor antes da implementação do balneário, ele entra em conflito, pois, apesar desse comércio trazer benefícios econômicos para a comunidade, ele reconhece que a tranquilidade de outrora já não é tão perceptível nos dias atuais. Essa tranquilidade é descrita como um fator de segurança para a comunidade, pois a violência não tinha tanta visibilidade como nos dias atuais. Vejamos o que ele diz sobre essa questão:

Eu gosto mais agora, porque tá melhor pra mim, mas eu gostava mais antes pra viver, era tranquilo, dormia com a porta aberta, não tinha esse negócio de maconha, agora já tem, pegava peixe na beira. Mas, pra ganho melhorou, mais a gente quer tranquilidade, mas não tem dinheiro né aí, fica difícil, época boa aquela de morar, mas, não tinha dinheiro (Jair).

Um fator interessante em sua fala é que ele descreve dois momentos distintos com relação ao modo de vida na comunidade. O primeiro diz respeito à afirmação de que, antes da implementação do “Balneário Caraparu”, os moradores da Vila tinham mais tranquilidade e segurança, porém sem meios de “ganhar dinheiro”. O segundo momento diz respeito aos ganhos econômicos gerados com o comércio direcionado ao turismo nessa localidade, o que viabilizou algumas mudanças no viver local. Nessa direção, Mair (1965, p. 264) corrobora tal assertiva ao enfatizar que: “todos os membros de uma sociedade não estão igualmente prontos a aproveitar as novas oportunidades, sobretudo quando a sua realização incorre num grande afastamento do modo de vida a qual estão acostumados, como acontece em muitos países em desenvolvimento”.

Dessa forma, tomei a iniciativa de realizar tal estudo no intuito de compreender como está acontecendo a mudança no modo de vida dessas famílias a partir de uma descrição etnográfica das duas atividades econômicas que estão a coexistir em Caraparu. Para tanto, o

diálogo com alguns autores que tratam do processo de mudança social contribuirá para o entendimento e a compreensão de tal fenômeno. Dentre eles está Cândido (1979) que estudou os efeitos da intervenção capitalista no modo de vida num agrupamento de caipiras no interior de São Paulo, mais especificamente no município de Bofete. Esse fenômeno não deixa de ser perceptível em Caraparu, pois o comércio voltado para o turismo nessa localidade está se constituindo como um modelo de desenvolvimento capitalista que está a prenunciar um afastamento no modo de vida a que estão acostumadas as famílias locais. Tal afastamento poderá acontecer tanto por interesses de grupos internos como por influências externas. Essas influências, por sua vez, estão se processando no âmbito da prática do comércio voltado para o turismo em Caraparu. As famílias locais, tanto por necessidades econômicas como por sociais, estão envolvidas nesse processo.

Além do autor referido anteriormente, faço referência também neste trabalho a Godelier (1973), cujos estudos em Antropologia econômica serão relevantes para a apreensão da relação entre economia e as questões sociais em Caraparu e, Sahlins (1990), que em sua obra “Ilhas de Histórias” evidencia a quebra da estrutura da sociedade havaiana por meio do contato dos viajantes ingleses com essa sociedade. Esse autor salienta que houve uma alteração na estrutura da sociedade havaiana por interesses dos grupos dominantes locais, ou seja, essa estrutura não foi modificada pela “invasão” dos ingleses, mas que havia todo um interesse dos grupos dominantes. Desse modo, o comércio do turismo em Caraparu constitui uma forma de atividade em que pode mudar ou afetar uma ordem econômica presente entre as famílias de agricultores locais. No entanto, haverá alteração na estrutura de acordo com os interesses dos grupos inseridos nesse processo, e como já foi dito, há mudança quando também há interesses convergentes entre esses grupos.

Convém lembrar que o processo de mudança no modo de vida das famílias de Caraparu tem como marco histórico a criação do “Balneário Caraparu”, que possibilitou a inserção de uma nova atividade econômica nessa região, permitindo a coexistência de duas práticas econômicas em Caraparu, a saber: a agricultura que ainda constitui, tradicionalmente, a principal atividade local, identificada como o “trabalho na roça” e o comércio de trocas monetárias, gerado com o turismo identificado pelos moradores locais como “venda na beira”.

Sobre essa questão, Cândido (1979) enfatiza que as áreas rurais não resistirão por muito tempo à expansão da economia capitalista. Processo que repercute profundamente na organização social das famílias rurais de tradição agrícola em várias partes do mundo principalmente nos países em desenvolvimento. Nestes países, as formas de organização do trabalho familiar acabam por se diluir progressivamente criando novos arranjos sócio-

econômicos aos moldes da economia de mercado e de compra e venda da força de trabalho. Isto não significa, certamente, que o meio rural não tenha desenvolvido um tipo de comércio baseado em trocas econômicas “pré-capitalistas”. Fernandes (1979), em seus estudos “[...] sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil”, enfatiza que a expansão de formas de produção capitalista se processa com maior lentidão no meio rural que na cidade. Como consequência disso, ele argumenta que na economia agrária coexistem, durante maiores períodos de tempo, formas capitalistas de mercantilização com formas “pré-capitalistas, subcapitalista e capitalista de produção”.

Com efeito, numa comunidade como a de Caraparu, ainda vigoram relações econômicas pré-capitalistas através das trocas que, tal qual identificado em Itapuá por Maués e Motta-Maués (1999), realizam-se por meio de uma parcela do produto que não irá ser consumida pela família. Esta parcela se transforma em mercadoria para atender as necessidades de consumo indispensáveis à família. A comercialização é feita por meio de um sistema de intermediação em que o produto é comprado a baixos preços em virtude da presença do atravessador. Isto acarreta prejuízos para o pequeno agricultor, que não podendo adquirir um “excedente monetário” para pequenos investimentos em sua produção agrícola, acaba por se limitar a uma atividade econômica que combina, segundo esses autores, autoconsumo e uma pequena comercialização.

Tal processo é observável na região de Caraparu quando se percebe no dia-a-dia o comportamento dos pequenos agricultores da região com relação à baixa safra agrícola tanto para a comercialização, enquanto valor de troca, como para o consumo. Isto é perceptível na fala do Seu³ Chicoã (77 anos, agricultor em Caraparu) quando ele informa o valor quantitativo da safra agrícola por volta dos idos da década de 80.

Aqui se juntava 400 sacas de farinha, arroz, ou milho. Hoje não se vê nada disso, o que tem é 5 ou 6 tarefa de roça que só dá pro sustento da gente, os colonos venderam seu terreno pros fazendeiros, porque achavam que ia ter um estudo avançado lá fora, [Santa Izabel e Belém] mas não pensavam no futuro que eles tinham que trabalhar na roça, aí vai trabalhar empregado pro próprio fazendeiro (Seu Chicoã).

O Seu Lago (74 anos, agricultor em Caraparu), relatou que até o início da década de 80 quando da gestão do prefeito municipal Alderico Queiroz de Miranda, houve alguns projetos de incentivo a agricultura familiar. A administração municipal da época requereu

³ Faço uso neste trabalho das formas de tratamento “Seu” e “Dona” e não “Senhor e Senhora” primeiro como forma de respeito às pessoas que estão em uma faixa etária mais elevada em relação a minha e segundo, por ser a forma como essas pessoas são tratadas em Caraparu.

alguns lotes de terra em Caraparu para usufruto coletivo das famílias que não tinham condições econômicas de preparar suas terras para o plantio. Segundo o Seu Lago, após a colheita, a prefeitura transportava as verduras, frutas e o tucupi para a feira do produtor rural na sede do município de Santa Izabel e para as feiras de Belém. Os agricultores recebiam uma pequena quantia pela venda de seus excedentes agrícolas. Com a venda dos excedentes como o tucupi, o açaí, a pupunha e as verduras os pequenos colonos investiam na “roça” de mandioca para o sustento familiar. Nos dias atuais, com a falta de investimentos nesse setor, os pequenos agricultores de Caraparu ficaram a mercê dos atravessadores da região.

O Seu Paulo Góis (58 anos, agricultor em Caraparu) esclarece melhor a interferência do atravessador nessa região quando fala de um agricultor que reside na Vila da Maravilha, região de Caraparu. Esse agricultor, segundo Seu Paulo, pode ser considerado um atravessador na região.

A agricultura aqui era muito forte, a gente plantava até 32 tarefas e tirava de segunda a sábado. Vendia goma para o Mundoca lá na Maravilha, porque ele mexia com farinha de tapioca. O que aconteceu é que a venda ficou fraca porque ele baixava o preço da goma pra revenda dizendo que tava fraca a venda dele. Mas, a demanda da goma tava alta. Ele tava enricando na minha costa, porque ele queria comprar barato da gente (Seu Paulo).

Hoje, segundo informações junto aos agricultores locais, muitos colonos venderam suas áreas agrícolas para pessoas de outras regiões. Essas praticaram o desmatamento no intuito de prepararem a terra para a criação de gado, construções de granjas e olarias. Isto porque a Prefeitura de Santa Izabel, sob a administração de Edílson Abreu, após a gestão do Alderico Miranda, não deu continuidade aos poucos investimentos, deixando para segundo plano o apoio financeiro aos pequenos agricultores. Por conta disso, muitas famílias “perderam” suas terras e muitos agricultores passaram à condição de assalariados trabalhando para esses fazendeiros. Outros trabalham no sistema de “meeiros”.

Com relação a esse sistema, o Seu Lago explicou como ocorre tal processo em Caraparu:

O agricultor que já não tem mais terra pra plantar pede pra gente terreno emprestado pra fazer roça, ele planta uma tarefa⁴ pra ele e outra pra mim. O carvão também é em metade com a gente. O pessoal da colônia venderam tudo o que tem, agora eles querem voltar pra colônia e não tem roça, não tem terreno, como diz o ditado: quem vende o que tem pedir vem.

⁴ Tarefa corresponde a uma determinada área de terra destinada ao plantio de produtos agrícolas. Segundo informações locais, uma tarefa corresponde a “cem braços de um homem” quando este os estende lateralmente.

Para os que ainda possuem suas roças, as dificuldades para a venda de alguns excedentes são constantes, como a mandioca não beneficiada que, segundo o Seu Paulo, tem sua produção para a venda em torno de 90 sacas por cada tarefa. No entanto, a presença do atravessador dificulta maiores ganhos no processo de comercialização do produto para as feiras e supermercados de Belém. Para o Seu Paulo, o que falta é apoio financeiro e incentivo para a busca de demanda, sem os atravessadores que visam lucros exorbitantes. Por causa disso, muitos agricultores como o Seu Lago e o Seu Paulo “vendem a roça em pé” ou “vendem em saca”.

A expressão “roça em pé” se explica pelo fato de esses agricultores prepararem a terra para fazerem a plantação de “roça” de mandioca, sem, no entanto, participarem do processo de colheita que é feita pelo interessado na compra da mandioca. Esses compradores são pequenos agricultores da região que, por terem contratos com algumas redes de supermercados de Belém, compram a matéria – prima, fazem todo o processo e vendem o produto final para essas redes de supermercados. Os agricultores locais chamam esses comerciantes de atravessadores. O valor de cada “tarefa de roça” custa em média 600 a 700 reais e a saca de mandioca custa 12 reais. Com relação a esses contratos, o Seu Paulo declarou que “é por causa que tem alguém por eles pra ajudar a conseguir esse contrato, a gente não consegue porque é difícil arranjar contrato sem alguém pra ajudar”.

Diante desse cenário, tem-se evidenciado que a agricultura não constitui mais a única base econômica para os moradores de Caraparu, pois o comércio na orla do rio Caraparu voltado para os visitantes vem se constituindo como uma das alternativas de sustento familiar, na medida em que a maioria dos moradores está se dedicando a esse comércio, uns como declarou Jair “é garçom, a mulher é na cozinha ou garçonete, os moleques juntam garrafas, trabalham no estacionamento reparando carro”. Segundo Banduci Jr. e Barretto (2001) o turismo constitui um fenômeno que chamou a atenção dos economistas, pois estes perceberam que com as pessoas, viajava também o dinheiro.

Esses autores definem o turismo numa abordagem *stricto sensu* como formas de deslocamento praticado por um tipo específico de viajante que é o turista. Eles salientam que existem muitos tipos de viajantes e o que os diferenciam dos turistas são características como o objetivo da viagem e o tempo de permanência no destino visitado. Desse modo, os turistas viajantes passam a ser habitantes temporários de locais nos quais não residem por um tempo determinado. Segundo Dias (2003), nos deslocamentos provocados pela atividade turística, vão sendo geradas necessidades de transportes, equipamentos e serviços no atendimento ao

turista. Isto provoca o surgimento de inúmeros negócios de pequeno e médio porte voltados para os visitantes.

Nessa perspectiva, o que se percebe na Vila de Caraparu é que o deslocamento de um grande contingente de pessoas para essa localidade pode ser considerado uma prática turística pelos motivos expostos por aqueles autores. Tal deslocamento se intensificou com a implementação do “Balneário Caraparu”. Com isso, houve um acréscimo de uma população flutuante que corresponde aproximadamente a cinco mil pessoas por fim de semana de julho. Dessa forma, em função desse balneário os moradores estão buscando, em complemento ao “trabalho na roça”, novos negócios voltados para essa atividade. As famílias locais acreditam que o “negócio da beirada” possibilita maiores ganhos do que o “trabalho na roça” em que o ganho é eventual.

O turismo que ascende em Caraparu pode ser denominado de “turismo de fim de semana”, pois se caracteriza principalmente pela prática usual de hospedagem na casa de parentes e amigos durante as férias e fins de semanas (de sexta a segunda-feira) e no período das festividades do Círio de Nossa Senhora da Conceição. Segundo os moradores locais, a divulgação pelos meios de comunicação da procissão fluvial do círio, realizada no dia 08 de dezembro, foi um dos motivos que levou a essas visitas.

Vale ressaltar que, o comércio na orla do rio Caraparu, segundo informações locais, ocorreu no início da década de 1980 com as poucas vendas de tacacá⁵ realizadas pelas senhoras da Vila de Caraparu e a venda de bebidas alcoólicas no único bar e residência de propriedade do Seu Cláudio das Chagas⁶ (agricultor na região de Caraparu). Essas vendas eram direcionadas a um público específico de visitantes, pois a maioria eram moradores da cidade de Santa Isabel do Pará, além de algumas pessoas da cidade de Belém que freqüentavam essa localidade fora do período das festividades do Círio de Nossa Senhora da Conceição. No contexto atual, a Vila de Caraparu, mais especificamente o “Balneário Caraparu”, é freqüentada em sua maioria, por residentes dos bairros periféricos da cidade de Belém. Isto porque os moradores de Santa Isabel se deslocaram para outras localidades ribeirinhas com menos afluxo de visitantes como a Vila de Conceição do Itá, pertencente ao distrito de Caraparu.

⁵ Bebida paraense feita do tucupi (retirado da mandioca) temperado e fervido com sal, alfavaca e chicória. O tacacá em Caraparu, como em muitas regiões da Amazônia, é servido com “goma” (espécie de creme feito com o polvilho da mandioca, água fervente e sal), camarão seco (salgado) e folhas de jambu cozidas com água e sal. O tacacá é servido com molho de pimentas de cheiro.

⁶ Devo justificar que nem todas as pessoas referidas neste trabalho foram indagadas quanto a sua faixa de idade. Isto porque algumas foram ouvidas informalmente e outras, por intermédio dos parentes próximos como o Seu Cláudio.

Cabe ressaltar que na Vila de Conceição do Itá há ainda presença de pessoas que vivem às margens do rio Caraparu, que corta esta vila. Assim como a Vila de Caraparu, Conceição do Itá poderá se tornar um atrativo para as pessoas de outras regiões que estão descobrindo as belezas naturais do lugar, a exemplo do rio de águas pretas e cristalinas. O afluxo de pessoas nessa última está proporcionando aos moradores locais um comércio de bebidas e comidas voltado para os visitantes. No entanto, tal afluxo não se constitui como turismo, na medida em que as pessoas que freqüentam esse local não passam a ser habitantes temporários dessa localidade. Essas pessoas, atraídas pelo rio, apenas freqüentam a Vila no sábado ou no domingo no intuito de se banharem nas águas pretas deste rio.

Retornando a discussão referente à Vila de Caraparu, o que se percebe é que, com um afluxo de pessoas cada vez mais intenso, aos poucos, a maioria dos moradores foi percebendo que havia oportunidades de ganhos complementares às atividades agrícolas. Isto porque muitos vendedores ambulantes oriundos da cidade de Santa Izabel e da capital - Belém, começaram a comercializar seus produtos como bebidas e churrascos na orla do rio por ocasião do Círio de Nossa Senhora da Conceição. Tal fato fica mais claro na fala do Jair.

“Viram o pessoal de fora vendendo e ganhando dinheiro e eles só olhando, começaram a vender na beira, pois não tinha dinheiro, o que arrumava na roça era pouco só pra comer”.

Desse modo, os moradores de Caraparu começaram a procurar alternativas de trabalho para garantir o maior proveito possível da temporada das férias e fins de semanas. No entanto, não se pode afirmar que os benefícios econômicos gerados com o comércio na Vila sejam direcionados especificamente a todas as famílias rurais dessa região, pois além de ser uma atividade sazonal em que o maior afluxo de visitantes ocorre nos meses de julho a dezembro, os maiores ganhos são para os proprietários dos bares localizados na orla do rio. Esses pequenos empresários são, em sua maioria, membros de famílias de tradição agrícola da região. Os maiores ganhos econômicos para esses proprietários, acontecem por meio do aluguel desses estabelecimentos para pessoas de outras regiões como o município de Belém.

A maioria das famílias que participam da “venda na beira” não possui estabelecimentos fixos, pois não têm condições financeiras de construí-los. Por conta disso, o comércio de comidas e churrascos na orla do rio Caraparu é realizado, por uma grande parcela da população local, em pequenas “barracas” construídas em madeiras e cobertas com uma espécie de material plástico. Diferente dos bares, essas barracas dispersas por toda a orla não são fixas no solo e vendem exclusivamente além do churrasco de gado, vatapá, tacacá e

maniçoba⁷. Nas outras épocas do ano, pelo menos de terça-feira a quinta-feira, a Vila volta ao seu “ritmo normal”. Alguns passam a viver do pouco trabalho nos “bares”, como são denominados pelos moradores locais todos os estabelecimentos que são fixos ao solo e têm como venda principal a cerveja. Outros procuram, além da pouca “venda na beira”, algum ganho no fabrico e venda do carvão, da “extração da pedra”, como é denominado o extrativismo mineral na região, e de um ou outro serviço extra, além do “trabalho na roça”.

Convém ressaltar aqui a diferença entre os bares que estão dispersos por toda a Vila e os que estão em torno do espaço do balneário. Os primeiros vendem particularmente bebida alcoólica, água e refrigerante com exceção no período do Círio e das férias de julho em que seus proprietários vendem além da bebida, maniçoba, pato e galinha no tucupi. Esses bares funcionam, em sua maioria, ou como uma espécie de “puxada” na frente da residência dos moradores da Vila como o de Dona Iracema (filha de Dona Deusa), ou ao lado da residência como o de Dona Izabel (sobrinha do marido de Dona Deusa). Já os segundos são bares que comercializam além de bebidas, comidas do tipo peixe frito, filé de carne de gado, de frango e de peixe, arroz e salada variada.

Diferente das “barracas de churrascos” onde os membros da família nuclear e os parentes próximos trabalham “de metade”, pois as condições financeiras os impedem de terem esse tipo de estabelecimento. Os donos dos bares, localizados na orla, são membros ou parentes de famílias de origem agrícola com maiores condições financeiras na localidade como a família de Dona Deusa e de seu irmão Cláudio. O Junião por exemplo, filho do Seu Cláudio, assim como outros proprietários na localidade, já possui alguns funcionários como garçons e cozinheiras que atuam somente no fim de semana e férias de julho.

Dos nove bares que estão dispersos por toda a orla do rio, cinco estão alugados para pessoas dos municípios de Belém e Marituba. Convém lembrar que algumas dessas pessoas são parentes dos donos desses estabelecimentos, entre os quais está o Seu Moisés, sogro do Seu Mindó, “filho de Caraparu”. O Seu Mindó foi um dos primeiros a ter “bar” na orla do rio. Mas há muito tempo pelo menos desde o fim da década de 1990 seu estabelecimento, que tem por nome “Mindós bar”, está alugado para seu genro que reside na cidade de Belém. Outro bar alugado é o “Beira-rio” cujo proprietário é o Seu Zinho, “filho de Caraparu”. Ele alugou este estabelecimento para o seu Ribamar que residia na cidade de Belém, mas hoje comprou uma casa na Vila de Caraparu para facilitar seu trabalho neste bar.

⁷ A maniçoba é uma comida paraense feita da folha da maniva que produz a batata chamada de mandioca. A folha da maniva deve ser cozida por aproximadamente oito dias. E neste meio tempo, a ela se acrescenta, assim como a feijoada, várias partes da carne do porco defumada, além do chouriço, sal, pimenta, alho e cheiro verde.

Cabe aqui abrir um parêntese para explicar o termo “filho de Caraparu”. Este termo faz referência às famílias que nasceram nesta localidade e que, por descenderem dos primeiros agricultores que viveram na região de Caraparu, têm sua identidade construída a partir do referencial “agricultor” e/ou “colono”. Retomarei esta discussão em capítulos posteriores deste trabalho.

Enfim, o modo de vida em Caraparu tem suas peculiaridades na medida em que e as famílias vêm desde a década de 80 buscando alternativas de aumento na renda familiar. Nesse sentido, o turismo é um elemento que emerge dessa situação em que as famílias de tradição agrícola estão progressivamente sendo incorporadas a essa atividade. Isto está a prenunciar transformações sócio-econômicas no modo de vida dessas famílias. Vale ressaltar que o processo que vem se constituindo em Caraparu não representa um fenômeno isolado, pois estudos realizados em outras regiões tanto do Pará como do Brasil comprovam que a atividade do turismo atrelada ao modelo econômico capitalista poderá desestruturar atividades econômicas de tradição agrícola com base familiar.

Nesse sentido, estudos como os de Adrião (2003), realizado em Salinópolis na Região do Salgado paraense em que focaliza o processo de transformação e mudança de uma população constituída, tradicionalmente, por pescadores artesanais frente ao “turismo balnear”, comprovam tal assertiva. Segundo essa autora, um aspecto importante a ser analisado nas novas relações de trabalho voltadas para o turismo em Salinópolis está no fato de que, na medida em que os moradores locais abandonam a pesca artesanal e a lavoura, que são ocupações tradicionais partilhadas pelos membros das famílias, e passam a se envolver com a atividade turística, as redes de relações sociais de parentesco, afinidade, compadrio e vizinhança são substituídas por relações com os visitantes.

Nessa direção, outro importante estudo a ser destacado neste trabalho é de Silva (2001) que faz uma análise antropológica dos impactos sociais decorrentes do turismo em uma comunidade tradicional constituída, basicamente, de pescadores de rede e agricultores de plantação para subsistência familiar. Silva, por volta de 1988 teve um primeiro contato com a comunidade dos Ingleses no Estado de Santa Catarina para um estudo que envolvia a coleta de dados sobre como a população entendia o processo saúde e doença e os itinerários de tratamento procurados pelas pessoas enfermas. A partir desse primeiro encontro estabelecido e da observação realizada na comunidade durante três anos, (1988-1990) ela conseguiu desenvolver uma série de interpretações do viver local e assim construiu, dessa forma, um olhar direto sobre as transformações que foram ocorrendo ao longo dos anos seguintes.

Quando essa autora em 1996 retornou à comunidade se surpreendeu com o contexto social lá encontrado, pois as moradias à beira-mar dos residentes locais tinham sido substituídas por muitos equipamentos turísticos como edifícios de dois e até seis andares, hotéis e inúmeros bares e restaurantes. Segundo ela, os moradores locais venderam seus terrenos que se tornaram de grande valor para os empreendedores do turismo, muitos desses moradores estavam trabalhando nesses empreendimentos como mão-de-obra barata. Desse modo, o que se percebe no meio rural é uma nova configuração do espaço, que segundo Miranda Neto (2003) atividades de cunho agrícola, pecuarista e pesqueiro, estão intimamente associadas às atividades não-agrícolas ligadas ao lazer de fim de semana e a prestação de serviços turísticos ligada ao comércio voltado para o visitante. Para esse autor, essas atividades se transformam em importantes e rentáveis alternativas de ganhos econômicos para os pequenos agricultores locais do meio rural.

Miranda Neto (2003) identifica esse processo como “o novo rural”, em que o maior impulso dinamizador está na fixação do homem no campo, antes ligado ao setor agrícola e hoje vinculado à combinação de formas diversas de ocupação. No entanto, tal processo tenderá a dar sinais de transformações no modo de vida das famílias locais, na medida em que ele poderá incorporá-las, dinamicamente, às novas formas econômicas de produção baseada em uma economia de mercado individualista e assim, abandonando, de certa forma, suas velhas tradições agrícolas baseadas na parceria familiar e nos costumes do meio rural. Isto é perceptível entre as famílias de Caraparu, pois muitos filhos de agricultores da região já não se interessam mais pelos costumes locais quando se trata do “trabalho na roça”. Muito embora ainda haja jovens agricultores que participam desse processo. No entanto, o que se percebe é que aqueles que já saíram da Vila de Caraparu e foram morar em Santa Izabel ou Belém, quando retornam para a casa dos pais na vila já trazem hábitos e costumes citadinos. Tal fato é perceptível na fala de uma jovem da localidade que sendo filha de agricultor, desde muito jovem já “mexia com roça”.

Eu casei e fui morar em Santa Izabel, agora que eu separei tive que voltar pra casa do meu pai aqui na Vila. Eu nem sabia mais fazer farinha e nem beiju⁸. Eu tenho é vergonha de fazer farinha, eu fico toda suja de massa de mandioca que fede muito, eu prefiro é ficar aqui na Vila e vender lá na beira, mas eu tenho que ajudar o papai aqui na roça (Alcinéia-filha do Seu Lago).

⁸ Bolinho achatado feito da massa da mandioca em que se põe no forno de fazer farinha para assar em folha da bananeira.

Ao contrário de quem vive no núcleo da Vila de Caraparu onde a “aceitação” dos costumes citadinos são mais visíveis talvez pela influência do comércio da “beira” e por conseguinte, pelo contato maior com os visitantes, nas áreas mais afastadas deste núcleo, os costumes tradicionais ainda persistem entre as famílias que participam do “trabalho na roça”. Isto é perceptível nos relatos de Neném (18 anos, filha do Seu Paulo) que reside nos arredores da Vila de Caraparu, onde se encontram os terrenos agricultáveis da região: “Eu não gosto de morar lá na Vila, porque eu gosto de mexer com roça e lá tem muito barulho e fofoca, aqui é mais calmo”. O que se percebe na fala dessa jovem é a permanência, nessa região, do modo de vida tradicional voltado para os costumes da “roça” em meio à “modernidade”, caracterizada pela “venda na beira”. Isto, porque as famílias que vivem no núcleo da Vila de Caraparu estão se dedicando mais às formas econômicas voltadas para o turismo. Essas possuem hábitos e costumes tanto da vida rural (agrícola) quanto do meio citadino (voltado para uma economia de mercado mesclada pela parceria e pela individualidade).

Vale ressaltar que faço referência neste trabalho à noção de “modernidade” tomada emprestada de Giddens (2000) para aludir o advento da modernidade como fruto de uma ordem econômica capitalista. Para esse autor “a expansão do capitalismo é a principal força motriz da mudança” (p.75). Para Adrião (2003, p.3), o sentido da modernidade está estreitamente relacionado “à mudança nas relações de trabalho da pesca para o de caseiro e outros serviços voltados para o balneário”.

Moreira (1993), quando estudou os aspectos da mudança entre os pescadores de Marudá, evidenciou que o tradicional era representado pelo curral, pelas embarcações feitas artesanalmente e pela alimentação baseada no peixe e na farinha de mandioca, enquanto o moderno se fazia presente nas casas construídas de alvenarias, nos hotéis e na televisão. Com efeito, entre os habitantes de Caraparu, a noção de tradicional e moderno é identificada no modo de vida das famílias que estão vivenciando uma espécie de trânsito contínuo entre o rural e o urbano, na medida em que se mesclam traços tanto do modo de vida rural, simples quanto do citadino. O viver local simples está baseado nas trocas comerciais, uma vez que os grupos sociais possuem habilidades e saberes culturais acerca do “trabalho na roça”, com o conhecimento do solo, das plantas e animais, além da época boa para o plantio agrícola. Já o citadino é proporcionado pelo comércio na orla do rio Caraparu. Comércio esse, baseado em uma economia de mercado, em que essas famílias também participam tanto como comerciante da “beira” voltado para a atividade do turismo, como freqüentadores dos bares dispersos por toda a Vila.

Tal qual a análise de Moreira (1993), esses traços se refletem também no lar das famílias de Caraparu com a presença de certos elementos da cultura citadina, tais como aparelhos de televisão, de som e de dvd, que coexistem com os elementos da cultura tradicional a exemplo das unidades de produção familiar. Os elementos da cultura citadina são mais visíveis entre aquelas famílias que residem no núcleo da Vila com maior aceitação do viver citadino. Bertrand (1973), ao analisar o “continuum rural-urbano”, salienta que as influências ambientais estão correlacionadas com as diferenças entre o rural e o urbano. Ele acrescenta que “quanto mais o ambiente se aproxima do rural ou do urbano, tanto maior serão as diferenças que caracterizam as pessoas ou os grupos nele incluídos” (p. 42).

Com efeito, em Caraparu, o trânsito entre rural-urbano não se dá somente no âmbito campo-cidade, mas também entre as áreas mais afastadas, onde se encontram os terrenos agrícolas e o núcleo da Vila de Caraparu. Este trânsito é possibilitado pelas famílias de agricultores que, ao mesmo tempo em que participam da “lida na roça”, estão inseridas também no comércio voltado para os visitantes, freqüentadores do balneário. Neste aspecto, tal como evidenciado por Adrião (2003), a despeito de seus estudos sobre o pescador-lavrador de Salinópolis, o núcleo da Vila de Caraparu e as áreas agrícolas são marcadas por um misto entre os elementos da vida tradicional ligada à “roça” e os elementos de um universo particular atrelado ao comércio do turismo aos moldes de uma economia de mercado urbano-capitalista. No viver tradicional, ainda se vê a solidariedade entre os grupos familiares, no que tange à “lida na roça”.

Com relação ao “barulho” referido na fala da jovem Neném, trata-se da movimentação intensa de visitantes e aos sons eletrônicos oriundos dos diversos bares, localizados na parte central da Vila de Caraparu e no balneário. Enquanto a “fofoca”, segundo ela, provém das pessoas que moram nessa parte da Vila que “gostam muito de falar da vida dos outros”. Sobre essa questão Elias (2000, p. 121) em sua obra “Os estabelecidos e os outsiders”, evidencia que o uso comum do termo “fofoca” faz referência “as informações mais ou menos depreciativas sobre terceiros, transmitidas por duas ou mais pessoas uma às outras”.

A partir dos relatos dessa jovem, a percepção que se tem é que as fofocas na Vila de Caraparu, assim como no *locus* de pesquisa desse autor, têm a função de excluir, de certo modo, as pessoas que, no caso desta localidade, moram próximas à área de “roça”. Essas pessoas, de, uma forma ou de outra, se relacionam com o comércio do turismo, pois quando não comercializam na orla do rio, vão aos bares “jogar bilhar”, tomar cerveja ou cachaça ou então observar o movimento dos visitantes na “beira”. Esses indivíduos, apesar de sua

participação nesse comércio, são, de certa maneira, excluídos socialmente por ainda terem hábitos e costumes peculiares do modo de vida da “roça”.

Uma questão importante analisada na fala de Neném é que, “o falar da vida dos outros” pressupõe um sentido de ordem social violada pelas pessoas que moram tanto nos terrenos agrícolas como no núcleo da Vila. Sobre essa questão Bertrand (1973, p. 49-50), argumenta que, “nas áreas rurais, a ordem social é mantida essencialmente por meios informais. Mexericos de vizinhos e outros mecanismos tornam-se importantes quando um membro da sociedade viola um código”. Em Caraparu, a violação desse código geralmente se dá por motivos diversos entre os quais podemos destacar, segundo observações diretas, “o clima” de paquera entre os visitantes e as pessoas da localidade. Além disso, o gosto pela bebida alcoólica, tanto por mulheres jovens e idosas como por homens “pais de família”, viabiliza as fofocas por algumas pessoas locais que não aceitam tal conduta. É importante salientar que essas pessoas constituem membros de famílias que estão em muitos aspectos resistindo à dinâmica da mudança no viver local que, segundo eles, vem se processando por influência do balneário.

Isto é perceptível na fala do Seu Chicoã quando diz que, ao mesmo tempo em que o balneário trouxe dinheiro para as famílias que vivem em Caraparu, ele proporcionou uma série de mudanças nos costumes locais as quais ele não aceita. Como por exemplo, o costume que muitas pessoas da localidade têm de fumar cigarro de maconha que, segundo o Seu Chicoã, antes do balneário não se via com tanta frequência como hoje.

Hoje em dia dá mais gente em Caraparu por causa da beira. Homem casado que tem filhos, se pega a beber todo dia na beira.. Quando não tão trabalhando, tão bebendo. Antes não tinha essa bebedeira na Vila [...] antes do balneário a gente ia pra festa na beira e nos quintais e não tinha briga, hoje tem muita briga, até entre amigo. Porque, não vão pra lá sem levar a maconha (Seu Chicoã).

É perceptível na fala do Seu Chicoã a quebra de uma ordem social estabelecida cuja culpa recai sobre a maconha e a bebida alcoólica advindas com o “pessoal de fora”, frequentadores do “Balneário Caraparu”. Além desses fatores, está também a questão da ameaça ao abandono das velhas formas de produção rural para dar lugar a “venda na beira” ocorrente no fim de semana. Mas, isto é um assunto a ser discutido em capítulos posteriores dessa pesquisa.

Cabe lembrar que estarei preocupada não tanto com os efeitos particulares dessa mudança, mas primordialmente, com a maneira como a dinâmica da mudança reorganiza e cria novos arranjos sócio-econômicos em Caraparu. Dessa forma, este trabalho foi estruturado em cinco capítulos, de modo que, nesta primeira parte apresento como capítulo introdutório, além do que já foi exposto, o trabalho de campo em que procuro mostrar os caminhos que me levaram à escolha das famílias que constituíram a pesquisa, bem como o método e as técnicas empregadas em campo, além dos instrumentos metodológicos que foram relevantes para subsidiar esta pesquisa. No segundo capítulo, apresento o local de estudo, a Vila de Caraparu, dando relevância à origem deste lugar levando em conta a memória das famílias locais.

No terceiro capítulo, busco, por meio da observação direta, descrever o viver local familiar de modo a apreender as relações que se estabelecem entre os grupos familiares da Vila de Caraparu, bem como suas relações com outras famílias desta vila, com parentes e com vizinhos. Além disso, é importante a compreensão dos saberes locais, as crenças e a religiosidade dos habitantes de Caraparu que, dinamicamente, estão criando novos arranjos sócio-econômicos resultando numa alteração no modo de vida rural a qual estavam acostumados.

Enfim, por se tratar de famílias de tradição agrícola e que por vários motivos a serem descritos no decorrer do trabalho, estão dividindo seu tempo diário entre a atividade agrícola e ao comércio gerado com o turismo na região, é que no quarto capítulo apresento as atividades econômicas que coexistem nesta localidade evidenciando suas especificidades em cada contexto em que estão inseridas. Em notas conclusivas, busco levantar algumas indagações acerca do processo corrente em Caraparu de modo apreender a maneira como as famílias locais estão lidando com os novos caminhos a que percorrem dentro de seu universo rural-agrícola.

1.1 MÉTODO E TÉCNICAS DA PESQUISA: O TRABALHO DE CAMPO

Esta pesquisa está baseada nos pressupostos metodológicos da Antropologia interpretativa na perspectiva de Clifford Geertz que pretende se constituir em um modelo de explicação e compreensão da realidade baseada na intersubjetividade, visto que tal modelo recorre à relação dialógica entre as teorias do analista e dos sujeitos da pesquisa. É o que enfatiza Azzan Junior (1993) em sua obra “Antropologia e interpretação...”, quando

estabelece comparações entre as antropologias de Claude Lévi-Strauss e Clifford Geertz. Para Azzan Junior (1993), a antropologia de Geertz se constitui sobre um modelo tanto quanto antropologia estrutural. O que os diferencia é o conteúdo daquilo que os modelos dizem, pois enquanto o modelo estrutural “modela” seu objeto, o interpretativo “informaliza” o seu. Dito de outro modo, a Antropologia interpretativa, enquanto ciência, informa e interpreta os múltiplos significados simbólicos captando-os a partir do ponto de vista dos sujeitos sociais. Isto constitui a melhor maneira para a observação e análise do modo de vida das famílias de agricultores de Caraparu.

Para Geertz (1978), somente os residentes locais fazem a interpretação de sua cultura, pois esta faz parte de sua realidade social. Isto nos remete a idéia de que somente o indivíduo socializado pode ser o intérprete de sua cultura, de modo que o antropólogo apenas apreende o discurso social desse sujeito. Dessa forma, foi possível apreender o modo de vida das famílias de agricultores de Caraparu a partir do ponto de vista dos moradores locais. Diante da orientação metodológica de Geertz e da investigação de campo, o que se pretendeu foi entrar no universo sócio-econômico dessas famílias a partir de uma certa relação de confiança que se estabeleceu com algumas famílias de agricultores. Tal relação foi facilitada por já ter tido um contato anterior no ano de 2003, em que foi realizada, simultaneamente, uma pesquisa sobre “O turismo e questão ambiental em Caraparu”, por ocasião de minha graduação em turismo e, uma outra encomendada por Alda Selma Frota, na época aluna do mestrado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA-UFPA).

Nesse período, minha inserção à comunidade foi facilitada por meio de laços de amizades estabelecidas, primeiramente, com três moradores da Vila de Caraparu: o André e a Dona Santinha, respectivamente, neto e filha de Dona Deusa Ferreira de Souza Farias e a Maria, filha do Seu Rubilar Ferreira das Chagas, mais conhecido como Lago na região de Caraparu. Essa amizade aconteceu por acaso nas ruas da referida vila. Como resido em Santa Izabel, fui à localidade sozinha e comecei a percorrer as ruas do núcleo da Vila de Caraparu batendo de casa em casa e conversando com os residentes no intuito de levantar dados qualitativos sobre os impactos culturais do turismo nessa localidade.

Entre as famílias pesquisadas estava a do Seu Lago e a de Dona Deusa. Dessa forma, criou-se um laço de amizade entre mim e essas famílias, principalmente com àquelas três pessoas referidas anteriormente. A partir de minhas idas e vindas a essa localidade, tive a oportunidade de conhecer a família do Seu Paulo Góis, contato este facilitado por Maria, pois o pai desta última tem áreas de “roça” na estrada da Vila do Lago, próximas ao terreno do Seu

Paulo. Quando em 2005 por ocasião de minha inserção no Mestrado em Ciências Sociais, precisei retornar a essa comunidade, tive o apoio da Maria que me acompanhou durante todo o trabalho de campo até seu término que ocorreu no dia 23 de julho de 2006.

No período de trabalho de campo, tive a oportunidade de pernoitar várias vezes nesta localidade cuja residência acolhedora geralmente era a de Dona Santinha. Não que os membros das outras famílias não me oferecessem suas residências para passar alguns dias, mas é que, conviver longos dias com a família de Dona Deusa me proporcionou observações mais concretas sobre a dinâmica do viver local, primeiro, por se tratar de uma família em que quase todos os membros participam tanto do “trabalho na roça” como da “venda na beira” e segundo, pelo fato das residências, tanto da família nuclear como dos parentes próximos, estarem localizadas no núcleo da Vila de Caraparu.

Os procedimentos para a escolha das famílias investigadas foram feitos a partir desse conhecimento prévio sobre àquelas famílias. Vale ressaltar que a comunidade de Caraparu é composta por famílias consideradas pelos moradores locais como tradicionais, na medida em que formaram ao longo do tempo a estrutura social da comunidade de Caraparu, pois, como já exposto anteriormente, a maioria das famílias que residem no núcleo da Vila são descendente dos primeiros habitantes de Caraparu como a família Faro que é de origem portuguesa. Segundo relatos dos moradores mais antigos dessa vila, o patriarca desta família era um português que vivia na região de Caraparu. Ele tinha um engenho de cana-de-açúcar cuja mão-de-obra era formada por escravos negros de origem africana.

Esse engenho, por questões financeiras, decaiu com o passar do tempo e os negros passaram a habitar as selvas de Caraparu em forma de “mocambos”. E os descendentes desse português aos poucos foram se deslocando para a área de terra onde hoje se localiza a Vila de Caraparu. Eles começaram a praticar o comércio na “beira” do rio Caraparu. Como exemplo de tal importância, temos o Seu Lino Faro, que foi um dos primeiros comerciantes da Vila de Caraparu. Tais fatos serão aprofundados no capítulo que aborda o histórico de Caraparu. Por enquanto me deterei nas famílias que, de certa forma, fundaram a Vila de Caraparu. Os descendentes das famílias Ferreira, Cardoso e Chagas, também são considerados os primeiros a habitarem essa vila. Essas famílias têm sua origem com os negros africanos que serviam de mão-de-obra escrava nos engenhos, que se localizavam nos arredores de Caraparu, e com os índios do grupo tupinambá que habitavam a região de Caraparu pelo período do Brasil - colônia.

Nessa perspectiva, foram consideradas para compor a pesquisa as famílias de Dona Deusa Ferreira de Souza Farias que com 81 anos de idade faz parte de quatro gerações

compostas por irmãos e sobrinhos, filhos, netos e bisnetos. Dona Deusa e sua família, assim como seus antepassados (pais e avós), nasceram e “se criaram” em Caraparu, viviam da agricultura, ou seja, da “roça” como é denominada na região. Na atualidade, os membros de sua família se dividem entre o “trabalho na roça” e a “venda na beira”.

Outra família foi a do Seu Rubilar Ferreira das Chagas (Seu Lago). Ele é filho da irmã de Dona Deusa e, com 74 anos é agricultor, assim como seus pais e avós paternos, e como ele mesmo declarou “sou filho de Caraparu”. Isto porque nasceu e vive nessa região até os dias de hoje. Sua avó paterna, Dona Hilária Souza das Chagas, já falecida, segundo o Seu Lago, era de origem indígena dos grupos tupinambá que, como já dito, viveram na região de Caraparu no período colonial brasileiro. Ela era “filha de Caraparu” e faz parte de uma das famílias tradicionais dessa região. O Seu Lago tem quatro filhos com sua ex-esposa, Dona Lina Farias das Chagas. Desses, Alcinéia, Maria e a neta e “filha de criação” do Seu Lago, a jovem Alessandra, trabalham tanto com o comércio gerado com o turismo como com a agricultura. Cabe ressaltar que, não é o foco da pesquisa fazer uma análise das relações de parentesco em Caraparu, mas não deixarei de pontuar em capítulos posteriores as relações sócio-econômicas que se estabelecem entre as famílias dessa localidade.

Outra família considerada importante no processo de construção deste trabalho foi a do Seu Paulo Gomes Góis, que com 58 anos é agricultor em Caraparu desde muito jovem, pois nasceu nessa região nas proximidades da estrada da Vila do Lago onde vive até hoje. Sua esposa, Dona Dora Gomes Nunes (49 anos), prima do Seu Paulo, e seus quatro filhos adultos são agricultores e trabalham com o Seu Paulo na lavoura. Essa família ainda conserva as tradições da agricultura familiar na região de Caraparu com suas técnicas no manejo da terra e no fabrico da farinha de mandioca. O Seu Paulo e Dona Dora aprenderam esses saberes com seus avós paternos e seus pais, e agora eles ensinam a seus filhos os conhecimentos e as técnicas da lida com a “roça”. Convém ressaltar que a escolha por tais famílias se deve ao fato dessas famílias estarem ligadas por laços sociais de parentesco tanto por consangüinidade como por afinidade e, por participarem tanto do “trabalho na roça” como do comércio na orla do rio voltado para os visitantes.

Para a análise do modo de vida dessas famílias foram relevantes os estudos históricos do antropólogo para se ter uma compreensão mais apurada do processo dinâmico da mudança nessa região. Nessa perspectiva, como método de investigação antropológica tem-se a história oral que no entender de Lang (2000), não se restringe a uma simples técnica, uma vez que seu objetivo não está somente na ampliação de conhecimentos e informações, mas visa conhecer as diferentes visões sobre um fato ou período. Desse modo, a escolha por fontes

orais foi imprescindível, na medida em que a historiografia de Caraparu ainda é escassa. Nesse sentido, a recorrência aos relatos orais contribuiu para se entender a trajetória das famílias de tradição agrícola de Caraparu até sua inserção ao comércio do turismo.

Vale ressaltar que a técnica da história oral não se esgota na realização da coleta de dados e transcrição do material coletado. É importante que se faça a análise e a interpretação desses dados. Nessa direção, Lang (2000, p. 125) argumenta que “os documentos não falam por si, precisam ser interpretados, considerando-se a finalidade e a maneira como foi construído”. Dessa maneira, a análise e interpretação das narrativas orais que acompanham os interlocutores de Caraparu seguiram os pressupostos metodológicos da Antropologia interpretativa, em que o sujeito do discurso é o ser principal no processo de construção da pesquisa. Isto foi possível a partir da interação entre a teoria antropológica e a etnografia. Sobre essa questão Peirano (1995) em “A favor da etnografia” argumenta que o processo de descoberta antropológica resulta de um diálogo comparativo entre o acúmulo teórico do pesquisador e as observações etnográficas, entendidas e interpretadas a partir dos sujeitos sociais. Isto nos remete à idéia de que a teoria e a pesquisa etnográfica devem caminhar juntas para se alcançar bons resultados possíveis ao se tentar compreender os fatos sociais a partir dos relatos orais.

É importante considerar, nesse contexto, a técnica da observação direta que, como enfatiza Langness (1973, p.15), “[...] quanto mais os dados forem baseados na observação direta, completada pelo investigatório imediato mais exatos serão”. Dessa forma, as observações e as descrições do modo de vida das famílias de agricultores de Caraparu foram relevantes para o entendimento do processo corrente em Caraparu. Em complemento às observações, as entrevistas também foram importantes para fins de análise. Nesse sentido, as entrevistas com os moradores mais antigos da região de Caraparu foram imprescindíveis no processo de reconstrução histórica de Caraparu que por meio da oralidade foi possível entender a história dessa comunidade.

Cabe lembrar que as entrevistas foram informais, não constituídas por uma estrutura organizacional com perguntas e respostas fechadas, mas sim por um roteiro livre em que o entrevistado estava à vontade para responder os questionamentos. As pessoas que contribuíram com tais entrevistas foram: o Seu Pedro Farias Cardoso (77 anos) e o Seu Manduquinha (73anos). O primeiro é conhecido na região por Chicoã. Ele é primo do esposo de Dona Deusa e filho e neto de agricultor da região de Caraparu. O Seu Chicoã é aposentado por idade, mas como ele mesmo declara “faço de tudo um pouco, limpo a roça, planto, faço colheita, ajudo minha prima no bar dela”. O segundo reside no núcleo da Vila, ele é um

respeitado “benzedor” na região de Caraparu. O Seu Manduquinha é aposentado por idade, mas sempre trabalhou e ainda trabalha com “roça” na região de Caraparu. Este senhor tem um pequeno terreno agrícola na localidade de Matupiriteua que faz parte da Vila de Caraparu.

Além desses, foram entrevistados formalmente para fins de análise das duas atividades que coexistem no momento atual em Caraparu os jovens: Preto (20 anos) e Neném (18 anos), filhos do Seu Paulo; Alessandra (20 anos) e suas tias Alcinéia (28 anos) e Maria (33 anos). Convém lembrar que as crianças na faixa etária entre 4 e 12 anos, pertencentes às famílias consideradas neste trabalho, não foram entrevistadas formalmente, mas seus comportamentos foram observados para a apreensão dos hábitos e costumes locais no que diz respeito ao “trabalho na roça” e “venda na beira”. Além desses jovens, pude coletar, informalmente, os relatos de Dona Santinha, pois quando o acompanhava até sua “roça” íamos conversando sobre muitas coisas, mas sempre direcionando tal conversa para o objetivo principal deste trabalho.

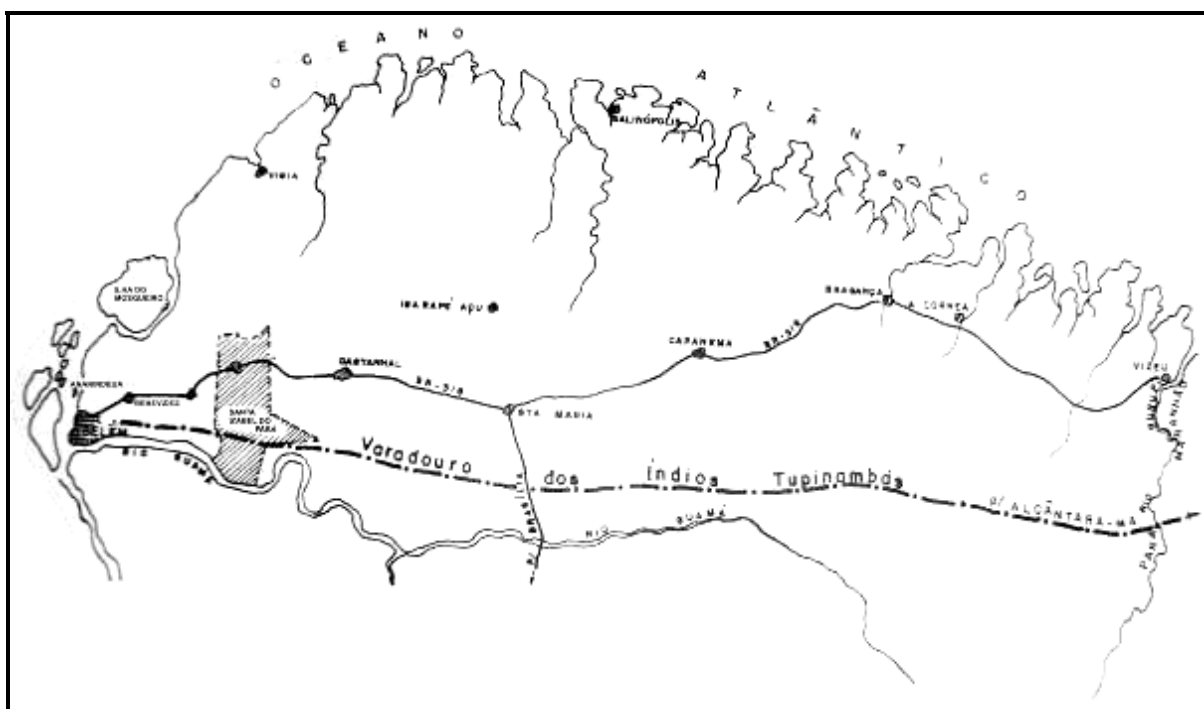
Outra importante contribuição para o entendimento da organização das mulheres que vendem tacacá na orla do rio, churrasco e outras comidas da região, foi a entrevista formal com Dona Graça Paixão Cordeiro (53 anos), filha de agricultores da região de Caraparu. Ela vende tacacá há mais de vinte anos na orla do rio Caraparu. Sua mãe Maria José, com mais de 70 anos de idade, é considerada a “tacacazeira mais antiga da beira do rio”, pois muito antes da implementação do “Balneário Caraparu” essa senhora já vendia essa bebida na “beira” do rio Caraparu. Além dela, convém destacar Dona Lina Farias das Chagas, ex-esposa do Seu Lago. Ela é filha de agricultores de Caraparu, hoje com mais de 60 anos de idade ainda “mexe com roça”, mas também vende tacacá na “beira” há mais de vinte anos.

A escolha desses informantes para subsidiar a pesquisa se deve ao fato de serem todos agricultores na região e por conhecerem com mais detalhes a história sócio-econômica dos moradores de Caraparu. As mulheres, mais conhecidas como as tacacazeiras da Vila de Caraparu, foram consideradas nessa pesquisa por participarem tanto do processo agrícola como da “venda na beira”. Os instrumentos de pesquisa considerados em campo foram: a caderneta de campo; imagens videográficas para registrar o viver local e o gravador para a coleta dos relatos orais. Além disso, tem-se imagens fotográficas que são fontes documentais importantes, na medida em que constituem uma técnica trabalhada enquanto documento que produz, tanto quanto o discurso dos informantes, uma linguagem específica de uma determinada realidade social a ser apreendida pelo pesquisador.

2 SITUANDO CARAPARU

Antes de se conhecer mais especificamente a região de Caraparu, será interessante contextualizar histórica e socialmente o município de Santa Izabel do Pará, pois a Vila de Caraparu, *locus* de investigação desta pesquisa, faz parte do Distrito de Caraparu que juntamente com o Distrito sede do município, Santa Izabel, e o Distrito de Americano formam o município de Santa Izabel do Pará.

O ano de 1848 constitui um marco na história de Santa Izabel do Pará, pois neste ano o governo imperial, no intuito de povoar essa região, concedeu ao governo da Província do Pará vasta gleba de terras para plantação agrícola, situadas às margens do antigo varadouro dos índios tupinambá, também conhecida como estrada de Maranhão ou Bragança. O atual município de Santa Izabel do Pará era cortado por esse varadouro que era o caminho que os índios percorriam para se comunicar com outras aldeias, chamado também caminho de Bragança ou Maranhão, conforme mostra a figura 1 (FERREIRA, 1984).



Fonte: Ferreira (1984).

Figura 1: Varadouro dos índios tupinambá

Após o trabalho de medição e demarcação dos lotes de terras iniciados em 1873 por Valentim José Ferreira, foi instalado naquele local o primeiro núcleo colonial formado por imigrantes ingleses chamada colônia de Nossa Senhora de Benevides, que sucumbiu no ano

de 1878. Em seu lugar formou-se outro importante núcleo colonial com imigrantes cearenses fugidos da seca do Nordeste. Porém, com a chegada das chuvas, em 1881, a maioria desses nordestinos retornou ao local de origem, após ter erguido uma capela a Santa Maria (FERREIRA, 1984). Paralelamente, já estava sendo construída a antiga Estrada de Ferro, ligando Belém a Bragança, passando por Santa Izabel do Pará. Finalmente, em 1885, os trilhos da ferrovia chegaram naquele trecho, e no mesmo ano, teve início a ocupação efetiva do território. No ano de 1931 Santa Izabel do Pará adquiriu *status* de município. No entanto, no ano seguinte, foi extinto e anexado ao município de Belém, do qual se emancipou em 1934, obtendo foros de cidade somente em 1938. Em 1943, o município passou a chamar-se João Coelho, até que, em 1961, readquiriu sua denominação acrescida do nome da Unidade da Federação a que pertence (FERREIRA, 1984).

A formação geológica do município de Santa Izabel do Pará está representada por rochas dos períodos quaternários e predominantemente do terciário. O quaternário é representado, principalmente, pelas baixadas dos rios e igarapés, áreas de várzeas alagadas nos meses de cheias (BARRETO, 2001). O Caraparu, principal rio da bacia que ocupa grande parte do município de Santa Izabel, nasce às margens da BR. 316, no Distrito de Americano. Possui uma extensão total de aproximadamente 86 km. Em seu curso recebe várias denominações como Igarapé do Babá, Igarapé dos Pinhais, Igarapé do Pontilhão, Igarapé da Mãe-do-Rio, Igarapé do Uxiteua e, finalmente, no Porto de Minas⁹ recebe o nome de Caraparu, prosseguindo recebe as águas de seus principais afluentes, os rios Maguari, Itá, e Macuiambá, seguindo seu curso até desembocar no rio Guamá (BARRETO, 2001).

Grande parte da população do município vivia concentrada às margens dos rios, principalmente do rio Caraparu que é o pioneiro na formação geográfica desse município. Por muito tempo esse rio foi o único meio de acesso à capital do Estado, Belém, através do Porto de Minas os agricultores levavam para Belém seus produtos e ali comercializavam, pois não existia rodovia de acesso à capital. A área que abrange a bacia do rio Caraparu é de grande importância para a economia do município, pois é dela que provém a maior parte dos produtos agrícolas que são comercializados no Distrito sede e na capital, Belém. Os produtos que mais se destacam para o comércio são o arroz, o dendê, a mandioca. O município se caracteriza por ser um grande produtor de hortaliças, um dos responsáveis pelo abastecimento dos municípios de Castanhal, Belém e da própria cidade de Santa Izabel do Pará.

⁹ Antigo porto pelo qual a população da região de Caraparu tinha acesso à Belém e a cidade de Santa Izabel do Pará.

Vale ressaltar, que esse município se destaca no contexto econômico do Estado do Pará, devido a sua atividade no setor primário, principalmente a agricultura, associada também a avicultura e a pecuária. A atividade agrícola concentra-se mais na produção de dendê (*Elaeis guineensis*), coco da Baía (*Cocos nucíferas*), mandioca (*Manihot utilíssima*), além do cultivo de hortaliças em que o município se destaca como grande produtor (IBGE, 1999 apud BARRETO, 2001). No entanto, no setor terciário, as atividades comerciais são mais expressivas ocupando o lugar mais importante na geração de renda e emprego, sendo que o comércio varejista se destaca em relação ao atacadista.

2.1 CARAPARU NO CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL

O Distrito de Caraparu situa-se ao sul do município de Santa Izabel do Pará, e tem como divisa natural o rio Guamá pela margem direita. O rio Caraparu nasce no Distrito de Americano cortando o Distrito de Caraparu até desaguar no rio Guamá. Limita-se pelo Norte com o Distrito da sede do município, pelo Sul com rio Guamá, pelo Leste com o Distrito de Americano e o município de Inhamitanga e pelo Oeste com o município de Benevides.

A sede do distrito, Vila de Caraparu, está ao Norte a 500 metros pelo rio Caraparu em direção ao Porto de Minas; ao Sul, a 500 metros descendo o rio Caraparu até ao Porto de Jurupari¹⁰, a Leste, até ao antigo Porto de Caraparu e a Oeste, tomando como referência a Escola Municipal Simplício Ferreira de Souza, em um raio de 1.000 metros, no sentido da Estrada de Caraparu até a Pa-140 (FERREIRA, 1984). A figura 2 mostra o mapa de localização de Santa Izabel do Pará¹¹ onde se visualiza a Vila de Caraparu e localidades próximas a ela que fazem parte do Distrito de Caraparu.

¹⁰ Esse porto se localiza em uma localidade da região de Caraparu chamada Jurupari.

¹¹ Para dar maior destaque ao meu *locus* de pesquisa, o mapa de localização do Município de Santa Izabel do Pará, que está sendo visualizado neste trabalho, foi adaptado pelo geógrafo José Miranda.

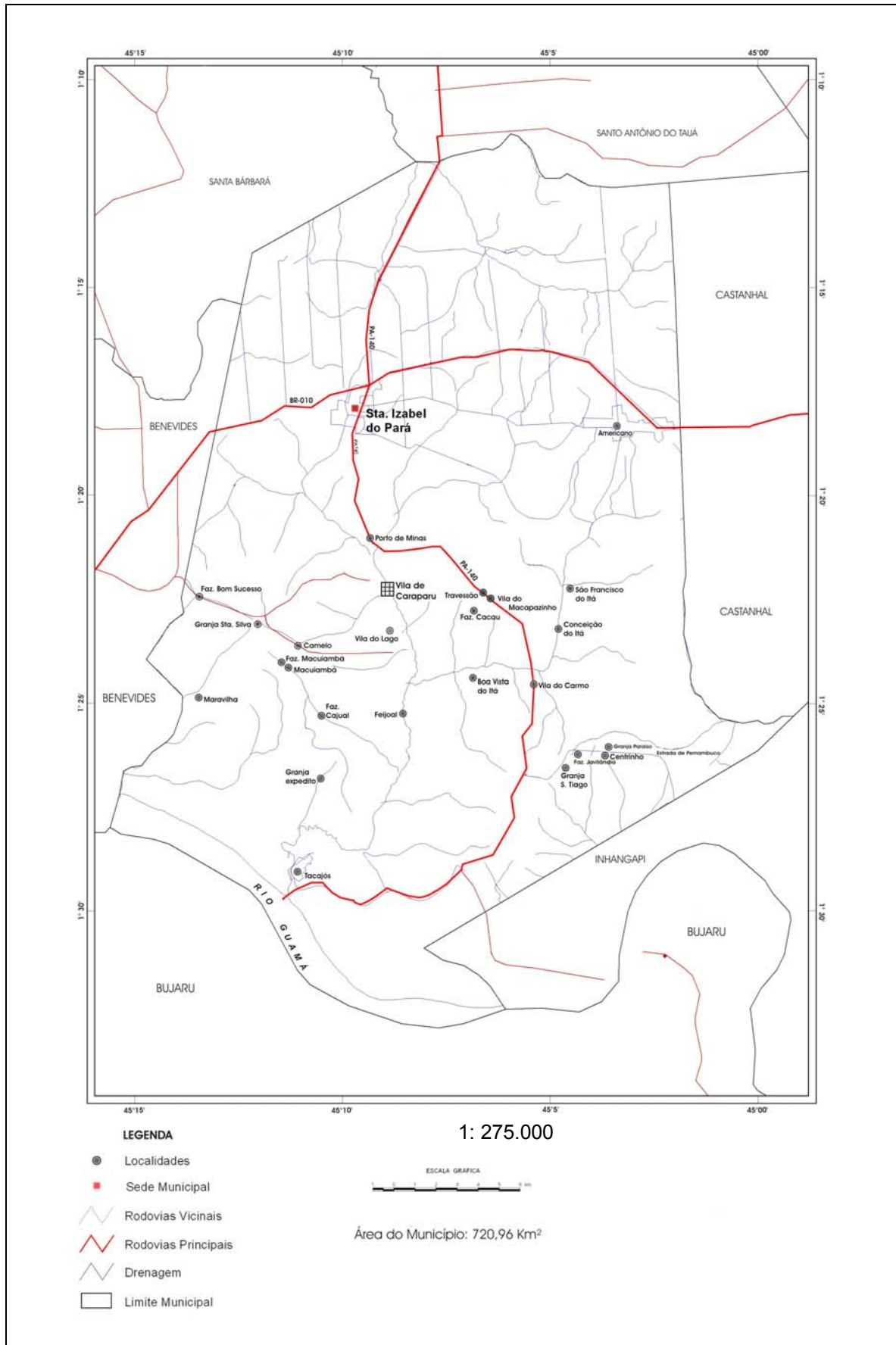


Figura 2: Mapa adaptado de Santa Izabel do Pará.

Fonte: Elaborado e executado pelo Laboratório de Sensoriamento Remoto LSR/ SECTAM.

A Vila de Caraparu fica a 15 minutos da sede do município. O acesso se faz pela rodovia Pa-140 ou para quem prefere se deslocar de Belém até a Vila, por via fluvial, o percurso é feito pelo rio Guamá e deste até ao rio Caraparu com destino a localidade. No entanto, devido ao assoreamento do rio, somente embarcações de pequeno porte podem realizar esse trajeto que, com embarcações a remo, dura em média 24 horas. Isto se deve, segundo informações locais, a força da maré, “a gente deve esperar a maré encher pra remar a favor” (Jair). Com embarcação a motor o percurso tem a duração de 8 horas. Caraparu é uma das maiores comunidades de Santa Izabel e um dos principais Distritos da cidade. No entanto, a Vila de Caraparu não dispõe de infra-estrutura básica adequada para atender a comunidade em que 70% das famílias locais não recebem tratamento adequado da água no domicílio. Além disso, o serviço de esgoto ainda é incipiente nessa localidade. (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2003). Isto, porque as autoridades locais não direcionam seus investimentos às pequenas comunidades do entorno do município. Com efeito, a Vila de Caraparu é um exemplo da falta de interesse público em investimentos sociais.

Em termos de meios de comunicação, a localidade dispõe de poucos telefones residenciais e públicos. Entretanto, é possível a captação de sinal telefônico móvel pela operadora Amazônia Celular e em alguns pontos da Vila pelas operadoras Vivo e TIM, bem como sinais da TV Liberal (Rede Globo), Rede Brasil Amazônia (RBA) e Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). A captação de outras emissoras, só é possível por meio de antenas parabólicas. Os jornais em circulação na comunidade são “O Liberal” e “Diário do Pará”, que podem ser comprados na sede do município.

O serviço de transporte de passageiros para essa localidade é realizado através dos transportes alternativos, com saída da sede do município a cada 20 minutos, ou conforme a lotação de passageiros. Esse processo ocorre de segunda a domingo. A Vila de Caraparu tem uma unidade de saúde chamada “Posto de Saúde da Família Caraparu”. Este funciona com sete agentes de saúde, uma enfermeira-chefe e dois auxiliares, além de um servente. O atendimento ao público ocorre nos horários das 07 às 14 horas. No tocante ao sistema educacional, a Vila de Caraparu conta com duas escolas de ensino fundamental sendo uma creche e uma escola, Simplício Ferreira de Souza, além de outra anexa localizada na Vila do Lago, esta faz parte do Distrito de Caraparu, com ensino fundamental de 1ª a 4ª série. Quanto ao sistema de água, a responsabilidade fica a cargo do Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). O serviço de iluminação pública é de responsabilidade da Prefeitura do município, a energia elétrica é gerada pela hidrelétrica do município de Tucuruí e distribuída pelas Centrais Elétricas do Pará (REDE CELPA).

Quanto a infra-estrutura de apoio ao turismo, a localidade não dispõe de meio de hospedagem e conta apenas com quatro pequenas mercearias de gêneros em geral, uma padaria e inúmeros bares com serviços de alimentação e bebidas alcoólicas. A maioria desses bares está nas proximidades do “Balneário Caraparu” que corresponde a uma área aterrada à “beira” do rio Caraparu. Nessa área, há uma pequena infra-estrutura com bares, barracas de churrascos e mesas de praias com guarda-sol para atender os visitantes que vêm à Vila. Esse balneário constitui o principal atrativo para quem vai à Vila de Caraparu em busca de entretenimento. Esporadicamente, são realizados alguns eventos na orla do rio, como *shows* com grupos musicais oriundos das cidades de Santa Izabel e Belém. Esses eventos são realizados geralmente no período de férias de julho (verão na Amazônia). No decorrer do ano, as atrações são as festas de aparelhagem em alto volume¹².

A Vila tem ainda um pequeno campo de futebol com gramado natural, comum em áreas interioranas da Amazônia. O campo é aberto à comunidade que tem um clube de futebol, denominado “Centro Esportivo” cujo presidente é o Seu Osmar Farias, morador local. Este campo é utilizado também por times que vêm a essa localidade para treinar ou para disputar pequenos campeonatos locais no período de julho. Ele ainda agrega outras funções, a de estacionamento para o excessivo fluxo de veículos que aportam à Vila de Caraparu no período das férias de julho e do Círio de Nossa Senhora da Conceição. O campo de futebol, segundo o Seu Manduquinha, foi criado por um dos primeiros habitantes da Vila o professor Simplício Ferreira de Souza.

Esse campo tem um caráter cultural importante para os habitantes da Vila de Caraparu, pois é cenário de inúmeras aparições de seres míticos que fazem parte da cultura e realidade dos moradores dessa localidade como a matinta perera¹³ e a “visagem¹⁴” do Simplício Ferreira de Souza. Vale ressaltar que a presença mítica dessas aparições e como elas se manifestam hoje em Caraparu serão aprofundadas no terceiro capítulo desta pesquisa. Por enquanto me deterei a um exemplo relatado por seu Chicoã (77 anos). Segundo ele:

¹² As festas de aparelhagem em Caraparu constituem uma referência para quem visita a Vila nos fins de semanas e férias de julho. Essas aparelhagens são enormes caixas de som eletrônicas colocadas nas areias do balneário para distrair os visitantes.

¹³ Tal como evidenciado por Maués e Villacorta (1998), em uma comunidade da Região do Salgado paraense, em Caraparu, a matinta perera tem também muita importância nas crenças e representações locais. Segundo informações locais, ela pode se transformar em vários tipos de animais. Muitos moradores temem a matinta, pois ela é vista como uma feiticeira que com um forte assobio apavora a Vila nas noites escuras.

¹⁴ A categoria visagem é identificada pelos moradores de Caraparu como fantasmas de pessoas que viveram e morreram na localidade.

Um dia numa festa de São João de 11 meia pra meia noite, um senhor atirou na matinta lá no campo, ela ainda jogou um bocado de sal nele. O irmão dele pisou no sal e quase cai o pé dele. Nesse campo, aparecia também o Simplício Ferreira de Souza, quando tem jogo avisando, agora o pessoal não presta mais atenção, mas de 11 meia pra meia noite você consegue ouvir o apito no campo. Foi ele quem fundou o campo, aí quando tinha jogo ele apitava avisando. Eu cansei de vê [com muita frequência], hoje não se vê muito porque o pessoal não pára de andar é dia e noite andando pela Vila.

O interessante a analisar é que esse campo simboliza a transição entre o modo de vida tradicional e o moderno, na medida em que ele delimita simbolicamente o espaço da “venda na beira” e o “trabalho na roça”, pois da orla do rio até a área do campo de futebol as pessoas estão se dedicando mais ao comércio gerado com o turismo do que á “lida na roça”. E desse campo indo em direção as áreas mais afastadas do núcleo da Vila, as tradições no cultivo da “roça”, na ajuda mútua no que diz respeito ao sistema de produção agrícola e manejo da farinha de mandioca, ainda são mantidas. Seu modo de vida ainda é “rústico” voltado para a “lida na roça” com pouca influência do modelo de desenvolvimento atrelado aos princípios capitalista, materializados na economia do turismo nessa região.

Com efeito, o modo de vida daqueles que vivem, da área ribeirinha até ao campo de futebol está progressivamente sendo redirecionada à economia de mercado com o comércio voltado para o turismo. Para aquelas pessoas que vivem em áreas demarcadas a partir desse campo, a vida constitui para muitos um meio tradicional, na medida em que muitos ainda vivem da venda do carvão, do extrativismo mineral com a extração da pedra na região e, as mulheres com a “lavagem de roupa”. Tal como a “visagem” de Simplício Ferreira de Souza que, segundo Seu Chicoã, continua aptando para avisar que tem jogo no campo que ele fundou. Para as pessoas que residem nos arredores da Vila, a dinâmica da mudança caminha a passos lentos no que diz respeito ao contexto social em que vivem.

Contudo, a percepção que se tem é que essa espacialidade, dividida permite um trânsito entre a vida moderna e a tradicional, pois os membros mais jovens das famílias de agricultores, muitos ainda estão se dividindo entre a “lida” diária do “trabalho na roça” e o trabalho na orla do rio Caraparu. Um exemplo de tal importância é o canoeiro Aldenor Souza da Silva que é filho dos agricultores Jaime Batista da Silva e de Dona Djanira da Silva. Aldenor trabalha na “roça” e, nos fins de semanas, férias e feriados divide, há doze anos o seu trabalho na agricultura com o aluguel de canoas na orla do rio. Ele explicará melhor esse processo:

Eu trabalho com o meu pai na roça, a gente vende a mandioca em saca pro pessoal da Maravilha pra eles beneficiarem e vender pros supermercados de Belém. Eu começo a trabalhar na roça depois de julho por causa do movimento da beira, eu alugo a canoa por três reais uma hora pra quem sabe remar e pra quem não sabe remar, o passeio dura três hora e, é três reais a hora. A diária é vinte cinco reais no domingo e dez reais de segunda a sábado (Aldenor, 29anos).

Aldenor também tem uma barraca onde vende churrasco. Diante de tal fato, percebe-se que o modo de vida em Caraparu se materializa em duas vidas que se comunicam na medida em que a dinâmica da mudança não tem como não acontecer, pois a agricultura e o comércio do turismo são atividades econômicas que coexistem em Caraparu. De fato, as pessoas as introduzem em suas vidas e aprendem a lidar com esse processo criando novos arranjos econômicos e sociais. É interessante analisar como a força motriz do capitalismo se faz sentir na fala do Aldenor no momento em que ele evidencia as diferenciações de preços de acordo com o afluxo de visitantes no “Balneário Caraparu”. Isto acontece, de certa maneira, pela necessidade de terem um mínimo de dinheiro para vestuário, utensílios domésticos e alimentação familiar.

Dessa forma, ou as famílias de tradição agrícola de Caraparu se inserem na economia de mercado ou terão que renunciar ao mínimo de conforto social que essa economia poderá lhe oferecer. Tal processo tenderá a um afastamento progressivo do seu estilo tradicional de vida. Cândido (1979, p. 169), em seus estudos sobre os meios de vida do caipira do interior paulista, evidencia tal situação quando argumenta que “a expansão do mercado capitalista tende a influenciar nas formas coletivas de organização do trabalho, [...] entregue cada vez mais a si mesmo, o trabalhador é projetado do âmbito comunitário para a influência da economia regional individualizando-se”.

Nessa direção, Stronza (2001), ao estudar a intervenção do turismo no meio rural, evidencia as mudanças no modo de produção rural, em que o trabalho familiar de subsistência vem sendo, em muitas localidades, substituído pela atividade turística. Em decorrência dessas mudanças Stronza acrescenta ainda que a destruição das atividades de subsistência não constitui necessariamente um problema, mas se torna no momento em que comunidades inteiras passam a depender do trabalho originado pelo turismo como única fonte econômica. Tal processo poderá vir a ocorrer em Caraparu, pois o modo de vida da população local, baseado em uma economia de tradição agrícola, está sendo alterado por conta do comércio voltado para o turismo de fim de semana nessa localidade. Mas isso é um assunto a ser discutido em capítulos posteriores desta pesquisa.

Após fazer um “sobre vô” pelo campo de futebol em que se evidenciou sua função simbólica com relação aos aspectos sócio-econômicos presentes na Vila de Caraparu, retorno à organização desta vila para mostrar como ela está dividida espacialmente.

O espaço territorial da Vila de Caraparu é formado pelas áreas agricultáveis que se localizam ao longo da estrada da Vila do Lago, em direção ao interior da mata, às margens do rio Caraparu e nas localidades de Jurupari, Matupiriteua e Macuiambá que fazem parte da Vila de Caraparu. E ainda por um núcleo que parte da margem do rio e se entende um pouco além do campo de futebol. Neste núcleo, se encontram estabelecimentos comerciais como padarias, “mercearias”, bares, além das residências dos moradores locais que são em madeira. Porém, já é perceptível em algumas áreas, edificações a base de tijolo e cimento.

Nesse núcleo, se acha também o “Balneário Caraparu”, localizado às margens do rio Caraparu. Convém ressaltar que a orla deste rio, onde se encontra esse balneário, é identificada pelos moradores dessa localidade por “beira”, e parte desse rio que corta o núcleo da Vila é denominada pela maioria da população local de “garapé”¹⁵. Nessa parte da vila há três ruas principais, partindo do rio em direção ao interior da Vila, onde ainda se vê jovens, adultos e crianças utilizando-as para a prática do lazer como peladas de futebol, brincadeiras de papagaio¹⁶, brincadeiras de roda, festas de rua entre outros. Dessas ruas, somente a principal que dá acesso à Pa-140 é asfaltada, sendo esta também a via de acesso ao balneário. Nas áreas mais distantes da “beira” do rio, as ruas não se apresentam bem definidas, pois há a presença de uma vegetação rasteira e rarefeita.

Vejamos como os moradores dessa região percebem essa espacialidade. Para eles, o espaço territorial da Vila de Caraparu é representado apenas pelo o que eu chamo de “núcleo” para efeito de análise. Esse núcleo tem como referência o comércio voltado para o visitante. Já as áreas agricultáveis representam, para esses moradores, o espaço territorial onde se encontram os terrenos agrícolas, identificados por “roça”. Desse modo, segundo percepções locais, o espaço da “roça” se acha fora dos limites da Vila de Caraparu. Isto se explica pelo fato dessas áreas se localizarem longe desse núcleo, aproximadamente entre um e três quilômetros de distância. Isto faz com que o espaço geográfico da Vila de Caraparu seja visto como tendo uma linha divisória entre a “roça” e o que eles consideram como “vila”.

É válido enfatizar que a maioria das terras agrícolas pertence às famílias que residem no núcleo da Vila de Caraparu. Algumas dessas famílias têm casas também nas áreas

¹⁵ O termo “garapé” é uma variante do nome igarapé dado a pequenos rios.

¹⁶ “Armação de varetas coberto com papel fino, e que, por meio duma linha, se empina, mantendo-se no ar” (FERREIRA, 2001, P. 512.).

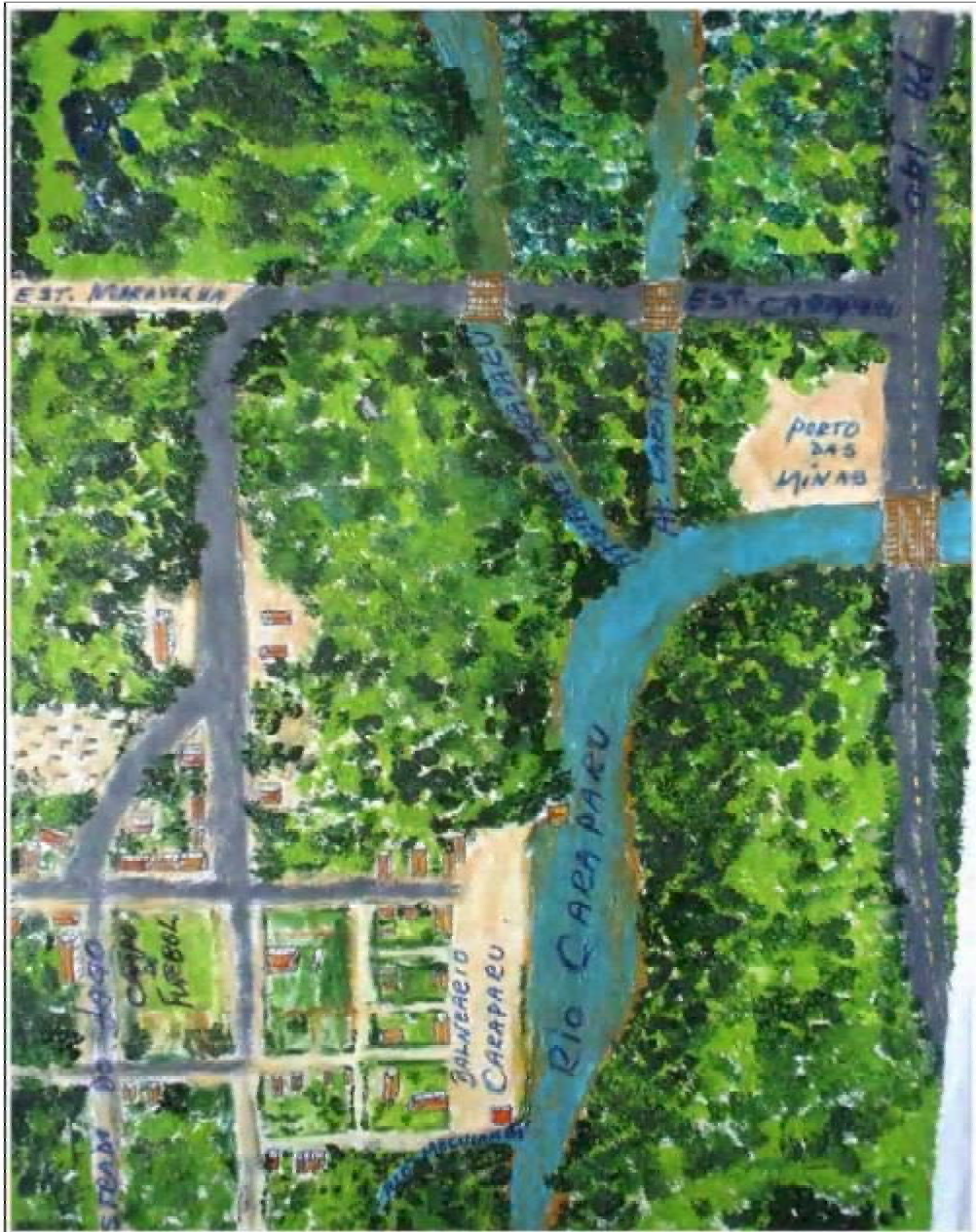
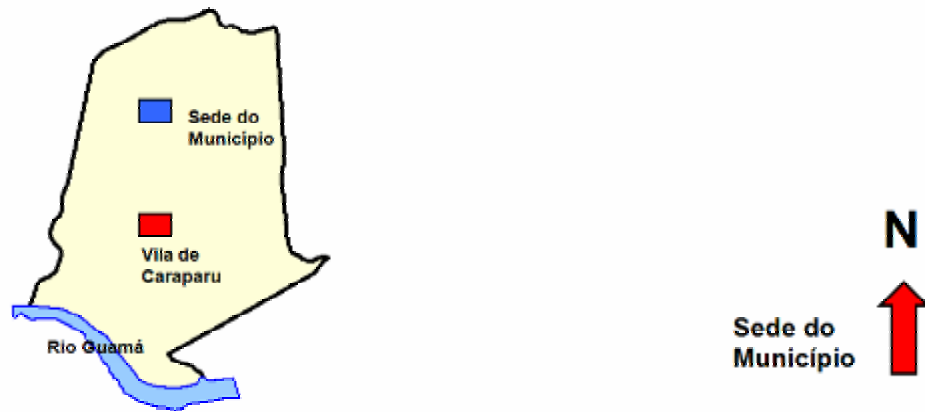
agrícolas, como a família do Seu Lago. Outras vivem em constante trânsito entre a “roça” e o núcleo dessa vila como Dona Rita (irmã do Seu Lago) e Dona Iracema. Essa espacialidade é bem marcada na fala daqueles que vivem essa realidade.

“Eu moro aqui na Vila, mas eu tenho roça no Matupiriteua” (Seu Manduquinha).

“A tia Rita mora aqui na Vila, mas a roça dela é no Jurupari” (Maria).

“Eu não gosto de morar lá na Vila, eu prefiro morar aqui na roça” (Neném).

Percebe-se em suas falas que a distância geográfica entre a “roça” e o núcleo da Vila de Caraparu faz com que eles tenham a percepção de que as áreas onde se localizam os terrenos agrícolas não se acham no espaço geográfico dessa vila, mas fora de seus limites. A caracterização da Vila aqui descrita será melhor compreendida no próximo capítulo e, a partir da visualização de sua organização espacial, conforme mostra a figura 3.

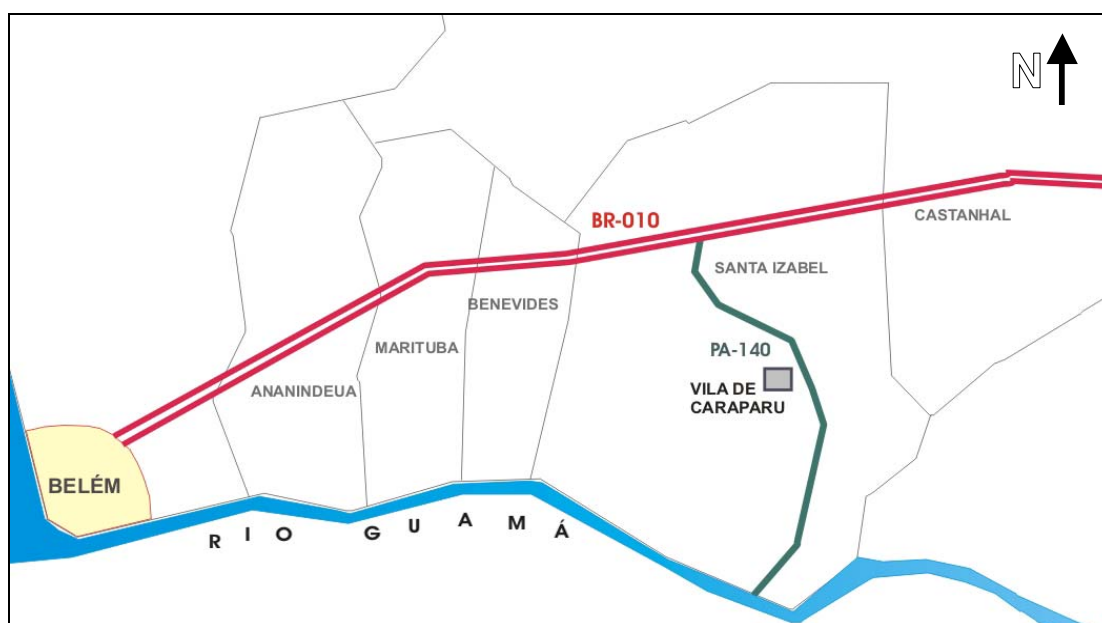


Fonte: Mapeamento, Seu Manduquinha e Nobre (2003). Visualização espacial, Mabel Freitas¹⁷. Localização geográfica, José Miranda.
 Figura 3: Croqui do espaço territorial da Vila de Caraparu.

¹⁷Mabel Freitas é uma moradora da cidade de Santa Izabel que, por trabalhar com artes plásticas, pôde contribuir para o aperfeiçoamento deste croqui.

Nesse croqui, traçado informalmente por mim juntamente com um morador da localidade, se visualiza no primeiro plano o que os moradores consideram como “vila”. Nela se vê a “beira” do rio com o “Balneário Caraparu”, além do rio Macuiambá que corta os quintais dos moradores. E logo depois do balneário, se pode observar as três ruas que dá acesso às residências daqueles cuja maioria participa da “venda na beira” e, entre essas ruas, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Indo em direção ao interior da Vila se encontra o campo de futebol e ao seu lado o início da estrada da Vila do Lago, onde ao longo desta estrada se localiza uma parte dos terrenos agrícolas. Logo após e, ao lado desse campo, podem-se visualizar casas de moradores que ainda se dedicam mais à “lida na roça” do que a “venda na beira” e o cemitério comunitário que atende além da Vila de Caraparu, outras comunidades do entorno da Vila. Percebe-se também que as áreas de mata verde representam neste croqui as terras agrícolas que se encontram aos arredores do núcleo da Vila de Caraparu. Cabe por aqui em evidência, por meio da visualização da figura 4, o meio de se chegar a Vila de Caraparu.



Fonte: José Miranda, 2007.

Figura 4: Visualização do trajeto principal até a Via de Caraparu.

Com relação à origem do nome da Vila, não há registros históricos que abordam tal fato, mas, segundo os moradores mais antigos da região, o nome *Caraparu* significa “cara branca”. Este termo é de origem indígena. Isto talvez se explique pela presença de índios nessa região, pois, segundo o historiador do município de Santa Izabel, o senhor Nestor Ferreira (falecido), a região do município de Santa Izabel era cortada pelo antigo varadouro do grupo tupinambá. Estes, segundo relatos orais colhidos na região de Caraparu, se

amotinaram nas selvas dessa região fugidos da escravização portuguesa. Neste contexto, Salles (1988) em sua obra “O negro no Pará” relata que, por volta de 1835, Caraparu era um simples engenho de cana-de-açúcar, não um dos mais importantes, porém seu proprietário, além de imensas terras, possuía também numerosa escravaria africana. Esse autor acrescenta ainda que no contexto da revolução cabana, esta escravaria liderada pelo negro Cristóvão, levantou-se em peso se aliando aos cabanos que foram mais tarde destroçadas nas selvas de Caraparu pelo General Andréa.

É interessante destacar que entre os moradores de Caraparu, especialmente aqueles mais velhos, há várias histórias que fazem referência à origem do nome da Vila, entre as quais destaca-se um caso bem conhecido na região contada pelo Seu Manduquinha. Quando estive em sua residência para conversar sobre o modo de vida dos moradores locais, ele me contou uma história bastante interessante referente a origem do nome *Caraparu*.

Dizem que o nome *Caraparu* é por acaso que uns colono baixavam de canoa pelo rio Guamá, eles vinham gingando no batalhão [canoa de grande porte] aí eles viram um homem boiando na água vindo na direção deles, aí o homem parou no meio do rio, então eles disseram: olha! O cara parou, aí ficou Caraparu (Seu Manduquinha).

A origem das comunidades de Caraparu está estreitamente vinculada ao processo de distribuição do quilombo do Caxiú nas cabeceiras do rio Capim, pois foi onde houve grande concentração de escravos comandados pelo cabano preto Félix. Mais tarde o quilombo foi destruído pelas tropas imperiais. O rio Caraparu, utilizado como caminho fluvial, foi importante no processo de distribuição da população negra remanescente de quilombo. Essa população se organizou em forma de “mocambos” a partir do segundo quartel do século XIX e deu origem à maioria das localidades do distrito como a Vila da Boa Vista do Itá, Vila do Feijoal, Vila do Lago, Vila do Cacau, Vila do Manintea, Vila de Macapazinho entre outras (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ, s.d.).

Pesquisas nessa área levaram a essa conclusão pelo fato de muitas comunidades, como a própria Vila de Caraparu, apresentarem traços de etnia negra africana, além da indígena. Como exemplo dessa cultura tem-se as técnicas de produção agrícola com a prática do “corte” e “queima” da mata, o manejo da farinha de mandioca, bem como os “retiro”¹⁸,

¹⁸ Retiro é o nome que as famílias de agricultores de Caraparu dá ao local onde se prepara a farinha de mandioca. Esses retiros se localizam no centro dos terrenos agrícolas ou próximos a casa das famílias como uma espécie de “puxada” sem paredes com cobertura de telha de barro e piso de chão batido. Ou ainda, nos quintais das pessoas que moram mais próximas do centro da Vila de Caraparu.

unidade de produção familiar. Muitos desses “retiros” estão dispersos no interior da mata, próximo as áreas de produção agrícola. Além disso, a “cosmovisão cabocla” se faz presente nas relações sociais em Caraparu como nas práticas religiosas. Um exemplo dessas práticas é a “pajelança” que, segundo Maués (1999), tem sua origem nas crenças e costumes dos antigos índios tupinambá, sincretizados pelo contato com o branco e o negro, desde pelo menos a segunda metade do século XIX.

Sabe-se que, por influência portuguesa, a religião católica foi aceita pelo vilarejo e exerceu preponderância entre as populações de Caraparu. No entanto, segundo pesquisas, são notórias no interior de muitas comunidades ao longo do rio Caraparu, como Cacau, Lago e a Vila de Caraparu, práticas religiosas sincréticas de origem africana, indígena e européia como a umbanda em comunidades mais afastadas do Distrito de Caraparu e a pajelança na Vila de Caraparu, Cacau e Lago. Os relatos do Seu Lago e de sua filha Maria evidenciam a prática da pajelança na Vila de Caraparu. Eles relataram que:

Antigamente os médicos do mato era o pajé, hoje é o doutor. Na Vila tinha pajé, hoje tem bem pouco, hoje é mais o doutor. Hoje a medicina ta adiantada, então ela faz de tudo para derrubar o pajé, o pajé faz remédio de graça não cobra nada e o médico gastou muito e hoje tem que ter a parte dele (Seu Lago). Maria declara que, “ainda tem gente que se trata como pajé, mas tem gente que engana as pessoas”.

Em Caraparu, segundo documentos históricos, a religião católica exerceu forte influência no reagrupamento dos negros quilombolas refugiados ao longo das margens do rio Caraparu. Foi em torno da construção da igreja de Nossa Senhora da Conceição (padroeira da Vila de Caraparu) que surgiram os primeiros grupos. Vale ressaltar que na correspondência entre santos católicos e orixás, Nossa Senhora da Conceição é Iemanjá, o que reforça nossa argumentação de que há influência das religiões africanas na região e, por conseguinte, às práticas sincréticas na atualidade. Bastide (1985) argumenta que o sincretismo entre santos católicos e orixás dos cultos africanos foi o ponto de partida da união do cristianismo com a religião africana, dando origem ao sincretismo religioso. Essa forma de sincretismo será caracterizada pelo autor no sentido de justaposição e não de fusão, em que ritos católicos não se confundem com ritos africanos, justapõe-se, no entanto sem que se misturem ou se fundem. Para Ferreti (2003), o sincretismo Afro-brasileiro foi uma estratégia de sobrevivência e de adaptação que os africanos engendraram para o Brasil.

As discussões em torno do conceito de sincretismo religioso ainda são bastante diversificadas na academia científica. Apesar de não ser objeto de minha pesquisa, me deterei por alguns instantes à análise em torno desse conceito no intuito de apreendê-lo no contexto de Caraparu. Teóricos pós-modernos debatem idéias contrárias do que realmente venha a ser sincretismo. Ferreti (2003, p.12) informa que pesquisadores evitam mencioná-lo por considerar seu sentido negativo como sinônimo de mistura confusa de elementos diferentes. Para ele, “todas as religiões são sincréticas, pois representam o resultado de grandes sínteses integrando elementos de várias procedências que formam um novo todo”. Desse modo, o sincretismo como um processo dinâmico nasce a partir do indivíduo enquanto um sujeito sincrético que está sempre em busca do novo que leve a modificações, justaposições e reinterpretações das culturas.

Como resultado de contatos interculturais, a prática sincrética ligada ao fenômeno religioso é perceptível em Caraparu, na medida em que é notório no interior de muitas localidades ao longo do rio Caraparu, além do culto a Nossa Senhora da Conceição, práticas religiosas sincretizadas de origem africana, indígena e européia como a umbanda e a pajelança, além da “macumba” como é denominada na região. A convenção ao protestantismo de líderes religiosos na região de Caraparu como o pajé está levando-o a agregar em suas práticas “pajeísticas” símbolos de uma nova cultura religiosa que sendo reinterpretados se justapõe em meio a santos, curadores e entidades de diversos credos.

Para concluir este tópico, é interessante relatar um fato colhido em campo de pesquisa que faz referência à padroeira da Vila de Caraparu e à procissão do Círio. Esta será aprofundada no terceiro capítulo dessa pesquisa. No começo do século XX, em um terreno doado pela senhora Helena Martins Pará¹⁹, havia uma sociedade chamada Nossa Senhora da Conceição que, era composta por diversos senhores entre eles destacam-se Apoliano da Paixão, Manoel Bernardo, Manoel Chagas, João da Silva Faro, Geraldo Cardoso (avô do Seu Chicoã) e Simplício Ferreira de Souza. Esta sociedade se subdividiu em dois grupos. Um grupo escolheu Nossa Senhora da Conceição para a padroeira da nova vila que estava surgindo e o outro, São Pedro. Fizeram, então, um acordo: quem construísse a igreja primeiro, esse santo seria o padroeiro da Vila. Logo a primeira igreja a ser construída foi a de Nossa Senhora da Conceição. Foi então que, em 1918 aconteceu o primeiro círio de Nossa Senhora da Conceição, dia oito de dezembro por via fluvial, saindo da localidade do Cacau até a Vila de Caraparu.

¹⁹ Latifundiária que morou na região de Caraparu.

3 O VIVER LOCAL

3.1 PARENTESCO, SABERES E COSTUMES.

Como referi no início deste trabalho, optei pela escolha das famílias de Dona Deusa e do Seu Lago por elas estarem envolvidas diretamente com o comércio gerado com o turismo em Caraparu e a família do Seu Paulo, por residir em suas terras agrícolas que estão um pouco afastadas do núcleo da Vila de Caraparu. Não descarto a importância de que os membros de sua família participam indiretamente do desenrolar da atividade, na medida em que eventualmente desenvolvem atividades na “beira”, além de estarem sempre, segundo seus filhos, “apreciando o movimento lá na beira no sábado de noite e domingo”. Vale ressaltar que a escolha por essas famílias não me fez ignorar a importância de outros moradores de Caraparu que falavam com bastante propriedade sobre as influências mítica e religiosa nessa localidade. Nesta parte da pesquisa, irei abordar algumas considerações com relação os laços de parentesco estabelecidos entre essas famílias, bem como sua vida diária.

Começamos por apreender a categoria *família* no contexto da Vila do Caraparu que, segundo a Secretaria Municipal de Saúde (2006), tem aproximadamente 334 famílias distribuídas nesse espaço geográfico. Para as pessoas que residem nessa localidade, os indivíduos que vivem na mesma residência fazem parte da família nuclear que é constituída pelo marido, esposa, filhos e netos. Isto porque, neste caso, os netos costumam morar com os avós quando geralmente a mãe não possui um companheiro. Desse modo, ela passa a viver na casa dos pais como forma de proteção sócio-econômica.

Com respeito às pessoas que não vivem na mesma residência familiar como os tios, os sobrinhos, os primos, os cunhados, os genros e noras. Essas pessoas são consideradas “parentes” da família nuclear. Desse modo, entende-se que os parentes e a família nuclear formam os grupos domésticos baseados no parentesco por consangüinidade e por afinidade. Segundo Woortmann (1987) os grupos domésticos podem ser considerados como uma organização econômica cuja produção é, em grande parte, voltado para o consumo interno. Com efeito, em Caraparu, as categorias *família e parente* formam uma unidade doméstica que produz certos bens para consumo interno e alguns excedentes para a troca monetária como é o caso da produção da farinha de mandioca.

Tal como a análise de Woortmann (1987), em Caraparu a categoria *parente* refere-se, especificamente, aos consangüíneos não muito afastados e a categoria *família* fornece esses parentes que constituem um grupo doméstico em que o autor chama de “família extensa não residencial” formada a partir dessas duas categorias de parentesco. Isto é evidenciado entre os membros das famílias em estudo cujas relações de parentesco²⁰, entre essas famílias, se estendem para além da residência.

Nesse sentido, a família nuclear de Dona Deusa e os parentes constituem um grupo doméstico que é composto por esposa, marido, filhos, tios, sobrinhos, primos, netos, cunhados, genros e noras. Essas pessoas fazem parte de uma unidade doméstica que produz no sistema de “metade” ou “parceria”, como será discutido mais adiante. Esse sistema se processa tanto com o “trabalho na roça” como com a “venda na beira”. Isto se explica pelo fato dessas pessoas estarem ligadas por laços de parentesco. Dona Deusa, por exemplo, é tia do Seu Lago por parte de mãe e irmã do Seu Cláudio que é pai do Junião. O Seu Chicoã é primo do marido de Dona Deusa e a Dona Izabel é sobrinha do mesmo. O Jair é casado com a filha de Dona Iracema que por sua vez é filha de Dona Deusa.

O Seu Paulo é “parceiro de roça e de caça” do Seu Lago, pois como residem próximos um do outro, quase sempre trabalham juntos na “roça” e no tempo livre vão para a mata, próxima a suas residências, caçar paca, tatu e cutia. Eles estão ligados por laços de vizinhança e compadrio. Com relação a esta categoria, Woortmann (1987) irá dizer que é comum nos países da América Latina se estender a rede de parentesco através de outra rede de parentesco “metafórico” que é o compadrio ligado por laços de solidariedade. A família de Dona Deusa também tem laços de amizade e vizinhança com a família do Seu Paulo. Como exemplo disso, temos as relações que se estabelecem no que diz respeito ao trabalho ligado à “roça”. Dona Santinha, que reside no núcleo da Vila de Caraparu (filha de Dona Deusa), tem uma pequena área de terra para o cultivo de “roça” de mandioca voltada para o consumo familiar. No entanto, ela não tem condições de adquirir suas mudas de mandioca para o plantio. É nesse momento que as relações de vizinhança se estabelecem na medida em que o Seu Paulo lhe concede algumas mudas de mandioca para ela cultivar sua terra, sem nenhum benefício econômico para ele.

É importante salientar que a distância geográfica não impede as pessoas que residem no núcleo da Vila de Caraparu estabelecerem relações de amizade e vizinhança com àquelas que moram um pouco afastadas deste núcleo onde se encontram os terrenos agrícolas,

²⁰Para Marie (1975, p. 15) “o parentesco é, pois, uma relação social; nunca coincide completamente com a consangüinidade, quer dizer com o parentesco biológico”.

pois a distância social entre elas é mínima. Essas pessoas mantêm contatos, de certa forma, por meio das relações de solidariedade mantidas por tradições, sentimento de grupo e ajuda mútua em termos de produção econômica. Sobre essa questão Bertrand (1973, p.99) salienta que o que caracteriza as relações de vizinhança é a ajuda mútua, onde “se usa o primeiro nome e onde se instalam as fofocas”.

Esse sentimento de vizinhança está relacionado com a maneira como a população rural de Caraparu está, geograficamente, distribuída. Essa população se formou a partir das famílias Faro, Chagas, Farias, Ferreira e Paixão cujos descendentes são, entre outras, as famílias do Seu Lago e de Dona Deusa. Essas famílias se desenvolveram as margens do rio Caraparu onde se localiza a Vila de Caraparu. Como exemplo de tal importância, temos a família de Dona Deusa cujos pais e seu esposo o Seu Waldemar tinham terras próximas a orla do rio. As famílias Faro e Silva, como afirma Seu Chicoã, ainda têm terras nessa área. “Só que nessas terras, foram construído bares e o quintal dos Faro e alugado para estacionamento dos carros do pessoal de fora que vem pro balneário”. O que o Seu Chicoã relata é comprovado quando se percebe que a propriedade da família Faro, localizada próxima a orla do rio Caraparu, hoje é alugada para funcionar nos fins de semanas como estacionamento, no intuito de acomodar os veículos dos visitantes que freqüentam o “Balneário Caraparu”.

As residências dessas famílias foram construídas a partir do rio, indo em direção ao interior da Vila. Essas casas estão aglomeradas relativamente próximas uma das outras, enquanto suas terras agricultáveis se acham longe do núcleo residencial. As casas variam de forma, sendo a maioria construída em madeira. Nas residências mais próximas do núcleo da Vila, onde o comércio na “beira” do rio é intenso, há elementos da cultura material rural em meio aos citadinos do tipo, “potes” de barro, geladeira, “privadas” coberta com lona, localizadas nos quintais e outras mais “modernas” dentro da residência. As figuras 5, 6 e 7 mostram esses aspectos, em que se evidencia o comércio nas ruas e nas portas das residências dos moradores e a tensão vivenciada por esses moradores tanto no interior de suas residências como em torno delas.



Fonte: Nobre (2003).

Figura 5: O comércio nas ruas e nas portas das residências dos moradores da Vila.



Fonte: Nobre (2006).

Figura 6: A residência e parte do quintal do Seu Manduquinha no núcleo da Vila.



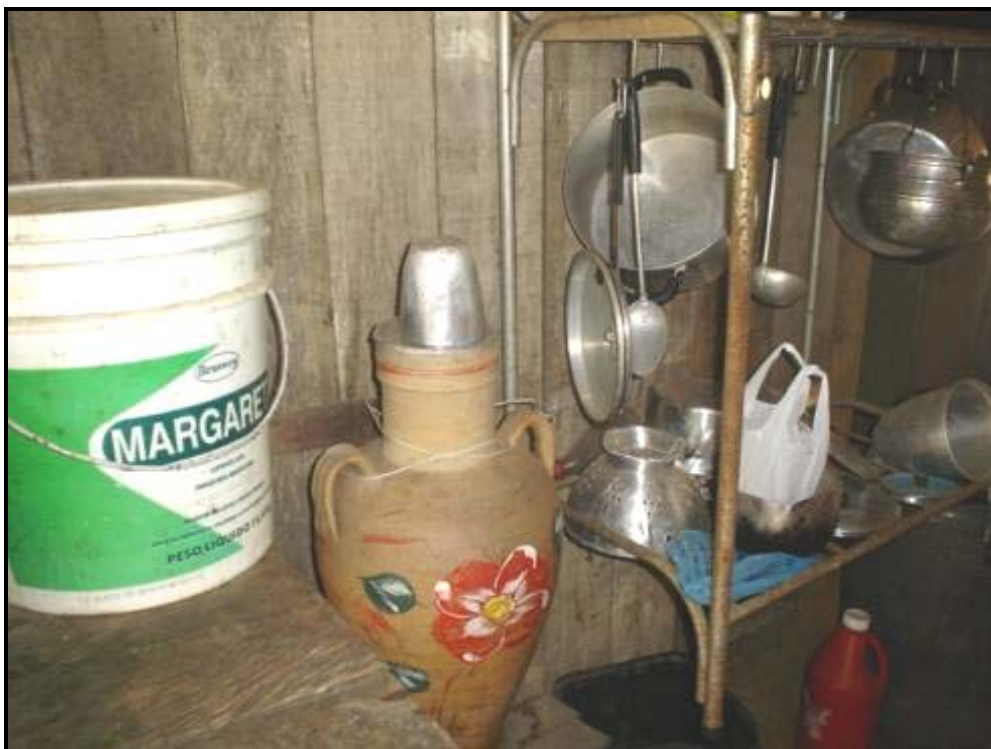
Fonte: Nobre (2006).

Figura 7: Residência da Maria onde se vê um aparelho de som e dois televisores. Entre esses, há um que não está funcionando. Esses aparelhos domésticos representam a incorporação dos elementos da cultura citadina nesse meio rural.

Nos terrenos agrícolas, foram identificados também esses elementos, não com tanta visibilidade como no núcleo da Vila onde os costumes citadinos são mais “aceitos” por aqueles que residem nesta parte da Vila. Isto se explica por vários motivos entre os quais estão os mais visíveis quais sejam: primeiro, o fato dessas pessoas estarem, diretamente, mais envolvidas com o comércio na orla do rio, e de certa maneira, mais próximas dos visitantes. E, segundo, por muitas pessoas manterem mais contatos do que aqueles que residem na área agrícola, com as cidades de Santa Izabel e Belém por meio ou do trabalho, ou de amigos. No entanto, não se pode deixar de apreender os aspectos da mudança como um processo dinâmico no viver local em Caraparu, cujos aspectos mostram com maior intensidade no núcleo da Vila do que nos seus arredores onde esse viver ainda se mostra em lenta transição com pouca influência dos hábitos e costumes da cidade.

Na residência do Seu Paulo, por exemplo, não há geladeira, apenas um pequeno “pote” com água que é retirada de um “poço” localizado nos fundos do terreno. Além disso, não há luz elétrica, somente iluminação a base de “lampião”, além dos “tamboretetes” de madeira e um “radinho de pilha”. Eles confirmam essa situação quando afirmam: “a luz ainda não chegou por aqui”. Há também o depósito onde se armazena o carvão para a venda que é

feita “por encomenda” e inúmeras criações domésticas como pato, galinha, porcos, e cachorros, sendo estes últimos, os companheiros dos agricultores em suas caçadas diárias. Na casa do Seu Lago, localizada no seu terreno agrícola, já se pode observar com maior visibilidade essa transição onde o “pote” de barro convive com a geladeira, que está a espera da luz elétrica e o “poço” de tijolo em meio a um banheiro com água encanada, além da existência de uma “privada” cercada apenas por uma espécie de material plástico (lona). As figuras, 8 e 9 evidenciam, nas residências do Seu Paulo e do Seu Lago, os aspectos descritos acima.



Fonte: Nobre (2006).

Figura 8: O “pote” de barro na residência do Seu Paulo, como um elemento da cultura rural-agrícola.



Fonte: Nobre (2006).

Figura 9: O Seu Lago em sua casa no seu terreno agrícola.

Nessas casas, as famílias são compostas de no máximo seis pessoas entre esposa, marido e filhos. No entanto, entre as famílias em estudo, foram perceptíveis os netos fazerem parte desses grupos. Como exemplo, temos o caso da residência de Dona Deusa onde moram os dois filhos de Dona Santinha e a residência do Seu Lago na qual também vivem a Maria e seu dois filhos e a jovem Alessandra que é neta e “filha de criação” de Seu Lago. Do mesmo modo, as pessoas que residem nos terrenos agrícolas, como a família do Seu Paulo, constituem um grupo relativamente pequeno com um número entre quatro a seis pessoas entre esposa, marido e filhos. A existência de um número mínimo de pessoas por residência se explica pelo fato dos membros dessas famílias, assim como os parentes próximos, terem habitações nos quintais ou dentro dos terrenos agrícolas dessas famílias ou ainda, na cidade de Santa Izabel. Os moradores da Vila, incluindo neste grupo aqueles que residem nos arredores desta vila, têm uma relação de vizinhança muito forte em decorrência da proximidade residencial, na medida em que suas residências, tanto nos terrenos agricultáveis como no núcleo da Vila, estão bem próximas uma das outras.

Convém lembrar que, apesar dos terrenos agrícolas se encontrarem distantes do núcleo da Vila de Caraparu, é comum nesses terrenos os pequenos agricultores construírem residências de barro ou madeira, além dos “retiros” onde se prepara a farinha de mandioca. Isto porque, muitos ou moram em suas terras agrícolas como a família do Seu Paulo, ou uma

parte da família reside naquele núcleo residencial, ficando apenas o marido e/ou seus “parceiros de roça” na terra agricultável como a família do Seu Lago. Ele mora sozinho em suas terras enquanto sua ex-esposa e filhas residem no núcleo da Vila.

Aqueles que residem no núcleo da Vila como Dona Rita, irmã do Seu Lago, e o Seu Cláudio, irmão de Dona Deusa, passam grande parte do dia na “lida da roça”, principalmente nos dias de plantio, colheita e preparação da farinha de mandioca. Cabe salientar que o Seu Cláudio, por ter um estabelecimento na “beira” do rio divide seu tempo diário entre o “trabalho na roça” e a “venda na beira”. Da mesma forma é com a Dona Iracema, filha de Dona Deusa, que apesar de não ter mais terras agrícolas “pede emprestado” de outras famílias um “pedaço de terra” para o plantio de “roça” de mandioca. Esta discussão será retomada em capítulos posteriores.

A vida diária das famílias de Caraparu é marcada pelo “trabalho na roça” e a “venda na beira”. A semana nesta localidade é dividida entre essas duas atividades econômicas, os fins de semanas correspondem a sexta à tarde, sábado, domingo e segunda-feira cujo afluxo de visitantes é intenso no período das férias escolares de julho. Desse modo, nos fins de semanas, as pessoas se dedicam a venda de seus produtos na orla do rio e nas portas de suas residências. A mulher se levanta cedo como de costume por volta das 6:30 da manhã para preparar o café matinal, que consiste em café com leite ou “preto” e pão. No domingo este café é servido com cuscuz²¹ ou tapioca com coco²².

Vale ressaltar que para as famílias que moram nas áreas agrícolas este café é “puro”, pois como diz dona Dora, esposa do Seu Paulo, “nem sempre tem dinheiro pra comprar pão do dia”. Após o café, é feita a limpeza de suas residências e a preparação do alimento para o almoço familiar. Este almoço, para quem reside no núcleo da Vila de Caraparu, consiste geralmente em feijão com arroz e farinha, peixe carne de gado e/ou frango. Já para aquelas pessoas que moram nos terrenos agrícolas como a família do Seu Paulo e o Seu Lago esse almoço é à base de feijão com farinha e carne de caça como paca, tatu e “porco do mato”.

Nesse “meio tempo”, os homens já começam a se dirigir para a “beira”. O Jair, por exemplo, começa a preparar a canoa para os passeios com os visitantes os donos de bares e barracas de churrascos se preparam para receber “o pessoal de fora” que começam a chegar na Vila por volta das 9:00 horas da manhã. Algumas mulheres, após a limpeza da casa e a

²¹ Consiste em uma iguaria feita de farinha de milho cozida ao vapor e servida com coco ralado.

²² A tapioca é uma espécie de bolinho feito em forma de um disco em que se coloca em uma frigideira para assar. Sua composição consiste apenas em goma que é retirada do suco da mandioca após ser “espremida no tipiti”.

lavagem de roupas, se deslocam para a “beira” para a venda do tacacá e do churrasco, outras para os bares ao lado de sua residência como é o caso de Dona Iracema e de Dona Izabel, sobrinha do marido de Dona Deusa. Outros moradores da Vila que trabalham como garçons ou garçonetes, como a jovem Alessandra, atuam na “beira” somente no domingo, dia de maior movimento, e durante todo o fim de semana de julho. As figuras 10, 11, 12 e 13 mostram o movimento na “beira” do rio com as vendas nos bares e nas barracas dos moradores de Caraparu, além do canoeiro Jair se preparando para receber os visitantes.



Fonte: Nobre (2006).

Figura 10: “Barraca” de tacacá e vatapá pertencente a um membro da família do Seu Cláudio.



Fonte: Nobre (2006).

Figura 11: "Bar do Bolacha", sobrinho de Dona Deusa.



Fonte: Nobre (2006).

Figura 12: Dona Maria José em sua "barraca" de tacacá.



Fonte: Nobre (2006).

Figura 13: Jair com o aluguel de canoa na “beira” do rio Caraparu.

Além do trabalho, há também as formas de diversão dessas pessoas. Convém dizer que muitos moradores disseram que não gostam de se divertir na “beira” durante o afluxo de visitantes, pois essas pessoas não deixam muito espaço para eles. Contudo, os mais jovens freqüentam essa “beira” durante as festas de aparelhagens. Algumas pessoas procuram formas de diversão durante os dias de “folga” que corresponde a terça e quarta-feira, dias de menor movimento no balneário e de “trabalho na roça”. Este é o caso das pessoas que trabalham como garçons e garçonetes nos bares e dos canoeiros que trabalham com o aluguel de canoas. Os lugares mais freqüentados pelos moradores são os bares durante os dias de menor movimento onde “jogam bilhar”, bebem e conversam sobre diversos assuntos. As mulheres gostam de freqüentar os bares cujos proprietários são também mulheres, pois dizem sentirem-se “mais à vontade para conversar e beber”. Já as senhoras mais idosas como Dona Deusa e as crianças menores costumam se divertir tomando banho no rio Macuiambá. Vamos apreender as formas de diversão da comunidade e os espaços por elas freqüentados na fala da Maria.

A gente vai pra beira depois do movimento à tardezinha, das cinco horas em diante o pessoal daqui começa a freqüentar a beira porque é a hora mais calma, não tem briga, bebedeira. A gente [algumas mulheres da Vila] bebe vinho, só as mais jovens de 14 a 30 anos, as mais idosas sentam na porta das casas apreciando o movimento e conversando. Julho é a época que a gente vai mais pra beira e fica nos bares agora tem o *point* do açai agora ficou melhor pra a

gente se reuni lá, é mais o pessoal da comunidade, a maioria frequenta o *point*²³.

Os relatos da Maria me fazem ter a percepção de que as formas de diversão dos moradores da Vila não se diferenciam daquelas praticadas pelos visitantes, salvo exceções no que diz respeito as horários, pois há pessoas idosas que frequentam, como a Maria diz, “à tardezinha”. No momento atual, o espaço mais frequentado por esses moradores é o balneário, nos horários de pouco movimento, o que deixa em evidencia o pouco contato com tais visitantes. E mais, que os novos arranjos econômicos estão viabilizando diversões não habituais para esses moradores como é o caso do “Point do Açai”.

Os frequentadores são, em parte, os moradores da Vila de Caraparu e da Vila do Lago. Tal qual o “Balneário Caraparu”, o “Point do Açai” está interferindo no curso normal do rio Macuiambá, pois foi construída uma espécie de represa que está interditando a fluidez deste rio que deságua no rio Caraparu. Além disso, o som oriundo das aparelhagens é intenso, o que incomoda os moradores que residem às margens da estrada da Vila do Lago, como relatou Dona Dora e sua filha Neném.

“É tanto barulho de noite que a gente não consegue dormir com as festas que tem lá no *point*, ele tirou o nosso sossego” (Dona Dora).

“O pessoal do Lago frequenta o *point*. Eu vou lá de noite, tem festa toda sexta, sábado e domingo” (Neném). As figuras 14 e 15 mostram o “Point do Açai” e a estrada da Vila do Lago.

²³ O “o point do Açai” é um espaço de diversão criado para atrair os visitantes que se deslocam para o “Balneário Caraparu”. Esse espaço se localiza na estrada da Vila do Lago e consiste em um bar edificado as margens do rio Macuiambá onde não só o visitante, mas os moradores da Vila de Caraparu costumam frequentar.



Fonte: Nobre (2006).
Figura 14: O “Point do Açai”.



Fonte: Nobre (2006).
Figura 15: A estrada da Vila do Lago e ao fundo, o “Point do Açai”.

O “Point do Açaí”, apesar de ser um local muito freqüentado pelos moradores de Caraparu, foi construído no intuito de atender uma demanda de visitantes que chegam à localidade atraídos pelo “Balneário Caraparu”, mas que preferem um lugar mais tranqüilo para suas famílias. Talvez a atração que este espaço exerce sobre população local esteja no fato de ser um lugar um pouco afastado da movimentação do centro da Vila nos fins de semanas, o que permite, de certa forma, muitos moradores apreciarem este espaço como forma de diversão aonde podem levar seus filhos para se divertirem no rio Macuiambá.

O Seu Lago relembra uma época em que a festa do boi-bumbá²⁴ constituía a forma de diversão mais prestigiada pelas famílias de Caraparu. Para ele, o que fez a população de Caraparu perder o interesse pelas “toadas do boi”²⁵ foram as festas realizadas no espaço do balneário por ocasião das festividades de junho. Como ele mesmo nos fala.

“A festa de junho agora é só na beira. A tradição de brincar o boi acabou. O pessoal só querem tá bebendo. Vai depender de nós agora organizar de novo o boi. O nome do boi de Caraparu era ‘Meia Noite’”.

Como evidenciado nos relatos do Seu Lago, a implementação do balneário alterou os costumes locais, pois as pessoas começaram preferir as festas na orla do rio em vez de prestigiarem as tradições locais. O Seu Lago, apesar de “resistir” à mudança, compreende que tal processo faz parte da dinâmica cultural de qualquer grupo social. Em sua experiência de vida, ele aprendeu que “hoje em dia a cultura tá muito avançada, e a gente tem que acompanhar a evolução do mundo”. A intervenção dos fazendeiros²⁶ e o protesto dos colonos contra a devastação das matas da região são perceptíveis nas “toadas do boi-bumbá” compostas pelo Seu Lago. Como segue:

“Alô fazendeiro não acaba com a floresta, pois acabando com a floresta é arriscado a gente morrer, pois é de onde existe a força que faz a gente viver”.

Segundo ele, esta é uma toada histórica, pois “o pessoal que canta em Belém não faz mais uma toada dessa”. Outra “toada” bastante interessante diz respeito ao acidente automobilístico do piloto de fórmula 1 Ayrton Senna, que resultou em sua morte no ano de 1994. Apesar de ainda persistir o que Seu Lago chama de “toada histórica”, a “toada” que se segue me faz refletir acerca da incorporação de novos elementos da cultura cidadina à letra das

²⁴ A festa do boi-bumbá consiste em uma espécie de encenação teatral com pessoas retratando a ressurreição de um boi que, a pedido de uma senhora que desejava sua carne, foi morto por um caçador que, arrependido, tenta de várias formas ressuscitá-lo.

²⁵ As “toadas do boi” são músicas curtas, cujas letras estão direcionadas a ressuscitar o boi.

²⁶ Os fazendeiros que vivem na região de Caraparu são pessoas que vieram especular terras nessa região e acabaram por comprar grandes glebas de terras dos moradores de Caraparu. Como exemplo, temos o Seu Camelo, um português que construiu uma olaria próxima a Vila do Lago e o Seu Almica Tocantins hoje já falecido, mas seus filhos têm criação de gado próxima a Vila da Maravilha, pertencente ao Distrito de Caraparu.

músicas cantadas ao “boi”. Esse processo se dá quer seja por meio da população flutuante, quer seja por meio dos meios de comunicação de massa. Vejamos.

“O mundo chorou num caso que aconteceu. O famoso Ailton Sena sofreu um acidente e morreu. Não chora povo não chora isso tinha que acontecer. As loucuras são tão grandes que foi a causa dele morrer”.

Após este tempo nostálgico relatado por Seu Lago, retornemos ao dia-a-dia desses moradores que hoje possuem hábitos e costumes relativamente alterados pelos novos arranjos sócio-culturais presentes no viver local. Diferente do fim de semana, a rotina dos outros dias da semana para aqueles que moram no núcleo da Vila e para os que residem nos arredores desta vila, parece correr calma, tranqüila, sem grandes novidades fora dos períodos de maior movimentação dos visitantes. As atividades cotidianas começam por volta das 7:00 horas da manhã para os “serviços de casa” já para a “lida na roça”, principalmente para aqueles que moram nas terras agrícolas, o dia amanhece cedo. De acordo com os saberes locais do Seu Lago, que aprendeu com seu pai os conhecimentos acerca do tempo cíclico natural sem a influência da modernidade, a “lida” diária do agricultor começa muito cedo com o raiar do dia. Vejamos o que ele diz a esse respeito:

O trabalho do colono é assim, quando é seis horas é pro serviço, porque vem saindo o sol. Quando é 9 horas, pela altura do sol em meio termo é pra merenda e 12 horas quando o sol tá empinado, no meio do céu é pro almoço. Quando é cinco e meia da tarde o sol tá querendo sentar [se pôr] na floresta é hora de parar de trabalhar (Seu Lago).

Enquanto os homens estão a roçar e derrubar a mata para a plantação agrícola ou estão nos bares com as poucas vendas durante a semana, as mulheres, nesse período, se dirigem para a “lida na roça” ou para o trabalho no fabrico do carvão e na preparação da farinha de mandioca. Convém lembrar que a preparação deste produto ocorre a cada 15 dias, geralmente na sexta feira pela manhã. Mas antes dessas atividades econômicas, elas cuidam rapidamente das tarefas de casa e preparam as crianças mais novas para irem à escola que pode ser uma das localizadas no núcleo da Vila de Caraparu ou uma das localizadas na cidade de Santa Izabel. A maioria dos jovens estuda à tarde, visto que pela manhã muitos ou trabalham em olarias na região de Caraparu ou auxiliam os pais na “roça”. É importante salientar que muitas mulheres costumam levar seus filhos menores tanto para a “venda na

beira”, como para a “lida na roça” para auxiliá-las durante o trabalho. Vejamos o que mostram as figuras 16 e 17.



Fonte: Nobre (2006).

Figura 16: Maria em sua residência servindo o almoço



Fonte: Nobre (2006).

Figura 17: Neném em sua residência, ouvindo seu radinho de pilha enquanto cuida da pimenta-do-reino.

Como já exposto anteriormente, essas famílias têm a base de sua alimentação na farinha de mandioca, na carne bovina, no frango e no peixe e aqueles que moram nos terrenos agrícolas, além da farinha de mandioca com feijão, tem a base de sua alimentação na carne de caça como paca, tatu e cotia. A farinha que fazem é mais para consumo interno e o excedente, elas vendem para pessoas da região de Caraparu que também as usam para consumo familiar. O movimento no “retiro” se dá entre homens e mulheres, mas com a presença mais forte das mulheres. Entre as famílias estudadas, as atividades no “retiro” têm sua especificidade, pois são realizadas pelas mulheres e com menor frequência, pelos homens de acordo com o contexto onde estão localizados esses “retiros”.

O “retiro” de Dona Iracema que se localiza no quintal de sua residência, é também de uso de parentes e amigos que não o possuem. Isto acontece, por exemplo, com Dona Izabel, que além de não possuir terras agrícolas, não possui também um “retiro”. Dessa forma, ela usa o “retiro” de Dona Iracema para o preparo da farinha de mandioca. Em troca, ela ajuda Dona Iracema a preparar sua farinha e depois organizar e limpar todo o “retiro”. Dona Iracema, sua mãe e sua irmã sempre prestam auxílio à Dona Izabel, pois essa no dizer de Dona Santinha precisa de ajuda.

“Ela tem um bar de onde tira o sustento, a gente paga pra ela lavar roupa pra nós só pra ajudar ela, em troca, ela sempre ajuda a gente no serviço de casa e a fazer nossa farinha” (Dona Santinha).

Isto constitui um aspecto da solidariedade e de ajuda mútua entre parentes, vizinhos e amigos. Nesse sentido, “uma mão lava a outra”, como salienta Woortmann (1987, p. 195), ao destacar este antigo dito popular usado por seus informantes para explicar o que o parentesco significa para eles. Woortmann, ao estudar as funções do parentesco, irá dizer que tal expressão designa o sentido da reciprocidade “em que há um princípio geral de obrigação implícito nos laços de ‘sangue’”.

Neste “retiro”, a presença das mulheres é mais forte. Isto, porque Dona Iracema é viúva e sua irmã, Dona Santinha, é separada de seu esposo, além de Dona Izabel, que também não tem mais um companheiro. São mulheres que já possuem certa independência econômica longe da esfera masculina com relação aquelas que moram nos terrenos agrícolas. Dona Santinha, por exemplo, “mexe com roça” para consumo familiar e por gostar de “lidar com a terra”, mas trabalha como enfermeira em um hospital localizado na cidade de Belém e, no período de julho e do Círio de Nossa Senhora da Conceição, ela vende churrasco na “beira” do rio. Já Dona Iracema e Dona Izabel têm um bar ao lado de suas residências, onde vendem

bebidas para os visitantes que vêm à Vila atraídos pelo balneário. Ela e Dona Iracema fazem farinha não somente para o consumo, mas também para a venda dentro da comunidade. O “tucupi”²⁷ serve tanto para consumo interno como para comercializar com as pessoas de outras regiões e com aquelas que trabalham com a venda de comida na orla do rio e nas ruas da Vila de Caraparu.

Mas é comum o homem, pertencente ao “grupo doméstico não residencial”, auxiliar na produção da farinha como o Jair e o Seu Chicoã que sempre são solicitados por essas mulheres para dividir com elas a tarefa de “buscar a lenha na roça”, cortá-la, lavar a mandioca, “sevar”, colocar no “tipiti”²⁸ e “torrar a farinha no forno”. Esse trabalho será recompensado com farinha quando cada uma dessas mulheres oferece certa quantidade do produto para àqueles que as auxiliaram no preparo deste produto.

Esse mesmo processo é verificado com algumas diferenças nos arredores da Vila onde se encontram os terrenos agrícolas. Neste local, o movimento no “retiro” é entre homens e mulheres pertencentes, quase todos, ao “grupo doméstico residencial”, como no caso da família do Seu Paulo. Aqui, excetuando este que alega já não ter mais saúde para tal processo. Homens e mulheres, tanto jovens como os mais velhos, participam de todo o processo, desde a colheita da mandioca na “roça” até o preparo da farinha. Mas a preparação do almoço familiar é de responsabilidade das mulheres da casa.

É comum alguns parentes como cunhados, noras e primos que residem em residências que se localizam no terreno desta família ou em localidades próximas a Vila de Caraparu aparecerem para auxiliar na produção da farinha. A recompensa consiste em alguns litros de farinha de mandioca. A quantidade total da produção do dia é de uma saca de farinha que corresponde a 60 kg do produto. A produção desta farinha é para o consumo familiar, mas sempre sobra para a venda dentro da comunidade. No caso do tucupi, Dona Dora sempre vende por encomenda para as pessoas que trabalham com a “venda na beira”, ou para aquelas que moram em Belém e compram o produto pela época do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, a fim de revenderem nas feiras e supermercados dessa cidade. A figura 18 evidencia a família do Seu Paulo na preparação da farinha.

²⁷ Tucupi é o suco de cor amarelado extraído da mandioca, quando esta é colocada no tipiti.

²⁸ Cesto cilíndrico feito de palha em que se põe a mandioca para extrair o suco.



Fonte: Nobre (2006).

Figura 18: Dona Dora, Preto, Neném e o primo descascando a mandioca.

Essa mesma atividade foi observada no terreno agrícola do Seu Lago que, assim como a família de Dona Deusa e seus parentes e a do Seu Paulo, me acolheu muito bem em sua residência. Lá me ofereceram carne de caça de paca e de tatu para eu comer como “merenda” que é servida às 9:00 horas da manhã. Eu estranhei a princípio, pois não tenho o hábito de comer carne de caça, principalmente na “merenda”. O Seu Lago me disse que, “aqui é assim mesmo, a gente tem o costume de merendar todo dia ou carne de caça ou feijão com farinha e ovo frito, porque de manhã antes de ir pra roça o café é puro”. E era o que sempre me ofereciam todas as vezes que ia às residências do Seu Paulo e do Seu Lago. E eu aceitava de bom grado.

É interessante observar que a dieta das famílias que residem no núcleo da Vila, mais próximas da “beira” do rio como a família e parentes de Dona Deusa e do Seu Lago, nos quais somente ele reside no terreno agrícola, é baseada na carne bovina e no peixe. Essa dieta se explica pelo fato primeiro destas famílias trabalharem com a venda de churrasco na “beira” do rio e por estarem em constante contato com a pesca de rede e de anzol no rio Caraparu. Enquanto que na residência daquelas que moram nas áreas agrícolas o alimento principal, como já dito, é a carne de caça com feijão e farinha. Isto, porque as proximidades com a mata os possibilitam quase todos os dias matarem uma caça para a “merenda” ou para o almoço

como paca, tatu, cutia e veado. Esta caça é, geralmente, conservada com sal. Na residência de Dona Dora, por exemplo, a recompensa dos cachorros caçadores é uma parte da caça que é armazenada com bastante sal em um paneiro feito de talas de guarumã (árvore da região) e pendurado em uma “puxada”, onde é preparado o alimento diário da família, conforme mostra a figura 19.



Fonte: Nobre (2006).

Figura 19: O sexto feito de talas de guarumã onde se armazena a caça na residência de Dona Dora.

A residência do Seu Lago assim como a do Seu Paulo é de madeira. Próximo a ela se observa um poço de tijolos e várias criações domésticas, além de uma “puxada”, ou seja, o “retiro” onde contém o forno a lenha. Este é construído de barro e tem sobre sua estrutura um grande recipiente de cobre, onde é posta a massa da mandioca para ser “torrada” e outros materiais necessários para a produção da farinha. Há ainda um velho fogão que antes funcionava a gás, mas hoje faz às vezes de um fogão de carvão onde se prepara o alimento.

A preparação da farinha começa bem cedo às 7:00 horas da manhã e se estende pela tarde. Maria e seus filhos pequenos, além de sua irmã Alcinéia e as netas do Seu Lago, chegam bem cedo no terreno para cuidarem dos serviços de casa, pois como ele mora sozinho, suas filhas sempre o auxiliam nos afazeres domésticos antes de começar a trabalhar no preparo da farinha. No decorrer do processo, elas dividem seu tempo diário entre o preparo da “merenda”, do almoço e a “lida” com a farinha em que têm a função de lavar a mandioca,

descascar, amassar e por no tipiti para extrair o suco. As crianças mais novas as auxiliam nesta atividade.

A função do Seu Lago é de cortar a lenha, “sevar” a mandioca e dividir a tarefa de “torrar” a farinha com um “torrador” que está encarregado de apenas desempenhar este papel. Segundo o Seu Lago, “é um trabalho de diária a gente paga um meio dia de trabalho, seis reais com café, merenda e almoço e ainda dá a farinha e o tucupi”. Cabe salientar que é comum nessa região o “trabalho de diária na farinha”, em que é pago a um “torrador” experiente cuja recompensa é ou em valor monetário mais o produto ou somente em farinha.

Preto, filho do Seu Paulo, se considera um bom “torrador”, pois como ele mesmo diz “eu trabalho na diária pros colonos daqui do Caraparu, eu agüento torrar farinha o dia todo se for o caso, não é qualquer um que agüenta tem que ser uma pessoa experiente”. Mas essa função não é somente dos homens, as mulheres também desempenham tal tarefa sem o auxílio de um “torrador”. No entanto, elas não têm a habilidade dos homens quando a tarefa é de “jogar a farinha pro alto” como resposta ao bom desempenho do “torrador” que aprendeu com os pais tal técnica.

Segundo o Seu Noel das Graças (conhecido como Pelado), ajudante do Seu Lago, “mexer a farinha é fácil, agora ter a técnica de jogar ela pro alto não é muito fácil”. Eu mesmo tive a oportunidade de vivenciar essa experiência, mas não fui muito feliz ao tentar “mexer” a farinha e arremessá-la para o alto. Maria e Dona Dora, mesmo experientes nesse processo, também não obtiveram sucesso ao “jogar a farinha pro alto”. Elas sempre dizem “isso é um saber do homem, a mulher não sabe fazer muito bem isso”. O saber aqui descrito pode ser visualizado na figura 20.



Fonte: Nobre (2006).

Figura 20: O Seu Noel “jogando a farinha pro alto” como um saber dos “torradores” de farinha de Caraparu.

Ao término da preparação da farinha de mandioca, é de responsabilidade dos homens a tarefa de limpar os instrumentos de trabalho e às mulheres cabe a função de deixar o “retiro” limpo de toda a sujeira do dia, deixada pelas cascas e pelos restos da massa da mandioca. Importa assinalar que, na Vila de Caraparu, os “retiros”, tal como evidenciado por Costa (2004), em seus estudos em uma comunidade pertencente ao distrito de Caraparu, além de um espaço de produção, podem ser considerados também um lugar de sociabilidade, onde as pessoas se reúnem durante a preparação da farinha e seus derivados como o tucupi e o “beiju”. Simmel (1983) irá salientar que a sociabilidade como categoria sociológica é uma forma *lúdica da socição*. Ele acrescenta ainda que a sociabilidade são formas de interação cujos interesses e necessidades específicas certamente fazem com que as pessoas se unam em associações econômicas, em parentesco consangüíneo e em sociedades religiosas. Para Simmel, todas essas sociações se caracterizam por um sentimento entre seus membros, de estarem interagindo, e pela satisfação que tal interação proporciona ao grupo.

Com efeito, em Caraparu, as formas de interação durante a produção da farinha e de seus derivados são específicas de cada grupo social. Como exemplo tem-se as conversas entre os parentes e amigos. Elas são diversificadas envolvendo assuntos que variam desde

quem matou a caça que estava no “bofete”²⁹ na mata, até sobre histórias de caçadores que ficaram “mundiados” na mata pelo “curupira”.³⁰ Contam piadas, disputam quem descasca mais rápido a mandioca, quem cozinha o melhor o feijão, se divertem enquanto fazem as refeições enfim, fazem do trabalho “uma grande reunião familiar”. Em situação análoga ao que Mauss (2003) observou entre as sociedades esquimós, o “retiro” para as famílias de Caraparu, assim como a casa de inverno (*kashim*) destas sociedades, constitui um lugar de reunião entre parentes e amigos próximos. A figura 21 mostra a família do Seu Lago na preparação da farinha no “retiro” onde também se estabelecem formas de sociabilidade.



Fonte: Nobre (2006).

Figura 21: Reunião familiar na preparação da farinha. Maria, seu filho, Alessandra e ao fundo, o Seu. Lago e Alcinéia.

É interessante observar que numa comunidade baseada no parentesco como a de Caraparu, os membros dos grupos domésticos produzem uma rede de relações por parentesco e afinidade nos assuntos econômicos que acontece, tanto com o “trabalho na roça” como com a “venda na beira”. Os vizinhos, que em sua maioria são parentes que se incluem nesses

²⁹ Bofete é uma forma de armadilha feita com uma espécie de arma de fogo em que se coloca no caminho ou “vareda” da caça. Quando a caça tocar na linha da arma de fogo, esta dispara matando o tatu, a paca ou a cutia.

³⁰ O curupira é uma entidade mítica que habita a mata. Ele tem o poder de fazer as pessoas se perderem na floresta, isto é, ficar mundiada. Tal como as observações de Maués (1999) numa povoação de pescadores no litoral do Pará. Na área de mata de Caraparu, isto acontece também com caçadores que têm o costume de caçar persistentemente um só tipo de caça.

grupos, “trabalham de metade” na produção da “roça” e no comércio na orla do rio. No dizer de Sahlins (1974), o parentesco viabiliza não somente a ajuda mútua, mas também a produtividade. Godelier (1973, p. 45) corrobora tal assertiva quando salienta que, “as economias reguladas por mecanismos de reciprocidade, exprimem e dependem das relações de parentesco”, conforme se evidenciará no quarto capítulo. Por enquanto, a fim de descrever melhor o viver local dessas famílias, me deterei na seção final deste capítulo na análise das representações locais e das crenças nos seres míticos em Caraparu, a fim de evidenciar como a “venda na beira” interfere nessas representações.

3.2 CRENÇAS E REPRESENTAÇÕES LOCAIS

As famílias de Caraparu, bem como as localidades existentes ao longo das margens do rio Caraparu, têm uma riqueza cultural imensurável no que tange à religiosidade e às crenças em seres “encantados”³¹ que habitam o fundo dos rios e das matas. Os moradores locais têm o respeito pelos “encantados” do fundo e da mata. Os do fundo (peixes, botos, cobras, caracóis) têm como morada o rio Macuiambá. Neste rio, os seres míticos agem como defensores da natureza, porém qualquer perturbação contra esses seres ou contra a natureza ocasionará em “malineza”³² para os seres humanos. Segundo o Seu Manduquinha, as doenças mais comuns de pessoas molestadas por encantados neste rio são o “mau-olhado de bicho” e a “flechada de bicho”, cujos sintomas são dores de cabeça, enjôos e vômitos. Nesse caso, é necessária a presença de um “benzedor” para eliminar o mal. O mais conhecido e respeitado por todos na Vila de Caraparu é o Seu Manduquinha que sempre é solicitado pelos moradores locais para rezar contra tais males.

Tal como verificado por Maués (1995) na região de Itapuá, em Caraparu o Seu Manduquinha exerce um papel importante no cotidiano dos moradores locais, na medida em que é o intermediador dos males causados por essas entidades “invisíveis” aos olhos do indivíduo. O Seu Manduquinha relatou casos marcantes de pessoas que foram molestadas por

³¹ Os encantados, como explica Maués (1999), são concebidos como seres humanos que habitam o “fundo” dos rios ou a “mata” e não podem ser confundidos com espíritos, dado serem pessoas que não morreram, mas se “encantaram”. Seus poderes são extraordinários, sendo normalmente “invisíveis” aos outros seres humanos. Porém podem se manifestar voluntariamente sob forma humana ou animal. Para Maués, os encantados possuem uma ambigüidade no sentido de curar e também provocar doenças no indivíduo.

³² Para Maués (1995) as ações maléficas provocadas por entidades míticas ou por seres humanos são vistas na concepção das populações do interior da Amazônia, como malineza, que é associada no discurso dos moradores de Caraparu com a idéia de inveja.

seres míticos que habitam o rio Macuiambá. Ele contou um caso de um morador de Caraparu que foi acometido pela “flechada de bicho”, além de ficar “grudado” em uma das pedras. Tal morador foi retirado por Seu Manduquinha por meio de “passes e benzeções”. Isto aconteceu pelo fato desse indivíduo não respeitar a morada dos encantados, entre elas duas pedras que “repousam” na beira desse rio e serve de morada para a “cobra coral encantada”. Convém salientar que, o Seu Manduquinha não se considera mais um pajé, pois já se converteu ao protestantismo. Ele frequenta um templo da Assembléia de Deus no núcleo da Vila de Caraparu. Mas ele ainda é identificado pelos moradores locais como tal, pois mesmo sendo adepto da Assembléia de Deus, o Seu Manduquinha ainda “benze” crianças e adultos acometidos por diversos males. Para esse senhor, “benzer e dar passes” nas pessoas não constitui “coisas do demônio”, mas a prática da pajelança, é “coisa do demônio”, na medida em que nas sessões de cura se invoca as entidades sobrenaturais.

As entidades presentes nas concepções religiosas das famílias de Caraparu agem como elementos influenciadores nas relações sociais entre os indivíduos, uma vez que o contato direto com a mata e com os rios os faz ter a percepção de que tudo tem sua mãe e que devem respeitar seus locais de morada para não serem acometidos por males provocados por entidades maléficas. No entender do Seu Manduquinha a pedra que “repousa” no rio Macuiambá é morada de uma cobra coral encantada. “A cidade é dela, ela mora lá, a pessoa que tirar aquela pedra pode morrer. Eu aconselhei o dono da casa próxima do rio a não deixar o pessoal de fora mexer na pedra, porque é perigoso”. Na realidade, o que este senhor deseja com tal aviso é afastar os visitantes do local de morada dos encantados no intuito de proteger essas entidades do contato com pessoas que, segundo ele, são indesejadas para os encantados.

Para os moradores da Vila de Caraparu, a presença dos visitantes está fazendo com que os seres encantados mudem de lugar, procurando áreas mais afastadas. O Seu Manduquinha informou que em algumas áreas os encantados já não vivem mais, como próximo ao balneário. Esse senhor deixa em evidência em sua fala as causas da mudança desses seres para lugares mais afastados da Vila de Caraparu.

O pessoal já não respeita mais os encantados. Eles não saem mais seis da tarde pra fazer os trabalhos deles, porque tem muita gente e barulho na beira. As pessoas não fazem as tarefas durante o dia? Pois é, assim é eles. Eles sai pra fazer os trabalho deles, agora sai tarde da noite, quando acaba tudo lá na beira. Porque eles gostam de silêncio. A morada deles é o rio Macuiambá. Já tem bar próximo desse rio. Eles tão sumindo também porque jogam água benta neles (Seu Manduquinha).

O interessante em sua fala é a questão do temor que as pessoas da Vila têm desses seres, pois eles são perigosos quando incomodados nos locais onde costumam se manifestar como nos igarapés, rios e matas. Por esse motivo é que muitos moradores “jogam água benta”. Outra questão importante em sua fala está relacionada ao movimento intenso de pessoas, tanto na orla do rio por conta do balneário, como no rio Macuiambá. Isto, porque muitos visitantes utilizam este rio como lazer em horários não apropriados, desrespeitando as concepções locais, as quais não se deve tomar banho ou passar por um rio nos horários de meio-dia e seis da tarde. Pois, como informou o Seu Manduquinha: “Eles têm a hora deles, porque eles sai na hora morta, meio-dia e seis da tarde. Nas outras hora, eles tão na toca, na morada deles, no Macuiambá”.

Dona Maria de Fátima, esposa do Seu Vagner Faro, relatou que “a pedra do rio Macuiambá é a morada da cobra coral encantada, se a pessoa mexer, fica judiado de bicho”, ou seja, com fortes dores de cabeça e vômitos. Para não ser “malinado” pelos encantados que habitam este rio, Dona Maria de Fátima informou que se deve pedir licença para entrar no rio, utilizando os dizeres, “minha vizinha, dê licença para eu entrar no seu garapé”. A expressão “minha vizinha” me faz compreender que as relações de vizinhança entre os grupos sociais dessa localidade se estendem também a essas entidades. Na concepção dessa população, essas entidades são vistas como vizinhos, na medida em que fazem parte da realidade cultural dos habitantes de Caraparu.

Existe também o encantado da mata, que é o curupira, como é denominado pelos moradores de Caraparu. O curupira é considerado perigoso, podendo causar o “mau-olhado” nas pessoas, ou “mundiá-las”, isto é, fazê-las se perderem na mata. O Seu Vagner Faro, “filho de Caraparu”, afirma já ter ficado “mundiado” ao entrar para caçar e, para sair, teve que dar vários “nós” em um cipó, jogá-lo para trás no sentido de distrair o curupira, para então sair da mata. Ele diz também que o curupira “judiou” dele quando armava sua espingarda na mata, e que para evitar ser mundiado novamente teve que jogar “água benta” na espingarda. Preto, filho do Seu Paulo informou que, “tem muito caçador aqui de Caraparu que andaram e vararam no mesmo canto”. Segundo ele, existem várias maneiras de se livrar do curupira como ele mesmo relata.

“Tem que pegar um cipó enrolar e esconder as duas ponta e no meio dele faz uma cruz e põe num pedaço de pau. Assim ele se encanta com a rodilha, se enteste [verbo entreter] e esquece as pessoas”.

No entender de Maués (1995), se por um lado os encantados são temidos pelos males que causam às pessoas ao se manifestarem como bichos, oiaras, anhangás, e curupira,

por outro, eles também podem fazer o bem quando surgem como caruanas nos trabalhos dos pajés, pois têm poderes de curar os doentes. Ele acrescenta ainda que as ações maléficas dos encantados podem ser vistas, em certos casos, como forma de castigo contra possíveis abusos cometidos pelo indivíduo. Para esse autor, os encantados não se manifestam somente no ritual “xamanístico”³³ e a pajelança não se limita a práticas curativas.

Em Caraparu, as aparições dos encantados são corriqueiras na vida diária de muitas pessoas. Vale ressaltar que, nessa localidade, nem sempre se utiliza esse ritual para as sessões de cura, pois algumas vezes simples benzeções ou passe podem curar o indivíduo, dispensando assim, a realização dos “trabalhos” xamanísticos. O Seu Manduquinha relatou que a prática das sessões xamanísticas em Caraparu se resume apenas em passes e benzeções, pois a incorporação de seus “guias” não é permitida por sua religião³⁴. No entanto, entra em contradição ao afirmar que em sua residência, longe do público, “recebe seus guias para cumprir suas obrigações”.

Em Caraparu, a matinta perera também se faz presente no cotidiano dos moradores. Ela tem importância nas crenças e representações locais. Durante pesquisas, ouvi casos de pessoas que se transformam em matinta perera na Vila. Uma delas era uma mulher já idosa que visitava os quintais dos moradores em noites escuras. Dona Lina Borges, que há tempos atrás foi uma parteira muito experiente na Vila, conta que a matinta já a acompanhou várias vezes no caminho para a “roça”. Contudo, hesitou em responder quem são as pessoas que viram matinta perera. Isto porque os moradores da região temem as forças sobrenaturais.

Dona Lina disse que, quando a matinta a acompanha, ela fala. “Segue no teu, que eu sigo no meu”. Como que para deixar claro tal expressão, indaguei o significado e ela me disse que “ela tá no fado dela e eu tô no meu que é na minha lida”. Segundo Maués e Villacorta (1998), os fadistas são pessoas que têm o fado, ou seja, o destino ou sina de transformarem-se em animais todas as noites entre os quais está a matinta perera.

Em Caraparu, segundo informações, o fado, tal como verificado por esses autores na região de itapuá, é passado de avó para neta. Uma senhora que preferiu não ser identificada, mas que “é filha de Caraparu”, afirma que ao lado de sua casa existe o mais novo caso de matinta na região. Segundo ela, é uma jovem, a qual esta moradora já comprovou, pois ela veio assobiar em seu quintal, ela apenas disse: “quer café e açúcar, vem buscar pela

³³ A pajelança cabocla, segundo Maués (1995), é uma forma de xamanismo em que a incorporação de entidades, conhecidas por encantados ou caruanas, se dá por meio do pajé quando entra em transe ritualístico, e passa a realizar trabalhos objetivando a cura de doentes acometidos por males de diversas origens. Os mais comuns são àqueles praticados por encantados que vivem no fundo dos rios e igarapés e os que vivem na mata.

³⁴ O Seu Manduquinha se converteu ao protestantismo, mas em sua residência é perceptível a forte relação existente entre ele, as entidades míticas e os doentes que o procuram, atacados por diversos males não-naturais.

manhã”. E no dia seguinte estava ela em sua porta dizendo “eu vim buscar o que a senhora me prometeu”.

A matinta perera também possui o poder da “malineza” e, tal como as ações maléficas dos “bichos do fundo” ou da “mata”, cabe ao Seu Manduquinha a responsabilidade pela cura. Ele também já ouviu várias vezes o assobio dela e diz que basta demonstrar mais força que ela para a “malineza” não atingir seu corpo. Diz também que, certa noite, ele ouviu o assobio dela, “fiiiiiuu matinta perera!”, e falou, “acaba com a tua brincadeira, vai te embora, e vem amanhã buscar açúcar e café”. O interessante é que os relatos dos membros da comunidade trazem em seu bojo resposta como “vem amanhã buscar café e açúcar”. E no dia seguinte a pessoa aparece na porta, sendo sempre alguém conhecido, o que nos leva a apreender que a relação da matinta perera com os moradores daquela comunidade faz parte do viver local. Além disso, o temor pelos males causados por essa criatura os faz compreender que recompensando-a com café e açúcar tais males serão evitados.

Dona Lina Borges contou outro caso interessante sobre a matinta perera. Foi há muito tempo atrás, quando ela assobiou dentro de sua casa, próximo a rede de seu filho. “Mais depressa eu gritei, desgraçada, deixa meu filho que ele tá dormindo, se alembra de Deus, praga!”. A relação entre o bem e o mal parece complexo de acordo com as concepções locais. Isto, porque uns dizem que a matinta só faz o mal se mexerem com ela, enquanto outros afirmam que ela é o demônio e que não é preciso perturbá-la, pois ela “malina” mesmo sem uma causa concreta. De acordo com o Seu Manduquinha, os tipos mais comuns de “malineza” praticada pela matinta perera são: dores na cabeça, e febre. Maués (1995) compreende que a malineza poderá estar associada ao ato de praticar o mal, incluindo a feitiçaria e algumas maldades praticadas por crianças. No entanto, segundo esse autor, se formos analisar com mais propriedade o conceito se aplica a atos intencionais de natureza sobrenatural, provocados, segundo Maués (1995), por agente humanos ou não propriamente humanos, como os encantados e as feiticeiras.

O Seu Manduquinha informou que: “a matinta perera aparece em lugar que não tem muita gente, porque na época de julho na Vila, o pessoal fica a noite toda acordado, por causa das festa lá na beira. Aí, ela não aparece mais com frequência todo dia”. Do mesmo modo, os relatos do seu Chicoã corroboram tal assertiva quando diz que: “A matinta, aparecia mais antes da beira. Porque agora, tem muita gente na rua”.

É interessante observar, como os relatos dos moradores de Caraparu, com relação às perturbações causadas aos seres míticos presentes nesta região, me fazem ter a percepção de que a culpa sempre recai sobre “o pessoal de fora” que vem à localidade atraídos pelo

balneário e acabam por interferirem no viver local com seus hábitos e costumes citadinos. Eles desrespeitam as crenças e representações locais, pois muitos, por não acreditar em seres sobrenaturais, uma vez que não fazem parte de sua realidade cultural, não respeitam os costumes dessa comunidade. Isto fica claro nos relatos de Dona Maria de Fátima quando diz que as pessoas que não moram em Caraparu, não acreditam que possa existir seres míticos. “Tem gente que teima com a gente que isso é lenda, mas não é lenda não, isso é verdade”.

3.3 O “CÍRIO DO CARAPARU” É ESPERADO O ANO INTEIRO

Além da crença em seres míticos, as famílias de Caraparu têm devoção a Nossa Senhora da Conceição, cujo círio fluvial é realizado todo dia 08 de dezembro, por ser o dia da “Imaculada Conceição”. Na semana que antecede o Círio, as famílias de Caraparu se preparam para as festividades que, no dizer de Dona Iracema, “é esperada o ano inteiro”, não só pela devoção a essa Santa, mas porque é a época em que a “venda na beira” se intensifica. Tal fato me faz inquirir como os novos arranjos econômicos criam oportunidades de lucro fácil e imediato para as famílias de Vila de Caraparu, na medida em que muitos moradores utilizam espaços como as ruas, as portas de suas residências ou os quintais para obter ganhos econômicos consideráveis. Como exemplo de tal importância, tem-se a Dona Izabel que utiliza o espaço de seu quintal para funcionar como uma espécie de bar ao ar livre ou então, alugá-lo por uma boa quantia para pessoas de fora da localidade para realizarem as festas dançantes com aparelhagem. A devoção a Nossa Senhora da Conceição não impede os moradores desta Vila de vivenciar dois momentos durante a festa do Círio. Isto, porque ao mesmo tempo em que rezam e prestam homenagem a Santa padroeira, os moradores da Vila aproveitam este momento para “ganhar dinheiro”, no intuito de aumentar seus ganhos econômicos gerados com o afluxo de visitantes nesta época do ano. Estes vêm à localidade menos pela procissão em si e mais pelas festas no balneário e nos quintais que se intensificam pelo o período do Círio Fluvial de Nossa Senhora da Conceição. Importa assinalar que essa festa religiosa é denominada pelos habitantes da região de Caraparu e pelo “pessoal de fora” de “Círio do Caraparu”.

Convém ressaltar que a preparação da farinha e do tucupi nessa localidade começa três dias antes do Círio. Os grupos domésticos compostos de pais, filhos, primos, tios, cunhados, noras e genros se reúnem no “retiro” para dar início à preparação dos produtos que

serão utilizados como “valor de uso” por essas famílias que as utilizam na preparação dos alimentos para a venda e para o almoço familiar do Círio. Esses produtos são também utilizados como “valor de troca”, pois serão vendidos para aqueles que trabalham com a “venda na beira” que por não terem “roça” de mandioca, compram o tucupi, a farinha e a goma de pessoas como Dona Iracema, Dona Izabel e a família do Seu Paulo.

Na véspera do Círio, há a preparação para a festa. Tal como no período de julho, durante as festividades do Círio, a rotina diária da Vila é, de certa forma, quebrada, na medida em que o Círio além de um momento de fé é também sinônimo de agito na “beira”, onde os visitantes se aglomeram nas áreas do balneário para o consumo de comidas e bebidas. Os bares dispersos por toda a Vila estão abastecidos de bebidas. As barracas com a venda de churrasco estão postas tanto na orla do rio como nas ruas. As vendedoras de tacacá preparam o tucupi, a goma e o camarão para o dia seguinte.

Muitas pessoas improvisam nas portas das residências uma espécie de bar para a venda de bebidas e churrascos, como a Maria, sua mãe e irmãos. Assim como no período de julho, no Círio os moradores da localidade disputam suas vendas com pessoas das cidades de Santa Izabel e Belém. Essas pessoas vendem para os visitantes todos os tipos de produtos como churrasco, camarão, ostra, brinquedo e materiais para tatuagem, conforme mostram as figuras 22 e 23.



Fonte: Nobre (2006).

Figura 22: Os ambulantes e suas vendas na orla do rio Caraparu.



Fonte: Nobre (2006).

Figura 23: As barracas de churrasco dos moradores de Caraparu.

Com relação à organização desse Círio no ano de 2003 quando pela primeira vez tive a oportunidade de acompanhar a procissão, não havia uma comissão responsável por essa organização. Nesta época, o encarregado de organizar a procissão era o Seu Lago. Mas, segundo ele, os moradores queriam pessoas que ficassem responsáveis somente pelo Círio. E foi assim que, a partir do ano de 2004 as famílias locais optaram por uma comissão organizadora do Círio cuja representante é a Ray, como é conhecida em Caraparu, que mesmo não sendo “filha de Caraparu”, foi aceita pela maioria dos moradores por ter muito interesse em organizar as festividades do Círio. Ela mora em Santa Izabel, mas possui uma residência nesta localidade desde 2004, quando começou a trabalhar com bar por incentivo do Seu Véras, proprietário de um dos estabelecimentos localizado na orla do rio. Este senhor reside na Vila de Caraparu há muitos anos, tendo chegado à localidade na década de 90 no intuito de trabalhar com bar na orla do rio. Ele comprou esse estabelecimento do Seu Rufino que morou na Vila até o fim da década de 80, mas, por motivos desconhecido, se mudou para seu lugar de origem, a cidade de Santa Izabel. Na atualidade, o Seu Véras trabalha com a “venda na beira”, juntamente com essa senhora.

Cabe salientar que o primeiro Círio fluvial de Nossa Senhora da Conceição aconteceu em 1918. Os primeiros círios eram realizados em canoas chamadas “reboque” passando depois, e até os dias de hoje, a ser puxada por “escaler”³⁵ a remo. Esta embarcação é conduzida à maneira de uma “gôndola”³⁶ por homens vestidos de marinheiros. Hoje esta procissão se constitui em um dos principais atrativos turísticos de Caraparu, e por conseguinte, a melhor época para incrementar a renda das famílias locais. Um ponto que chama a atenção é que, por conta do crescimento da Vila que vem ocorrendo com maior intensidade desde a criação do “Balneário Caraparu”, quando muitas pessoas chegaram a localidade para fixar residência, a procissão do Círio, que era somente fluvial, passou a percorrer as ruas da Vila em direção ao seu interior por pedido dos moradores que residem nas partes periféricas dessa vila.

Outro ponto que chama atenção, diz respeito ao traslado da Santa que nos anos de 2004 e 2005 passou a ser feito, além do já tradicional traslado fluvial, pela estrada do Caraparu indo em direção a Pa 140 e de lá até a Vila do Cacau, onde fazem uma oração a Nossa Senhora da Conceição, retornando em seguida, para no dia seguinte realizar o traslado fluvial. As pessoas que acompanham a procissão rodoviária são em sua maioria visitantes que chegam à localidade por essa ocasião, além de pessoas da cidade de Santa Izabel e os organizadores da festa.

Os moradores locais, principalmente os mais velhos, receosos com relação à provável extinção do traslado fluvial, não aceitaram essas mudanças na organização da procissão, pois disseram que “isso era moda, que a Santa tinha que ir pro Cacau [vila] como antes, pelo rio e não pela estrada”. Outros argumentaram que “a Santa tem que ir pro Cacau pelo rio se não, vai acabar a tradição, isso é errado”. Ouviu-se também comentários do tipo “isso não é errado, porque as pessoas que moram longe da Vila que não pode acompanhar o traslado de canoa, pode ver a Santa passar pela estrada”. Esses relatos deixam bem claro a tensão entre aqueles que aceitam o processo dinâmico da mudança cultural e aqueles que resistem a essa dinâmica, pelo receio de ver suas tradições sendo modificadas pela incorporação de novos elementos a sua prática religiosa.

Em conversa com a Ray, ela justificou tais alterações ao relatar que a organização não vai mudar o traslado fluvial. Apenas achou melhor acrescentar a esse traslado a procissão pela estrada para que os novos moradores que residem distante do núcleo da Vila, ao longo da

³⁵ Canoa à remo, de médio porte, que, atrelada ao “Barco da Santa”, a conduz até seu destino.

³⁶ Pequena embarcação conduzida por remos muito parecida com as embarcações dos canais da cidade de Veneza (Itália).

estrada de Caraparu, possam assistir o traslado da Santa. Esses fatos me mostram como a chegada de novos moradores a Vila de Caraparu proporcionou a reorganização social no viver local, visto não somente na organização econômica, mas também na procissão fluvial.

Convém ressaltar que essa comissão organizadora também é composta por alguns jovens universitários que são “filhos de Caraparu”, mas estudam na cidade de Belém. Eles, juntamente com a Ray, já adquiriram os hábitos e os costumes citadinos, e aos poucos, por conta disso, talvez estejam incorporando novos elementos ao traslado da padroeira da Vila de Caraparu. Como exemplo disto, tem-se a transladação pela rodovia Pa 140, onde se observa muitos carros e motos de pessoas de fora da localidade acompanhando a procissão, além dos novos moradores que residem ao longo da estrada de Caraparu e das autoridades locais. Diferente da transladação fluvial, onde se verifica os moradores da Vila conduzindo sua padroeira em canoa a remo sem a presença do “pessoal de fora” e autoridades políticas.

Essa tendência de apresentar o “Círio do Caraparu” como um espetáculo cultural para visitantes, lembra um pouco as indagações de Giovannini Junior (2001, p. 155) quando analisa as procissões e celebrações litúrgicas como um atrativo histórico-cultural para turistas. Sua indagação é: “o turismo seguiria a tendência da secularização, focalizando especialmente os rituais como espetáculos, apresentando os eventos como espaços dessacralizados, ou apela para a fé e a importância do sagrado, tendo de fato uma experiência religiosa”?

Da mesma forma, levanto a questão, no contexto atual de Caraparu, indagando se o “Círio do Caraparu”, como um atrativo turístico, está se redefinindo, além de fonte de renda para as famílias de Caraparu, também como um espetáculo cultural onde os espaços da platéia são o balneário, a estrada de Caraparu e a e a rodovia Pa-140 ou a procissão à padroeira dos “filhos de Caraparu”, pode ser um momento de fé e experiência religiosa, vivenciada não só pelas famílias locais, mas também pelos novos moradores da localidade e pelo “pessoal de fora”? O que eu posso dizer, por experiência pessoal, mesmo não sendo adepta a religião católica, é que a procissão fluvial do Círio de Nossa Senhora da Conceição sempre contagia as pessoas que vivenciam este momento, mesmo aquelas que estão em visita a localidade. E ainda, mesmo se redefinindo também como um instrumento econômico, na medida em que viabiliza um afluxo maior de pessoas para o balneário e, por conseguinte, um aumento nos ganhos econômicos das pessoas que participam da “venda na beira”. A procissão do Círio de Nossa Senhora da Conceição representa, para os moradores de Caraparu, a maior expressão de devoção a sua padroeira.

Com relação à organização dessa procissão, a “Comissão Organizadora do Círio” começa as preparações para receber a padroeira no dia 07 de dezembro. Neste dia esta

organização reúne os moradores para a decoração das ruas e da Igreja de Nossa da Conceição, além do “Barco da Santa”³⁷. Às 5:00 horas da manhã do dia 08, começa a preparação para a transladação fluvial da imagem até a Vila do Cacau, onde se encontra a Capela que tem o mesmo nome dessa vila cuja localização se encontra a margem esquerda do rio Caraparu. Às 6:00 horas da manhã, dá início a transladação. Conduzida por “gôndola”, o “Barco da Santa” segue com os condutores cujo responsável é o Seu Lago, os anjos (meninas vestidas de anjos), o diácono e a “Comissão Organizadora do Círio”. Ao lado do “Barco da Santa”, estão os devotos que, durante o percurso, ao mesmo tempo em que cantam e rezam em devoção a padroeira, conversam sobre tudo com os parentes que residem ou em Santa Izabel ou na cidade de Belém, mas que vêm a Vila por esse período.

Seguindo próximo ao “Barco da Santa”, encontram-se os “canoeiros fogueteiros”, como são chamados pelos moradores de Caraparu. Esses têm a missão de soltar os fogos durante todo o trajeto, em homenagem à padroeira. O traslado segue com os membros das famílias de Caraparu, parentes e amigos, além de uns poucos fotógrafos e jornalistas de televisão da cidade de Belém. Durante esse tempo, essas famílias se servem de café, pão e vinho. Elas levam o vinho em um conservador de gelo que o acompanha durante todo o percurso. As mulheres tomam o vinho e os homens cerveja e cachaça. Segundo as mulheres, “a bebida é pra aquecer por causa do frio”. É interessante observar que a devoção à Santa não os impede de vivenciar o limiar entre o sagrado e o profano sendo a bebida justificada pelos devotos como um recurso para afastar o frio que está “atrapalhando” a compenetração desses devotos.

Também pude notar que, no decorrer do traslado, dois momentos parecem se cruzar, pois ao mesmo tempo em que rezam e cantam em devoção à Santa, os devotos bebem e se divertem conversando com os “vizinhos de canoa” que em sua maioria são parentes e amigos mais íntimos. Os comentários são do tipo: quem conduz melhor a canoa, quem é “ruim de remo”, ou para terem cuidado para não bater no “Barco da Santa”, ou ainda, conversas rotineiras do viver diário.

Dessa maneira, tal como evidenciado por Alves (1980), no Círio de Nazaré, também na procissão da Santa padroeira da Vila de Caraparu se observa que, a um só tempo, estão operando a devoção e a informalidade que está materializada na descontração e na alegria dos devotos a essa Santa. Para esse autor (p. 26), “o sagrado e o profano não são opostos absolutos, constituem-se categorias que operam simultaneamente”. Neste sentido, o traslado e a procissão do Círio de Nossa Senhora da Conceição, constituem a um só tempo um momento

³⁷ Barco no qual a imagem da Santa é transportada durante a procissão, sendo de uso exclusivo no período do Círio.

de celebrações à padroeira e de encontro com parentes e amigos mais íntimos que neste contexto se tornam “vizinhos de canoa”.

Por volta das 8 horas da manhã, a imagem da Santa chega à capela do Cacau. Neste lugar são distribuídos lanches para os romeiros e organizadores da procissão. Após rezar uma missa em homenagem à padroeira, a procissão do círio fluvial segue em direção à Vila de Caraparu. Devido a força da maré, é necessário atrelar o “Barco da Santa” a um “escaler” a remo puxado por homens vestidos de marinheiros. A tradição de homens vestidos de marinheiros, conforme explicou Seu Lago, se deve ao fato, primeiro por ser um círio fluvial com influência do rio e, segundo por uma questão histórica.

Segundo esse senhor, desde o primeiro Círio, sempre os homens da região de Caraparu tiveram que atrelar o “Barco da Santa” a um “escaler”. Isto, porque a força da maré dificultava a chegada da Santa até Vila de Caraparu. Desse modo, esses homens e seus descendentes, quando se encontravam em situação de doença, faziam promessas a sua padroeira de todos os anos conduzir a imagem da Santa até Vila de Caraparu. É importante ressaltar que as mulheres, segundo Seu Chicoã, que também é um “marinheiro promesseiro”, “não têm esse costume porque não dão conta de conduzir o escaler, devido a força da maré, só os homens é que têm mais força pra levar o escaler até a Vila”.

Este fato me faz lembrar o Círio de Nazaré em uma relação análoga aos “promesseiros da corda”, que como evidencia Alves (1980, p. 57) na corda do Círio de Nazaré, por exemplo, existem pessoas que todos os anos cumprem a mesma promessa, pois “o fato a que se refere é considerado de vital importância para elas”. Assim como a corda do Círio de Nazaré que segundo esse autor, é segurada por pessoas que fazem promessas e que *puxam* a berlinda. Os “marinheiros promesseiros” do Círio de Nossa Senhora da Conceição são pessoas que alcançaram uma graça vital de sua padroeira. Desse modo, cumprem suas promessas tendo o dever de conduzir o “Barco da Santa” até seu destino final.

Remar “contra a maré”, conduzindo o “Barco da Santa”, não exige um esforço físico tão grande para homens que, sendo agricultores, estão acostumados a lidar com longos percursos feitos no caminho para as áreas de “roça”. Já com relação ao Círio de Nazaré, *ir na corda* requer um maior sacrifício físico que, no entender de Alves (1980), é uma área perigosa num duplo sentido, na medida em que implica um duplo sacrifício, primeiro *devocional* e segundo, um sacrifício que pode se materializar em pisões, quedas, empurrões, desmaios e cortes nos pés.

Conduzir o “Barco da Santa”, vestidos de marinheiro representa a esses homens um prestígio social, portanto, uma diferenciação, pois são eles que estão conduzindo a imagem da

Santa e, como tal, ocupam um lugar privilegiado na hierarquia social da procissão, o que os faz ser respeitados pelos devotos que acompanham a procissão nas pequenas canoas ao lado do “Barco da Santa”. Tal como os “promesseiros da corda”, devotos de Nossa Senhora de Nazaré, os “promesseiros marinheiros”, devotos de Nossa Senhora da Conceição, têm um compromisso com sua padroeira que diz respeito às promessas feitas em momentos de crises de vida, que no entender de Alves (1980, p. 58) “[...] é a intercessão do santo padroeiro que se faz necessária”. A figura 24 mostra os “marinheiros promesseiros” conduzindo a imagem da Santa até a Vila de Caraparu. Nessas imagens, se visualizar logo à frente o “escaler” puxando o “Barco da Santa” como se fosse uma espécie de “gôndola”, típica dos canais de Veneza (Itália).



Fonte: Nobre (2003)

Figura 24: Os “marinheiros promesseiros” em devoção a sua padroeira.

Durante a procissão fluvial, observa-se dois momentos distintos. Em um primeiro momento, a procissão prossegue com os devotos à Santa que, emocionados, chegam à Vila de Caraparu, onde se observa um segundo momento, quando muitos visitantes se misturam com os moradores no local onde se encontra o balneário. Nesse momento, “o pessoal de fora” se mostra mais interessado no lazer, isto é, numa “cultura mais profana” do que numa experiência religiosa, pois eles bebem, dançam e se divertem no balneário no momento em que a procissão prossegue pelo interior da Vila, cujos moradores nas portas das suas

residências, emocionados, saúdam a sua Santa padroeira. Após a passagem da procissão, é servido o almoço familiar do Círio com todos os parentes que vêm a localidade por essa época.

Esta reunião familiar que é composta por pai, mãe, filhos, tios, sobrinhos, noras, genros e os amigos mais íntimos, é acompanhada de muita comida e bebida não deixando de faltar, assim como no Círio de Nazaré, a tradicional maniçoba, além da galinha no tucupi e do churrasco. Neste almoço, são evidenciados os padrões de solidariedade e ajuda mútua, na medida em que os membros do grupo doméstico se reúnem para preparar o alimento, enquanto os homens cuidam da bebida e da arrumação do quintal para a festa que irá acontecer em torno do almoço. Esta festa sempre entra pela noite.

Cabe ressaltar que as famílias que tomei como exemplo foram observadas durante os círios dos anos de 2004 e 2005. São elas as famílias de Dona Deusa e do Seu Lago. Durante observação em campo, neste período, percebi que o comportamento das outras famílias é similar no momento de vivenciar o almoço do Círio.

Ao término da procissão, seguem-se as festas que se estendem por 15 dias. Na praça da Igreja de Nossa Senhora da Conceição funciona um pequeno arraial com apenas um brinquedo de propriedade de pessoas de outras regiões, que costumam se deslocar para lugares onde geralmente acontecem os círios. Esse brinquedo se localiza no centro da praça. Ele é destinado à diversão das crianças. Cabe ressaltar que neste local, no ano de 2003, não havia nenhuma forma de diversão para as pessoas da localidade. Isto, no momento atual, constitui uma novidade para os moradores. Além desse brinquedo, há também barracas destinadas à venda de bebidas e comidas. Nesta praça, há um movimento constante de pessoas, principalmente no dia do Círio. A característica principal desse arraial são essas vendas voltadas tanto para as pessoas da Vila como para os visitantes que chegam à localidade na véspera do Círio. A figura 25 mostra esse arraial e as vendas em torno da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, onde se percebe o sagrado e o profano operando simultaneamente.



Fonte: Nobre (2005).

Figura 25: O arraial em torno da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, onde o sagrado e o profano operam simultaneamente.

No decorrer das festividades do Círio, há também festas dançantes no balneário e nos quintais de alguns moradores que têm o costume de alugar esses espaços nesse período. Como exemplo, tem-se o quintal de Dona Rita cujas festas acontecem há muitos anos, bem antes da implementação do balneário. Mas como enfatizou o Seu Chicoã, “antes do balneário as festa no quintal da Dona Rita não tinha muita briga. Hoje tem mais, até entre amigos porque não vão pra lá sem levar a maconha”. Está claro na fala deste senhor que as tradicionais festas nos quintais pelo período do Círio ainda persistem, mas com relativas mudanças, pois entre os freqüentadores anteriores, a construção do balneário, a violência e o uso de droga não ocorriam com tanta visibilidade como nos dia atuais.

As festas nos quintais atraem os visitantes e os moradores de Caraparu, sendo estes últimos, em sua maioria, com idade entre dez e dezoito anos cujos pais nem sempre os acompanham a essas festas. As festas dançantes nos quintais começam no início da tarde e vão até as dezoito horas quando a autoridade local dá a ordem para o seu encerramento. Este ato deixa “o pessoal de fora” bastante enfurecido, ocasionando em muitas “brigas” com alta violência por parte dos policiais que tentam, de uma forma ou de outra, detê-los.

No Círio de 2004 e 2005, pude acompanhar o que a população da Vila de Caraparu chama de violência. Por volta das dezoito horas, quando encerraram todas as festas no

Caraparu começou o “espetáculo”. Refiro-me a esse termo não pelo fato da violência em Caraparu ser um espetáculo, mas porque o que presenciei me fez pensar no episódio que irei descrever como tal. Isto, porque os moradores locais estavam nas portas e janelas de suas residências observando o tumulto que estava acontecendo em sua localidade.

Por conta do excesso de álcool, os visitantes iniciaram vários “focos de brigas” e “pancadarias” entre eles. As namoradas e /ou esposas dessas pessoas tentavam detê-los, mas não conseguiam, pois eles estavam muito enfurecidos. Isto se explica, talvez, pelo fato de tais “brigas” serem ocasionadas por motivos passionais ou por desavenças pessoais entre as próprias pessoas que, em sua grande maioria, eram composta por homens.

As “brigas” entre “o pessoal de fora” e os policiais continuaram no momento do embarque nos ônibus, tanto de piqueniques como nos transportes alternativos, que fazem linha entre a cidade de Santa Izabel e a Vila de Caraparu. Esses transportes tiveram suas janelas quebradas e muitas “brigas” dentro deles. Por conta disso, os transportes alternativos pararam de ir ao Caraparu por volta das 17:00 horas. Desse modo, com apenas um ônibus transportando aqueles que não vêm à localidade em piquenique, o tumulto aumentou. Muitas pessoas queriam entrar nos ônibus de piqueniques que já estavam “superlotados”. Como não era possível, algumas dessas pessoas tentaram entrar nesses transportes pelas janelas ou por meio da força. Outras começaram a agredir o motorista do ônibus da linha Santa Izabel-Caraparu, no intuito de entrar nessa condução que já se encontrava também com sua capacidade de lotação esgotada.

Isto fez com que os policiais começassem a agredi-los violentamente e a algemá-los no chão como se fossem animais selvagens. Eu tive a oportunidade de presenciar imagens de pessoas feridas, tanto pelos estilhaços de vidros das janelas quebradas, como pelas agressões dos policiais. Infelizmente, não pude registrar tais fatos, pois a filha de Dona Santinha me aconselhou a não fazer isso, pois eu estava correndo o risco de “perder” minha câmera fotográfica e além disso, ser agredida por essas pessoas.

O que descrevi aqui, segundo os moradores da Vila, é fato corriqueiro em Caraparu pelo período do Círio. Diante dessa violência, os moradores se recolhem cedo para suas casas. E, nas portas de suas residências, apenas apreciam o “espetáculo” que envolve bebidas, brigas e prisões. O “espetáculo” do círio de Nossa Senhora da Conceição dá lugar, no fim da tarde após àquelas festas, a um cenário de muita violência. Tal violência pode acontecer tanto nas ruas e nos quintais que, em outros momentos, estabelecem-se formas de sociabilidade dos grupos locais, como no balneário, cujas margens do rio, até outrora, os moradores reverenciavam a sua Santa padroeira.

A procissão do Círio é um momento pleno de fé, história e tradição, que não pertence ao “pessoal de fora”, mas aos “filhos de Caraparu”, pessoas comuns, agricultores, donas de casa. São, também, “meeiros da beira”, que ainda conservam a tradição do Círio fluvial a Nossa Senhora da Conceição, apesar de, no momento atual estarem passando por um processo dinâmico de mudança no seu modo de vida. Tais mudanças são materializadas nas tensões, reorganizações e arranjos sociais em meio aos costumes relacionados a um viver local, baseado nas tradições de gerações que deram origem à localidade. Tal como os “nativos” da cidade de Tiradentes, evidenciado por Giovannini Junior (2001), em seus estudos sobre o turismo e as procissões religiosas na Semana Santa de Tiradentes, as famílias de Caraparu professam uma religiosidade tradicional que, muito embora esteja também se redefinindo enquanto valor econômico, não deixa de depositar em igrejas, santos e procissões um significado de caráter absoluto e sagrado.

4 AS ATIVIDADES ECONÔMICAS EM CARAPARU

4.1 O “TRABALHO NA ROÇA”

A região de Caraparu tem uma variedade de espécies em seus ecossistemas de rio, várzea, floresta e solo como plantas medicinais, essências madeireiras, espécies aquáticas e variedades de orquídeas, além de animais silvestres, aves e peixes. Possui também um solo favorável à produção agrícola. Nesse contexto, o rio representa um espaço de trabalho e lazer, pois é o caminho do agricultor até as áreas de “roça”, e tem sua utilidade para a pesca como fonte alimentícia das famílias da região, cujos peixes mais consumidos são traíra, mapará, matupiri, jundiá, jacundá entre outros. Esses peixes, geralmente, são capturados na região por meio de pequenas redes de pesca e de anzóis.

O rio Caraparu constitui um espaço socialmente construído pelos habitantes que se desenvolveram e criaram vilarejos ao longo de suas margens. Como em muitas regiões da Amazônia, o rio Caraparu, como já discutido em capítulos anteriores, foi desde o século XIX até os idos da década de 1960, ano da construção da rodovia Pa-140 que liga o município de Vigia ao município de Bujaru, a estrada de colonos ribeirinhos que viviam da comercialização de produtos agrícolas com outras localidades do Distrito de Caraparu e, até mesmo, com a

capital do Estado, Belém. É importante salientar que a rodovia Pa-140 representa para os colonos da região um marco de referência, pois foi a partir de sua construção que esses colonos passaram a utilizá-la como trajeto até a cidade de Santa Izabel, para comercializar seus produtos agrícolas tanto nessa cidade como na capital do Estado.

Localidades como a Vila de Caraparu, Lago, Cacau e Feijoal serviam de entrepostos comerciais para tal comercialização. O rio neste contexto histórico tinha um papel importante na vida diária dos agricultores da região. O meio de transporte era a canoa e outras embarcações maiores como a canoa à vela. O Seu Lago relatou que os colonos trabalhavam no sistema de “aviamento” e “escambo”. Tal sistema se processava da seguinte maneira: ao longo das margens do rio, existiam os tradicionais armazéns cujos proprietários “aviavam” suas mercadorias com os agricultores em troca de produtos agrícolas como a farinha de mandioca, milho, arroz e o carvão. Esse sistema se processava ao longo do rio Caraparu, desde sua cabeceira até a foz. Do mesmo modo, na região de Itapuá, Maués e Motta-Maués (1999) verificaram que o aviamento consiste no fornecimento da *despesa* para a pescaria como sal, farinha, carvão e querosene, além de uma conta que ficava aberta no comércio para o fornecimento de outros gêneros à família do pescador.

O Seu Chicoã declarou que, nesta época, os colonos de outros vilarejos no trajeto pelo rio, aportavam no antigo Porto de Caraparu, onde hoje se localiza o balneário, para negociar com o Seu Lino Faro. Este senhor foi juntamente com o Seu Simplício Ferreira de Souza, o primeiro comerciante da localidade. Por volta de 1932, criaram um enorme armazém à margem direita do rio Caraparu, onde se localiza a Vila de Caraparu, chamado “Casa Vitória”. Os colonos, ao final do dia, guardavam suas canoas embaixo de suas casas que ficavam próximas à “beira” do rio. Vejamos o que Seu Chicoã nos fala sobre a importância do rio Caraparu para o viver local antes da construção da rodovia Pa-140.

O rio, antes da rodovia, era pra nós o mesmo que ser a estrada de ferro ou de rodagem porque toda a venda e compra era pela água, vinha marreteiro de Belém e Vigia, marretava com peixe, caranguejo, roupa, vendiam pro Seu Lino Faro (Seu Chicoã).

As matas de Caraparu, nesse contexto, também têm sua utilidade, pois delas era retirada a madeira para a construção de casas. No dizer de Seu Chicoã: “essa madeira, a gente tirava da árvore da maçaranduba, do pinho, do pau-amarelo, ainda tinha outras que era pra fazer a canoa e o remo como o piquiá, o louro-vermelho, a castanheira, a corticeira e os talos de guarumã para fazer o paneiro, o tipiti, a peneira”. Nessas matas, havia também a coleta de

frutos e de plantas medicinais para a cura de doenças, tais como gripe, dores na cabeça, diarreia, verminose e o “mau-olhado”³⁸.

Os moradores locais, como a Dona Deusa e a Maria identificam essas plantas pelo nome popular, como “hortelã”, “anador”, “arruda” e “capim-santo”. Vale ressaltar que, no contexto atual, ainda é perceptível nos terrenos dos moradores de Caraparu o cultivo de plantas medicinais em pequenos vasos postos em “girais”³⁹ próximo às casas. O solo também é importante para as famílias de agricultores de Caraparu, pois dele é retirado, através da agricultura, a subsistência dessas famílias, além do barro, utilizado como matéria-prima para a construção de casas e do forno de fazer farinha. Os momentos nostálgicos do modo de vida dessas famílias são sentidos nos relatos dos moradores antigos da Vila de Caraparu.

A Vila começou do rio até no campo futebol, de lá pra traz não tinha nada só mato. Tinha treze casas as famílias Chagas, Cardoso da parte do meu avô, Silva, os Faros e os Farias da parte da minha mãe, as casa eram feita de ubim, madeira e barro. Meu avô veio pra Caraparu com os pais dele que tinha terras, trabalhava com roça. Era no Macuiambá o sítio dele. Meu pai fazia farinha e aprendeu com meu avô. Aqui passava canoa grande com mastro, agora não passa mais (Seu Chicoã).

A Vila era pequena, o rio, onde tem bar agora, era um pasto cheio de capim. No inverno enchia muito. A casa da minha mãe era onde é o bar do meu irmão Cláudio, a gente se criou lá, a água ia até embaixo do assoalho. A gente vinha do retiro e colocava a canoa embaixo da casa. O retiro era no Jurupari a gente fazia farinha pro gasto e pra venda e vendia pro Lino Faro e pra Belém, meu pai e meu marido ia de canoa. O rio tinha a função de servir dele, tomava água do rio, pescava de anzol, naquela época tinha muito peixe, jundiá, cará, traíra. Na cheia, entrava boto e jacaré no rio. No pasto quem tinha gado era só o Lino Faro. O rio ta diferente por causa dessa barreira, desse aterro. Faz muito tempo que eu não vou lá na beira, porque eu não gosto, agora ainda depois de casada meu marido fez roça lá no Jurupari. Depois não fizemos mais, porque o terreno dele era essa parte onde é o bar do filho do Cláudio, o Junião. Esse terreno era herança de meu marido, aí ele dava dinheiro pro procurador pagar, mas ele nunca pagou, aí a prefeitura lançou mão, foi loteado, cada um tirou um lote né. Isso tudo, onde é o balneário era terreno próprio (Dona Deusa).

A nostalgia nos relatos dessas pessoas me faz perceber que as famílias de agricultores de Caraparu vêm passando por um processo dinâmico de mudança em seu modo de vida, mas que as influências econômicas externas, impulsionadas pela implementação do “balneário

³⁸ De forma semelhante verificado por Maués (1999, p. 239) em seus estudos na Região do Salgado, “o mau-olhado é provocado pelo ‘fincamento de olho’ por seres humanos que têm ‘mau-olho ou ‘olho doído’, podendo atingir pessoas de ambos os sexos e de qualquer idade, bem como plantas e animais”.

³⁹ Em Caraparu, o girais são armações de madeira feitas ao lado da casa dos moradores. E de acordo com seu formato, eles servem tanto para colocar vasos com plantas medicinais como para lavar louças.

Caraparu”, estão acelerando esse processo com a possibilidade de ganhos imediatos com a “venda na beira”. No entanto, os agricultores da região ainda estão lutando para manter sua tradição econômica. Isto, porque os pequenos agricultores que não têm mais suas terras para plantar, ou trabalham em parceria, “meeiro” como é denominado por eles, com o dono da “roça”, ou capinam, plantam e fazem a colheita em troca de farinha de mandioca. Ou ainda, “trabalham na diária” em que recebem certa quantia por dias trabalhados.

Os relatos do Seu Chicoã, que já não tem mais terras em Caraparu, pois foram vendidas para fazendeiros de outras regiões, deixam clara tal problemática, na medida em que esse agricultor mesmo não tendo mais terras para cultivar, ele trabalha prestando serviços para os pequenos agricultores da região em que recebe em troca a farinha ou uma pequena remuneração em dinheiro. “Eu nunca desprezei a roça, eu ainda mexo com roça, é um dia pra um, um dia pra outro”. Percebe-se que, “um dia pra um, um pra outro” expressa uma modalidade de trabalhador rural identificada em várias partes do Brasil, segundo Diégues Júnior (1979) como “trabalhador de enxada” que em Caraparu, pode ser tanto o “lavrador”, o “diarista”, o “roceiro” como o empregado e o “empreiteiro” em terras alheias.

Esses trabalhadores executam suas tarefas através de formas de pagamento variadas podendo ser tanto em dinheiro como em sacas de carvão ou farinha. Isto, porque essas modalidades se expressam também no preparo da farinha de mandioca e no fabrico do carvão. Um exemplo de tal importância aparece nas atividades realizadas por Preto, filho do Seu Paulo. Ele trabalha “na diária” fazendo farinha para agricultores da região em que recebe certa quantidade em farinha pelo dia de trabalho ou ainda “capina a roça” cujo pagamento é feito em dinheiro.

Até aqui procurei evidenciar, historicamente, o modo de vida das famílias de Caraparu. No momento atual, é importante descrever o que eles chamam de “trabalho na roça”. Em Caraparu, como no interior de muitas comunidades tradicionais da Amazônia, a área agrícola constitui uma tradição, onde a agricultura se dá em forma de corte e queima da mata para o cultivo de mandioca, milho, arroz e feijão. A vegetação é queimada para o plantio da maniva que produz a batata chamada de mandioca. Após a queima dessa vegetação os “paus” e os “tocos” das árvores queimadas são utilizados como matéria-prima para o fabrico do carvão. Cabe ressaltar que o forno de carvão, feito de barro, geralmente está localizado próximo à área agrícola. A lenha queimada também irá abastecer o forno para o preparo da farinha de mandioca. Este processo é chamado pelos agricultores locais de “coivara”. Preto descreve bem esse processo.

Eu tenho vinte anos, comecei a trabalhar na roça eu tinha sete anos, eu ia coivará, tocar fogo nas coivaras e plantar. Coivará é juntar as ponta de pau que fica depois da queimada e forma coivara, faz um monte com os paus e toca fogo é pra limpar o roçado, e os paus grosso corta em tora pra o carvão.

Na atualidade, dentre os produtos cultivados pela comunidade destacam-se o milho, o açaí, a pupunha, o mamão e a tradicional mandioca, sendo esta a mais utilizada pela população, uma vez que as maiores áreas de cultivo da região de Caraparu, têm a mandioca como o produto principal. Ela é beneficiada em unidade de produção familiar conhecida na região como “retiro”, com rara venda de excedente dentro e fora da comunidade. Como o ciclo vegetativo da mandioca gira em torno de 18 meses a 1 ano, é possível o pequeno agricultor dedicar-se, tal como evidenciado por Penteado (1967), em seus estudos sobre o uso da terra na zona bragantina, à cultura de plantas de ciclo rápido, como os produtos citados anteriormente. Muitas áreas de “roça” como o sítio “Cortiço” de propriedade do Seu Paulo e o sítio “Boa Aventura” de propriedade do Seu Lago, estão dispersas no interior da mata, com a utilização de uma agricultura itinerante⁴⁰, pois “na Amazônia a agricultura itinerante constitui uma tradição milenar da maioria das populações indígenas e foi assimilada pelas populações caboclas surgidas durante o processo de colonização da região” (SCHUBERT, 1983 apud OLIVEIRA, 2000, p.23).

Conforme observou Penteado (1967), como o colono desconhece ou [não tem acesso] a técnicas agrícolas mais “modernas”, persistem em suas roças a rotatividade das terras primitivas em que utiliza a técnica da derrubada e das queimadas da mata para o plantio agrícola. Esse autor acrescenta ainda que os agricultores da zona bragantina têm o costume de melhorar suas colheitas por meio das queimadas. Segundo Penteado (1967), com a contínua repetição deste processo e sem o devido repouso do solo, poderá acontecer o esgotamento total das terras agricultáveis.

Em Caraparu, as áreas de cultivo que estão dispersas na mata, se explicam por alguns fatores como a necessidade de aproximação dos “retiros” que devem estar próximos de pequenos córregos com o objetivo de facilitar o acesso a água para o “molho” e lavagem da mandioca. Além disso, a técnica da rotatividade da terra para o plantio faz com que cada vez mais as áreas de “roça” adentrem a mata. É importante salientar que as terras agrícolas da região de Caraparu, a maioria, são de heranças repassadas através de gerações que passam de pai para filho e neto, como é o caso das áreas agrícolas citadas anteriormente.

⁴⁰ Técnica agrícola com rotatividade da terra para o plantio.

O Seu Paulo relatou tal processo. “O meu avô José Cazuzza viveu no Caraparu, ele era o dono dessas terras que caducou porque ele não pagava o imposto, aí o governo lançou mão e depois os herdeiros requereram de volta e regularizaram”. O Seu Lago contou uma história bem interessante que me faz refletir acerca de dois processos que são perceptíveis em Caraparu: o primeiro, diz respeito à luta dos agricultores mais antigos da região pela manutenção da tradição agrícola que é passada de pai para filho; o segundo está relacionado a questão da “perda” das terras agrícolas pelos colonos da região que por não pagarem impostos ou, no intuito de dar estudos aos filhos, muitos, como já exposto em capítulos anteriores, venderam suas terras para fazendeiros que vinham a Caraparu especular terras para a criação de gado ou para a construção de olarias. Além disso, o recadastramento dessas terras realizado em meados da década de 80 pelo Instituto de Pesquisa e Reforma Agrária (INCRA), possibilitou a “perda” das terras agricultáveis nessa região, pois muitos colonos não tiveram condições econômicas de pagar seus impostos e, assim, de regularizarem suas terras.

Sobre essa questão, Carneiro (1994), ao analisar os projetos de colonização do INCRA para a região Norte, ressalta que, a partir de 1985, as ações deste Instituto começaram a serem pautadas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária, que abandonou as idéias ambiciosas de colonização em áreas novas, priorizando a regulamentação fundiária em áreas de conflito. Essa autora abre uma discussão em seu artigo referente à política do Estado em 1970 com relação à valorização e controle das terras agricultáveis. Tal política, segundo Carneiro, favoreceu aos pequenos agricultores o acesso à terra, mas, por outro lado, possibilitou também o acesso de grandes proprietários, nacionais ou estrangeiros por meio de uma forte repressão do Estado às organizações dos rurícolas.

O papel do INCRA na região de Caraparu foi deficiente, na medida em que não somente viabilizou a penetração de fazendeiros como também abandonou os colonos à própria sorte quando, segundo o Seu Lago, entregou a responsabilidade à prefeitura local. Neste contexto, a prefeitura do município de Santa Izabel do Pará estava sob administração do prefeito Alderico Queiroz de Miranda que, segundo relatos dos agricultores locais, investiu em alguns projetos comunitários como a Feira do Produtor Rural, localizada na sede do município, mas tal projeto não viabilizou, financeiramente, esses colonos para que pudessem regulamentar e investir em suas terras agricultáveis, ao invés de vendê-las para fazendeiros. Isto, porque muitos agricultores da região, no dizer do Seu Paulo, “não tinha vez, porque tinha muita gente que dizia que era agricultor só pra conseguir uma vaga na feira pra vender seu produto, na realidade eles eram é atravessador”. Como exposto anteriormente, os relatos do

Seu Lago revelam a situação do pequeno agricultor na região de Caraparu no contexto em análise.

O pessoal venderam as terra pra dá estudo pros filhos. Depois que o INCRA abandonou e entregou pra prefeitura. Eles começaram a vender as terra achando que lá fora tava melhor pra viver, uns botaram comércio em Santa Izabel, outros ficaram sem dinheiro e sem nada, os filhos começaram a estudar e trabalhando empregado em Santa Izabel. Os meus filho botaram na minha cabeça pra eu vender o do Travessão pra eles irem pra Santa Izabel estudar, me arrependi porque acabou o dinheiro e fiquei sem a terra, aí veio o recadastramento do INCRA, aí só tinha direito quem era posseiro da terra. Aí eu fui lá e requeri a terra do pai da minha mulher, onde eu já morava como posseiro. Aí os irmãos da Lina cada um tirou um lote pra eles. Teve muito agricultor que perdeu o terreno porque não pagava imposto. Teve fazendeiro de fora que pegou lote de terra pra criar gado na região. O meu é cadastrado no INCRA e no cartório. Eu já doei parte do terreno, é nove filho, nove lote. Eu dividi vinte metro por cem pra cada um, pra fazer a casa e a plantação. E a área da roça até a beira do rio é pra todos. Que é pra viverem disso, porque não tem estudo e nem sabe fazer outra coisa, vai plantar roça. Eu fiz um documento no cartório que enquanto existir herdeiro não pode vender pra ninguém, é pra passar de pai pra filho (Seu Lago).

Com relação ao cultivo dessas terras, o processo se inicia com a derrubada da mata através das queimadas, formando uma clareira a céu aberto, que são geralmente interligadas por caminhos de difícil acesso. As famílias de Caraparu, como a do Seu Paulo e a do Seu Lago e de sua irmã Dona Rita, além do Seu Cláudio (irmão de Dona Deusa) possuem, ou “pedem emprestado”, uma tarefa de terra para plantar, geralmente distante do núcleo da Vila de Caraparu. Segundo o Seu Lago, a maioria das famílias que “pedem” tarefas de terras para plantar as utilizam sem nenhuma garantia de troca em que possa beneficiar o dono das terras. Isto, porque são pequenos agricultores da comunidade que plantam para garantir o sustento familiar.

Dependendo do tamanho do espaço, o agricultor chama de “tarefa” onde plantam, entre outras variedades de produtos a maniva, a pimenta-do-reino, a banana, e o mamão. O período para a colheita da mandioca está em torno de oito meses a um ano, sempre semeando e colhendo na época da estiagem, pois no inverno amazônico, a mandioca não resiste aos períodos de longas chuvas. Isto talvez explique a coexistência da agricultura e do comércio gerado com o turismo presentes em Caraparu na mesma época do ano, ou seja, no período do verão amazônico. As figuras 26 e 27 mostram o cultivo da “roça” nas terras agrícolas do Seu Paulo e o comércio na orla do rio Caraparu.



Fonte: Nobre (2005).
Figura 26: O “trabalho na roça”



Fonte: Nobre (2005).
Figura 27: A “venda na beira”.

Os tipos de mandioca mais consumidas na região são a amarela, a Santo Antônio, a branca e a manteiguinha. Os agricultores cultivam seus produtos obedecendo o ritmo dos fenômenos da natureza, sempre semeando em períodos de “lua nova”, “cheia” e “quarto crescente”. Segundo os saberes do Seu Lago, “minguante não porque mingua a plantação”.

O “trabalho na roça” sempre começa muito cedo. A família do Seu Paulo descreve bem esse processo.

A lida começa seis horas, a gente toma um café simples porque não tem dinheiro pra comprar pão todo dia, vai trabalhar na roça aí quando é nove horas a gente vem atrás da merenda, é o costume daqui. A merenda é charque com chibé⁴¹ e caça, as vezes é veado, quando, cutia, tatu” (Dona Dora, 49 anos).”Quando é muito longe a roça a gente leva a merenda. Onze horas a gente volta do serviço, quando não estudava, uma hora voltava de novo pro serviço, aí quando era quatro horas da tarde a gente voltava pra casa. Hoje a gente não volta mais porque estuda (Neném, 18 anos).

Esse processo em Itapuá é descrito por Maués e Motta-Maués (1999) como “ciclo de trabalho na roça” com etapas de atividades que vão desde a preparação do terreno até o fabrico da farinha de mandioca. Em Caraparu, a preparação da farinha começa entre 4:30 da madrugada e 7:00 horas da manhã e vai até as 15:00 horas. “Isso se for uma saca e meia de mandioca” (Preto). Este jovem que, com apenas 20 anos de idade, já tem a experiência de um agricultor antigo, descreve com precisão o manejo da farinha de mandioca.

Existe dois tipos de farinha, a farinha d’água e a farinha seca. Para o preparo da farinha d’água, qualquer mandioca serve, ela é colocada de molho três dias se for nova, ela tando dura é oito dias no molho. A farinha seca é feita da mistura da mandioca dura com a mole. Primeiro seva a dura, depois de espremida tira a da água e mistura com a sevada, aí põe no tipiti para espremer a massa e tirar o tucupi. Aí coloca na caixa para coar dentro da peneira e daí para o forno, depois põe na gareira, que é o local onde a gente deposita a farinha já pronta. A farinha d’água é assim, primeiro amassa a mandioca com a mão, põe na gareira e depois no tipiti, aí quando já tiver bem espremida, põe na peneira para coar e aí começa a torrar no forno (Preto).

Convém lembrar que a produção da farinha é feita tanto para o consumo como para a venda. Geralmente, essa farinha é vendida para pessoas da comunidade que não possuem terrenos para plantar, e para pessoas de fora da comunidade que encomendam para

⁴¹ Chibé é uma comida paraense muito comum no interior dessa região. Ele é preparado com farinha e água, em que se coloca em um prato por um pequeno intervalo de tempo para que a farinha com água possa “tufar”, ou seja, aumentar de volume. Após este processo, o chibé está pronto para ser servido com charque, peixe seco ou camarão seco.

consumo familiar. Preto relatou que “às vezes a gente fica aperreado sem farinha pra consumo, e faz toda semana, porque vem um e compra uma lata, vem outro e compra outra lata, aí fica sem farinha e tem que por a mandioca de molho pra fazer mais pra gente mesmo”. Desse modo, verifica-se, assim como nas sociedades tribais estudadas por Sahlins (1974), que a produção é organizada pelas famílias, e principalmente para atender, em grande parte, as exigências familiares. Isto não significa que elas não produzam para troca econômica no intuito de adquirir o que precisam em termos de bens de consumo. Para Sahlins (p.118), “o interesse na troca permanece como um interesse de consumo, e não como um interesse capitalista”.

O “trabalho na roça” tem a mulher como norteadora desse processo. Isto é perceptível nos relatos de Dona Dora, “eu sou dona de casa, mas eu capino, eu coivaro, faço carvão, farinha. A minha filha não gosta do trabalho de casa, mas ela faz de tudo na roça. Ela capina, coivara, faz farinha, carvão, trabalha na diária pros colono aqui da região”.

O Preto descreve a função do homem na “lida” diária. “O serviço do homem é brocar e derrubar a mata, broca por baixo e deixa só os paus alto e depois vai, leva o machado corta o pé do pau e deixa ele virar e depois de derrubado, deixa quatro dia de sol e toca fogo”.

Esses relatos me fazem compreender que o papel do homem é importante no preparo da terra para o plantio, pois o trabalho pesado é feito por ele. No entanto, as tarefas da mulher são indispensáveis, na medida em que é ela quem dá continuidade ao processo, atuando ao mesmo tempo como “dona de casa”, nos afazeres domésticos, e no “trabalho na roça” culminando com o fabrico da farinha e do carvão. No entanto, não posso considerar em Caraparu que o “trabalho na roça” seja concebido como tarefa feminina como verificado por Maués e Motta-Maués (1999) em Itapuá, pois na região de Caraparu essa tarefa é considerada “trabalho de homem”. Isto é perceptível na fala dos próprios colonos quando se refere a essa atividade sempre no masculino, não como “a dona da roça” como em Itapuá, mas como “o dono da roça”.

Nessa direção, Sahlins (1974) enfatiza que as famílias são constituídas para a produção por meio da divisão sexual do trabalho, em que as tarefas são realizadas com o trabalho conjunto do homem e da mulher. Com efeito, entre as famílias de Caraparu, as relações de produção acontecem entre marido e mulher e entre pai e filha, cuja venda do tucupi e da farinha é deixada a cargo da mulher e suas filhas. Enquanto que, a venda da mandioca não beneficiada é de responsabilidade do homem e de seus filhos. Da mesma forma, o papel da mulher também é indispensável no trabalho originado pelo turismo com a “venda na beira”. Processo que será descrito no capítulo seguinte.

4.2 COMÉRCIO DO TURISMO OU “VENDA NA BEIRA”?

A estrada do Caraparu é cercada por uma vegetação e igarapés que deságuam no rio Caraparu. Os transportes de passageiros que chegam à Vila de Caraparu seguem em direção à “beira” do rio para deixar os visitantes que, a partir desse momento, começam a se deliciar com as águas pretas do rio Caraparu e com as aparelhagens em alto volume, muito comuns nas áreas periféricas da região amazônica pelo período das férias de julho. As pessoas que visitam Caraparu estão incluídas em dois grupos. Pode-se distinguir aquele que, atraído pelo rio Caraparu, vem à Vila com suas famílias ou amigos nesse período, para passar o fim de semana ou, tempo inferior a 24 horas.

Algumas dessas pessoas conheceram a Vila de Caraparu e, aos poucos, foram comprando parte dos quintais dos moradores locais para construir suas residências, identificadas por esses moradores por “casas de veraneio”. O segundo grupo representa uma categoria de visitante definida em suas relações com os moradores locais através de laços de parentescos estabelecidos com a maioria dos membros das famílias de Caraparu, na medida em que esses visitantes são parentes consangüíneos e afins. Tais visitantes foram morar ou, em Santa Izabel ou, em Belém e somente retornam à localidade pelo período das festividades do Círio ou por ocasião das férias de julho.

Apesar da especulação imobiliária atingir parte desses quintais, neles, as relações de vizinhança ainda são perceptíveis, permitindo dessa maneira, certo tipo de sociabilidade entre vizinhos, na medida em que há a cooperação mútua entre as famílias vizinhas tanto na produção da farinha de mandioca como na “lida” diária. Isto acontece talvez pelo fato de que quase todas as famílias da localidade estão ligadas por laços de parentesco, tanto por consangüinidade como por afinidade. Cândido (1979) salienta que a ajuda mútua é um fator integrante da sociabilidade de um determinado grupo. Ele acrescenta ainda que a estrutura fundamental da sociabilidade está no agrupamento familiar, vinculada pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de cooperação mútua e pelas atividades ligadas à prática lúdico-religiosa.

Tal qual a análise desse autor, os aspectos da sociabilidade são perceptíveis entre as famílias pesquisadas em Caraparu, na medida em que esses aspectos são evidenciados não só na prática religiosa, mas também nesses quintais, onde não apenas se concentram diversidades de espécies de árvores frutíferas e animais domésticos, mas também os “retiros”. Esses retiros são utilizados em cooperação mútua, pois aqueles que não os possuem, “pedem

emprestado” para os proprietários dessas unidades de produção familiar. Em torno desses retiros, como já exposto anteriormente, as pessoas se reúnem durante o manejo da farinha de mandioca e do tucupi, para conversar com os amigos, aparentados e afins, para pôr as notícias em dia e até mesmo para contar os “causos” de pessoa da Vila de Caraparu, que suspeitam transformarem-se em matinta perera.

Um fato interessante com relação àquelas residências ou “casas de veraneio” é que elas ficam fechadas durante boa parte do ano, pois os residentes locais ainda não têm o hábito de “cuidar” dessas casas fora do período de férias. Isto talvez esteja ocorrendo pelo fato de muitas dessas residências pertencerem a parentes de moradores locais que, como exposto anteriormente, foram morar nos municípios de Belém e Santa Isabel e retornaram somente nos meses de julho e dezembro pela ocasião do Círio Fluvial de Nossa Senhora da Conceição. Nesses períodos e nos fins de semanas, os moradores locais começam a organizar suas vendas na “beira”. No mês de julho, período de maior afluxo de pessoas em Caraparu, a movimentação na “beira” começa cedo a partir das sete horas da manhã. O comércio se intensifica pelo período da tarde em que o trânsito de pessoas é intenso. Isto é perceptível na figura 28, em que se visualiza o trânsito intenso de visitantes em meio ao comércio na orla do rio Caraparu.



Fonte: Nobre (2006).

Figura 28: “O pessoal de fora”, bebendo, comendo e se divertindo no balneário.

É interessante ressaltar que, apesar da Vila de Caraparu apresentar características de área rural com economia de tradição agrícola, as pessoas do meio urbano que vêm à localidade transitam nas pequenas ruas da Vila em trajes de banho (duas peças e saída de banho) como se estivessem em área de praia oceânica. É nesse momento que percebo o trânsito entre o rural e o urbano, sem a dicotomia desses dois modos de organização sócio-econômica presentes em nossa sociedade, pois se interligam a partir de suas relações econômicas. Singer (1973), em seus estudos sobre a relação entre campo e cidade, evidencia que o modo de vida entre o campo e cidade se caracteriza pela ausência na cidade de atividades ligadas à agricultura e ao extrativismo mineral, mas isso não significa, segundo esse autor, que não haja em áreas periféricas do meio urbano, práticas agrícolas, mesmo sendo pouca expressivas no contexto urbano. Ele acrescenta ainda que, na medida em que a economia urbana exclui o contato direto com a natureza, essa não pode ser economicamente auto-suficiente se tornando, de certa forma, ligada ao campo por motivos econômicos. Tal processo não é visto no meio rural, que por suas atividades primárias, pode ter certo tipo de autonomia econômica.

Tal fato é perceptível na região de Caraparu, pois apesar de sua incorporação progressiva à esfera da economia capitalista/urbana, esta região ainda possui certa autonomia econômica quando se trata da agricultura como fonte alimentícia das famílias locais. Outra questão interessante a ser evidenciada com relação ao comércio gerado com o turismo em Caraparu é que, na orla do rio, cada bar tem uma aparelhagem de som em alto volume, na qual se pode ouvir o famoso “tecnobrega”⁴² paraense. O que se percebe é que não há um consenso musical entre os donos dos bares da orla do rio, pois há uma “confusão musical” com as aparelhagens tocando ao mesmo tempo. E isto faz do ambiente uma “torre de babel musical”.

Mas como declarou Maria, “o pessoal de fora gosta e a comunidade também, mas os mais velho reclamam”. Maria relatou um fato muito interessante com relação a Dona Maria José, que vende tacacá na orla do rio. Ela, por ser uma senhora bastante velha, já não escuta muito bem os sons que vêm das aparelhagens. Segundo Maria, “Dona Maria José que vende tacacá na beira tá com a mente tão cansada que se não tiver movimento ela dorme com tanto barulho”. A reorganização do espaço à beira-rio, que culminou com a implementação do “Balneário Caraparu”, incentivou esse turismo na Vila de Caraparu.

⁴² Esse estilo de música constitui uma releitura do brega paraense em que, o que prevalece é o aspecto técnico com um ritmo musical mais rápido baseado em vários instrumentos tecnológicos.

Uma questão importante a ser ressaltada, diz respeito ao termo “turista”, que por causa de sua complexidade conceitual, a Organização Mundial de Turismo (OMT), segundo Castelli (1996), introduziu o termo *visitante* no lugar de *turista* na Conferência das Nações Unidas, realizada em Roma em 1963. Para Mota (2001), o termo *visitante* faz referência tanto à turista que permanece pelo menos 24 horas no destino visitado por motivos diversos não relacionados ao trabalho remunerado, como à excursionista que corresponde a visitante que permanece no destino por um período inferior a 24 horas. Com efeito, o trânsito de uma população flutuante que vem a Caraparu atraída pelo balneário, está relacionado: primeiro a visitantes (excursionistas) que, em grande maioria, vêm em piqueniques por um período inferior a 24 horas; e segundo, a visitantes (turistas) que, por terem residências em Caraparu, passam o fim de semana nesta localidade.

Convém salientar que os termos *excursionista e/ou visitante* estão sendo usados neste trabalho como categorias de análise, pois os moradores de Caraparu se referem ao visitante, excetuando aquele grupo de pessoas que mantém relações de parentesco com os membros da comunidade, como “o pessoal de fora”, como me referi em certos momentos deste trabalho. Ou em algumas ocasiões, por turista, como por exemplo, quando conversam com alunos de instituições de ensino superior da cidade de Belém, que vêm à Vila realizar pesquisa acadêmica referente à atividade turística na região. Isto se explica, de acordo com minha experiência no campo do turismo, pelo fato desses pesquisadores, de certa maneira, influenciarem, os moradores locais a referenciar a categoria *turista* em suas falas.

É interessante analisar que a categoria “o pessoal de fora” expressa um sentido de não pertencer à comunidade e como tal, devem ser identificados como aqueles que não estão inseridos nos grupos locais. Isto porque esses grupos possuem uma identidade de quem é do lugar a partir de sua identificação com o meio rural-agrícola. O contato que as famílias de Caraparu mantêm com os visitantes que não possuem laços de parentesco com elas, resume-se ao comércio voltado para esses visitantes, salvo alguns relacionamentos de cunho amoroso que são os “flertes” ocasionais entre “os de fora” e os jovens de Caraparu. Esses “flertes” geralmente ocorrem, segundo a Maria, no período das férias de julho, época em que o afluxo de visitantes é intenso.

Sobre essa questão, Elias (2000) faz referência a diferentes agrupamentos no interior de uma pequena comunidade de vizinhos. Ele relata que os moradores de uma área, na qual viviam as “famílias antigas”, se consideravam superiores aos residentes da parte vizinha da comunidade, de formação mais recente. Essas famílias tratavam os recém-chegados como pessoas que não se inseriam no grupo, como “os de fora”, por pertencerem a um grupo de

menor virtude. Em Caraparu, o sentimento de superioridade, tal como descrito por Elias, se expressa de maneira inversa, na medida em que esse sentimento de superioridade é expresso por parte do “pessoal de fora” para com os membros da comunidade de Caraparu. Isto se explica, de certa forma, pelo fato desses visitantes pertencerem a grupos citadinos.

No entanto, a percepção que se tem é que os moradores de Caraparu não se julgam inferiores aos “de fora”. Apenas, pelo sentimento de “pertença” às famílias de agricultores de Caraparu, esses moradores preferem não terem muito contato com esses visitantes que para eles, são pessoas “briguintas” e “arruaceiras” que gostam de depreciar os moradores que vendem na “beira”.

Um fato interessante observado em Caraparu é que os moradores locais não associam a “venda na beira” ao comércio advindo do turismo nessa localidade. Esse fato é comprovado na própria fala daqueles que vendem na orla do rio, nas ruas ou nas portas de suas casas, na medida em que, ao serem indagados sobre o modo de vida em Caraparu, sempre declaram que “vivem da roça” e do “negócio da beira” ou da “beirada”. Nunca fazem referência ao turismo como seu meio de vida, no entanto quando se refere aos problemas causados pelos visitantes, a resposta é que “há uma invasão de turista em Caraparu” (Maria) ou “o pessoal de fora traz dinheiro pra comunidade” (Jair). Isto se explica menos pelo fato de não haver turismo em Caraparu e mais por esses moradores ainda não terem o conhecimento suficiente do que realmente possa ser considerado como atividade turística.

Isto, porque ao serem indagados sobre o que seja turismo, as respostas sempre eram do tipo: “turismo é esse pessoal de fora que vem pro balneário, eles gostam daqui né.” Desse modo, percebe-se que os moradores de Caraparu ainda não têm a percepção de que, desde a chegada desses visitantes à Vila de Caraparu até sua partida, vão sendo geradas necessidades que vai desde o transporte ao surgimento de pequenos negócios para o atendimento do turista. Isto faz com que os moradores de Caraparu se tornem prestadores de serviços ao visitante e este, um consumidor de natureza e dos serviços prestados pelos comerciantes da “beira”. Os *anfitriões*, no entender de Banducci Jr e Barretto (2001, p.11), “vê nos turistas fontes de renda e não pessoas. As trocas acontecem entre sujeitos sociais que não enxergam a si mesmos como tais, a não ser como consumidores e prestadores de serviços, respectivamente”.

O turismo na Vila de Caraparu pode ser caracterizado, tal como discutido anteriormente, pelo trânsito intenso de uma população flutuante que usufrui além dos atrativos turísticos, os serviços de alimentos e bebidas que estão nos bares e nas barracas de churrascos. Além disso, utilizam como forma de lazer, entre outros, os espaços do balneário, dos quintais,

do campo de futebol. E ainda o rio Caraparu, que além de se banharem, passeiam de canoa ou *caiaque*. Informações junto aos moradores locais levaram-me a conclusão de que a maioria das pessoas que frequenta esse espaço é oriunda dos bairros periféricos da cidade de Belém entre os quais destacam-se os bairros do Guamá, Terra Firme e Cremação, além do município de Icoaraci.

A grande maioria são pessoas que vêm em piquenique, mais conhecidos por “farofeiros”. Esses trazem na bagagem quase tudo que necessitam para sua estadia na localidade. A partir da chegada desses visitantes até a sua partida, o rio e suas margens se transformam em um enorme lixeiro para descartáveis, garrafas, restos de comidas além das poças de águas, oriundas dos esgotos dos bares que correm em direção ao rio. Há também violência ocasionada pelo excesso de álcool consumido pela maioria das pessoas. As declarações do Seu Manduquinha evidenciam esse processo e os problemas ambientais decorrentes dessa atividade em Caraparu.

O balneário tirou o silêncio, ficou muito agitado. Antes era melhor, mais respeitoso, não tinha pivete, bandido, eles vêm de Belém e Santa Izabel. A Vila depois desse balneário mudou, o rio tá ficando sujo lá por cima. Tem gente que vem brincar direitinho, tem outros que vem brigar, sai porrada. Eu vou lá na beira dia de semana, ando, olho a beira, converso com amigos. Eu não danço, não bebo, o que é que eu vou fazer no meio daquele barulho. Antes do balneário era uma Vila pequena, povo respeitoso, ninguém fazia bagunça, barulho tarde da noite, eles ficam bebendo no bar e isso, incomoda os velhos que quer dormir sossegado (Seu Manduquinha).

A divulgação desse balneário alcançou seu público alvo, a partir dos *folders*, promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desporto de Santa Izabel do Pará, e por algumas produções cinematográficas norte americanas realizadas na região de Caraparu como “Brincando nos campos do senhor”, “Floresta das esmeraldas”, “Lázaro” e “Conspiração do silêncio”. A busca pelos atrativos naturais da região com rios e igarapés de água preta, nascentes, além da fauna e flora, acelerou o processo de “turistificação” (turismo desenfreado) e, como já foi dito, de incorporação das famílias de agricultores a esfera da economia do turismo nessa localidade. Por conta disso, as áreas rurais em muitas regiões do Brasil têm passado por profundas transformações nas últimas duas décadas, pois sua mercantilização está contribuindo para que ela não possa mais ser pensada como um espaço essencialmente agrícola. É o que salienta Campanhola e Silva (1999), quando em conferência sobre “turismo no espaço rural brasileiro”, argumentaram que o meio rural, enquanto um espaço socialmente construído, perdeu sua identificação com o agrícola por conta de atividades comerciais capitalistas ligadas ao meio urbano. Para esses autores, estas atividades

passaram a serem desenvolvidas nas áreas rurais, coexistindo com as atividades agrícolas, geralmente em complemento a renda familiar. Tal fenômeno é perceptível entre as famílias de agricultores de Caraparu, na medida em que a “venda na beira” vem se constituindo em formas alternativas de ganhos econômicos. Os relatos abaixo deixam bem clara tal problemática.

Hoje a comunidade se dedica mais ao balneário do que a agricultura. Tem que ter essa venda, todo mundo precisa. Começaram a vender na beira porque começou a aparecer gente de fora e aí eles começaram a vender. Se não fosse o balneário, eles iam ter que procurar trabalho, porque a agricultura caiu muito aqui (Seu Chicoã).

“Hoje o pessoal vive da beira e da roça, eu vendo tucupí, trabalho com bar, alugo canoa, tudo eu faço” (Bolacha, 40 anos, neto de Dona Deusa).

O pessoal se dedica mais a venda na beira, porque o ganho é mais fácil, porque plantar uma tarefa de roça em maio, só vai apurar dinheiro em maio do ano que vem. Então tu vende hoje na beira e amanhã o dinheiro tá apurado. Eles vendem lá na beira, mas tudo sai daqui o tucupí, a goma, a farinha. Vem aqui no dia de fazer farinha e leva (Seu Lago).

Eu trabalhava com pedra, carvão e roça antes de mexer com canoa. Eu trabalhava com meu pai na roça do Taperão, mas ele vendeu no início da década de noventa para fazendeiros que trabalhava com gado. Hoje eu trabalho como canoeiro já faz quinze anos, comecei alugando canoa dos donos em Caraparu. Depois comecei a comprar no Acará, porque aqui não tem mais madeira pra fazer canoa. Trabalho de sexta a segunda-feira, porque é o dia mais movimentado. Nos outros dias ajudo o papai na baiúca dele lá no Lago [vila]. Ajudo Dona Iracema a fazer farinha. Eu busco a mandioca na roça, em troca ela me dá farinha (Jair).

A partir desses relatos, a percepção que se tem é que o modo de vida das famílias de Caraparu, que antes viviam essencialmente da agricultura, está sendo alterado por conta da inserção dessas famílias no comércio do turismo na localidade. O que chama a atenção nas falas dessas pessoas é o trânsito contínuo entre a “venda na beira” e o “trabalho na roça”. Tal processo é evidenciado na fala do Bolacha que diz: “[...] eu vendo tucupí, trabalho com bar, alugo canoa, tudo eu faço”. Esses enunciados: “tudo eu faço” ou, como relatou Jair, “[...] trabalho como canoeiro de sexta a segunda-feira, nos outros dia ajudo dona Iracema a fazer farinha”, expressam um sentido de pluralidade econômica, na medida em que essas pessoas, e tantas outras na região, estão a se dividir entre as atividades ligadas à “roça” e as relacionadas ao comércio voltado para os visitantes.

Mas, se percebe que os moradores de Caraparu estão se dedicando com maior intensidade às atividades ligadas à “venda na beira”, pelo fato dessas gerarem lucros

imediatos se comparados aos gerados com o “trabalho na roça” voltado, em grande parte, para o cultivo da mandioca. Isto fica claro na fala do Seu Lago, quando diz que: “[...] o pessoal se dedica mais a venda na beira porque o ganho é mais fácil, porque plantar uma tarefa de roça hoje só vai apurar dinheiro em maio do ano que vem”.

É importante deixar em evidência que essas famílias ainda não abandonaram sua tradição econômica e, por esse motivo, vivem essa tensão entre suas tradições agrícolas e uma outra forma de ganhos econômicos que gera lucros imediatos e, por tanto, um aumento à renda familiar. Isto é perceptível nos relatos do Seu Lago ao se referir à suas filhas que vendem churrasco na porta de sua residência. “[...] elas vendem lá na beira, mas tudo sai daqui o tucupi, a goma, a farinha.” É como se ele quisesse dizer, grosso modo, que o “trabalho na roça” não vai se diluir por conta do comércio do turismo em Caraparu, pois como tal depende, em grande parte, dos produtos agrícolas da região para sua sobrevivência. Retomarei essa discussão mais à frente ao descrever a “venda na beira”.

Cabe aqui retratar essa tensão corrente em Caraparu evidenciada nos relatos de Dona Deusa ao falar do modo de vida de sua filha Iracema. Esta senhora tem 60 anos e, por não gostar de falar muito, não me concedeu nenhum tipo de entrevista. Porém, tive a oportunidade de conversar com sua mãe e ela relatou que:

Iracema e seu marido venderam o terreno pra comprar uma casa em Santa Izabel. Fizeram um bar na frente da casa deles pra trabalhar. Mas ela ainda faz farinha, ela pede pros outros e faz uma rocinha, colhe a mandioca e faz farinha e tucupi no retiro que fica no quintal da casa dela, é pro gasto e pra venda (Dona Deusa).

É interessante analisar nesses relatos que Dona Iracema, ao mesmo tempo em que possui um bar ao lado de sua residência, também possui um “retiro” em seu quintal, no qual trabalha com a produção da farinha de mandioca. Desse modo, o que se percebe é que as famílias de agricultores de Caraparu, mesmo inseridas na economia do turismo, ainda mantém viva, de certa forma, a tradição agrícola e, de certo modo, lidam bem com essa tensão que faz parte da dinâmica social. A figura 29 mostra o “retiro” de Dona Iracema, localizado no quintal de sua residência e a figura 30 evidencia o bar desta senhora, que se encontra ao lado de sua casa.



Fonte: Nobre (2006).

Figura 29: O “retiro” no quintal de Dona Iracema, representando a tensão vivenciada por quem “lida com roça” e com bar no núcleo da Vila de Caraparu.



Fonte: Nobre (2006)

Figura 30: O bar de Dona Iracema ao lado de sua residência.

4.3 OS “MEEIROS DA BEIRA”.

Venho desde o começo dessa pesquisa, utilizando a categoria “venda na beira”. Mas o que representa tal categoria para as famílias de Caraparu? Os moradores da Vila de Caraparu chamam de “venda na beira” o comércio gerado com a atividade do turismo em Caraparu. Este comércio está direcionado aos visitantes que freqüentam o “Balneário Caraparu”, localizado às margens do rio, o que é considerado pela população local como “beira”. Foi neste local onde, de fato, começou esse comércio que, com o passar do tempo, foi se intensificando e adentrando as ruas mais afastadas da “beira”.

Segundo relatos dos moradores locais e de minhas memórias de juventude, quando costumava visitar essa localidade, a “beira” do rio Caraparu, antes da implementação desse balneário, era constituída por várzea que obedecia ao ritmo das marés. Na época das chuvas, esse espaço se transformava em um imenso alagado, com intenso material argiloso onde a criação de gado, pertencente a moradores locais, ia pastar. Dessa maneira, as residências da maioria dos moradores eram construídas sempre distante da “beira” do rio para evitar que enchesse no inverno. Algumas famílias que viviam muito próximas à orla do rio como as de Dona Deusa sentiam de perto os problemas da enchente.

Os moradores, que residem no núcleo da Vila de Caraparu, costumavam utilizar as águas do rio tanto para banho como para lavar roupas e louças e até mesmo para beber. Segundo Jair:

“As mulheres lavavam roupa e a água era muito gelada, agora é quente, por causa das queimadas que o pessoal de fora faz quando vão pescar descendo o rio. Eles fazem o fogo pra assar peixe na beira do rio e, deixa o fogo aceso e vão embora, aí o fogo pega pela beirada”. Maria relatou que:

“A beira do rio Caraparu já não é mais como antes. A gente podia ver os pássaros na várzea, o verde da mata era intenso. As águas eram tão cristalina que dava pra ver o boto que vinha espiar as moças que iam lavar louças no Porto de Caraparu”.

Esses relatos me fazem refletir acerca de um saudosismo, de um tempo onde o rio Caraparu exercia uma importante função na “lida” diária dos moradores da Vila de Caraparu, que foi alterada por conta da dinamização da mudança.

Um fato interessante é que a reorganização dessa “beira” que, de certa forma, tirou a tranquilidade dos velhos que residem próximo a ela, é “aceita” com sabedoria por uma

parcela significativa destes moradores como um processo que faz parte da dinâmica social. Isto é perceptível nos relatos que se seguem:

“O tempo da tranquilidade da Vila já passou, a gente não vai pra trás, o jeito que tem é acompanhar a mudança né, agora se fosse pra escolher, seria melhor como era antes” (Dona Deusa).

“Preferia a Vila como era antes, mas a gente tem que acompanhar a evolução do mundo” (Seu Lago).

É perceptível em suas falas a tensão existente entre o estilo de vida rural a qual estavam acostumados e a modernidade, representada pela nova atividade econômica que está coexistindo com o “trabalho na roça”.

É importante lembrar que, antes do balneário, as pessoas já freqüentavam a Vila, e a maioria era oriunda da cidade de Santa Izabel que iam à localidade apenas para lazer em eventuais fins de semanas ou no período do Círio Fluvial de Nossa Senhora da Conceição. Convém lembrar que, na “beira” do rio, como já exposto em tópicos anteriores, o que havia era um pequeno bar de propriedade do Seu Cláudio e a venda de tacacá de algumas senhoras que até hoje ainda vendem nessa orla. “O pessoal de fora”, como salienta o Seu Chicoã, “começaram a vir mesmo depois do balneário, que é ele que chama muita gente”.

Por conta dos problemas de enchente e, por conseguinte, do intenso alagado, os moradores locais e aquelas pessoas que já tinham o costume de freqüentar a Vila, começaram a reclamar de tal situação. Foi então que no início da década de 80, na gestão do prefeito municipal Alderico Queiroz de Miranda, se começou a pensar em um projeto de construção de um cais de arrimo, no intuito de deter as águas do rio e, assim, evitar o alagado que dificultava o trânsito das pessoas a “beira” do rio. Mas, foi somente na gestão do prefeito Edilson Abreu que em parceria com o governador do Estado, na época Jader Barbalho, que tal projeto se materializou. Foi feito então o aterramento da orla do rio no ano de 1989 e, por conseguinte, a construção de um cais de arrimo em madeira.

Cabe ressaltar que, a pedido dos moradores de Caraparu, o governo local está aos poucos construindo este cais em cimento, com o intuito de conter o assoreamento do rio. Foi a partir desse ano que as vendas na “beira” do rio se intensificaram, pois foi quando “o pessoal de fora” começou a vir à localidade atraído pelo balneário. Neste espaço, os moradores com maiores condições financeiras aos poucos foram construindo pequenos bares e por fim, as várias barracas de comidas e bebidas que se ver hoje. As figuras 31 e 32 mostram a visualização do “Balneário Caraparu” em dois momentos distintos: primeiro, durante os dias

em que não se vê movimento de visitantes e, num outro momento, quando se vê um grande afluxo desses visitantes.



Fonte: Nobre (2005).

Figura 31: O momento em que o “Balneário Caraparu” está sem “o pessoal de fora”, em que as águas do Caraparu correm calmas como se nada tivesse sido alterado neste local.



Fonte: Nobre (2005).

Figura 32: O momento em que “o pessoal de fora” se diverte nos bares e nas águas do rio Caraparu.

Nesse espaço, há os ambulantes de outras regiões que chegam à Vila para vender vários tipos de produtos e mariscos como os vendedores de camarão da rodovia que liga a cidade de Belém ao município de Mosqueiro. Por conta da implementação desse balneário e, por conseguinte, por causa da intensificação das visitas a Caraparu, os moradores locais estão se dedicando tanto à agricultura como a esse comércio, como as famílias de Dona Deusa e a do Seu Lago, além da família do Seu Paulo, que mesmo vivendo em função da agricultura, no “Círio do Caraparu” do ano de 2005, eles alugaram o estabelecimento de Dona Rosa, uma moradora antiga da Vila. Esta atualmente utiliza parte de sua residência como bar. O Seu Paulo, sua esposa e seus filhos venderam nesse bar churrasco de porco e frango, criados em seu terreno, além da galinha no tucupi e da maniçoba.

O Seu Paulo relatou que a experiência não foi muito gratificante, pois teve que pagar aluguel por não ter um “ponto” de venda de sua propriedade. Esses “pontos” já têm seus donos certos. Além disso, ele não suporta a violência, ocasionada, em grande parte, pela chegada dos visitantes na localidade. Ele relatou que: “o ganho não foi muito bom, porque tive que pagar aluguel. Não vendo mais porque já tá tudo cheio lá, vou tomar a venda deles? Nunca me interessei em vender lá, não suportaria bagunça”. O Seu Paulo e sua família trabalharam com a “venda na beira” somente no círio de 2005. E pelos motivos descritos acima, não têm mais a intenção de retornar à “beira”, mas esse senhor não ignora o fato de tal comércio ser importante para as famílias de Caraparu. Para o Seu Paulo, “a venda na beira não é ruim, porque é bom pra Caraparu. É do que eles vive hoje, mais do que da roça. Se parar isso aí, eles vão viver do que. Porque eles acham que aquilo é um ramo de vida pra eles. É mais fácil vender na beira do que mexer com roça”.

Os relatos do Seu Paulo me fazem refletir acerca dos problemas sociais que o comércio avindo do turismo poderá ocasionar entre essas famílias. Elas estão, poderia dizer, “deslumbradas” com os ganhos econômicos imediatos e, de certa forma, fáceis gerados com esse comércio. Elas correm o risco de ver suas tradições agrícolas serem trocadas por essa atividade. Quando o Seu Paulo salienta que “[...] a venda na beira não é ruim porque é bom pra Caraparu”. Sua fala expressa um sentido de não ser contra a esse comércio paralelo à agricultura, pois proporciona ganhos econômicos. Mas, por outro lado, para ele, este processo é preocupante, na medida em que a probabilidade de lucros imediatos e o pouco ganho advindo da “roça” faz as famílias de Caraparu terem a percepção de que, “é mais fácil vender na beira do que mexer com roça”.

A expressão, “mais fácil vender na beira”, está relacionada com a possibilidade de lucro fácil. Mas porque será que a “venda na beira” traz ganhos fáceis? Vamos analisar os

fatos correntes nessa localidade. Primeiro, o comércio na orla do rio Caraparu está voltado para os visitantes. Isto faz com que as pessoas, que trabalham com esse comércio, passem a entender que devem comercializar seus produtos para “o pessoal de fora” por um preço mais elevado. Isto, porque para eles, essas pessoas “têm dinheiro para gastar na beira”. Dessa maneira, esses comerciantes garantem ganhos maiores.

Segundo, pelo fato de que somente os moradores da Vila de Caraparu é que podem construir bar ou ter uma barraca na orla do rio para vender seus produtos. Isto garante aos membros das famílias locais a possibilidade de lucro fácil, na medida em que os donos dos bares pagam apenas uma pequena taxa para a prefeitura do Município de Santa Izabel. E mais, os proprietários das barracas de tacacá e de churrasco, além dos canoieiros, não têm o compromisso de pagar nenhum tipo de taxa a essa prefeitura. Convém ressaltar que, essa norma que garante aos moradores locais a comodidade de usufruir desse comércio, foi estabelecida pela Prefeitura do Município de Santa Izabel do Pará.

Outra questão importante com relação a esses ganhos é que, além dos bares e das barracas, existe também as pequenas vendas de churrascos em pontos estratégicos tanto na “beira” do rio como nas ruas, que dão acesso ao balneário. Essas vendas são tanto de pessoas de outras localidades, como daquelas que residem no núcleo da Vila de Caraparu. Essas últimas têm o livre acesso a esses lugares não precisando pagar as taxas de impostos que também são cobradas àquelas oriundas de outras localidades.

Desse modo, essa facilidade que as pessoas da localidade têm de, a qualquer momento, colocar na “beira” do rio ou nas ruas da Vila uma pequena mesa com churrasco, protegida por um guarda-sol, geralmente emprestado dos donos dos bares, possibilita certo lucro fácil, mesmo que em menor proporção com relação aos donos dos bares, das barracas de churrascos e aos canoieiros. Essa facilidade aqui descrita poderá fazer com que as famílias locais passem a trocar o “trabalho na roça” pela “venda na beira”. A tensão existente entre essas duas formas de ganhos econômicos pode ser perceptível no processo corrente em Caraparu.

Dona Deusa, que trabalhou com a venda do tacacá na orla do rio Caraparu desde o início da década de 80 até o fim da década de 90, relatou que suas filhas, Dona Iracema e Dona Santinha, netos, sobrinhos e seu irmão Cláudio, trabalham tanto na “roça” como na “beira”. O fato de uma de suas filhas, Dona Santinha, trabalhar como enfermeira num hospital na cidade de Belém, na a impede de vender o seu churrasco na orla do rio Caraparu no período das férias de julho, ou de vender o tucupi, o molho de pimenta feita com esse produto e a maniçoba para alguns funcionários do Hospital da Santa Casa.

O Junião, sobrinho de Dona Deusa, como é conhecido por todos na localidade, já é considerado na comunidade um pequeno empresário de Caraparu, na medida em que já possui na orla do rio Caraparu e, na rua principal que dá acesso essa orla, um bar e três barracas para a venda de lanches, sorvetes e churrascos. O seu pai, Cláudio, além de ter uma grande área de “roça”, localizada na comunidade do Jurupari, é um forte comerciante em Caraparu, pois este senhor foi um dos primeiros moradores a se estabelecer na orla do rio. Seu estabelecimento funciona como bar, além disso, ainda tem uma área reservada a sua filha Lourdes que, além do tacacá, vende maniçoba, churrasco e cerveja.

Outro membro da família de Dona Deusa que “vende na beira” é o Bolacha, como é conhecido na região. Ele é filho de Dona Iracema que também, além de “mexer com roça”, possui um bar em uma das três ruas que dá caminho para o “balneário”. Entre os membros da família do Seu Lago estão sua esposa e suas duas filhas, Alcinéia e Maria. Além dessas, está a Alessandra que, como já foi dito, é neta e “filha de criação” do Seu Lago. Ela é garçonete nas férias e fins de semanas no bar do Seu Ribamar, um comerciante da cidade de Belém que alugou dois bares que são do Seu Zinho, agricultor muito antigo na região de Caraparu. Nos dias atuais, Seu Zinho, e parte de sua família, reside no município de Belém. Maria descreve melhor todo o processo que vem ocorrendo na Vila de Caraparu, com relação ao comércio na orla do rio.

A vida na comunidade começa 6:30 pra roça e pro comércio 7:30. As famílias que têm ponto na beira, trabalha de metade com outros da família. O Aldenor trabalha de metade com a cunhada dele. O Junião reparte com a irmã dele o lucro da barraca da “Kibon”, que é dele. Quando um da família não tem condições de ter um bar, ou alugar uma barraca, eles trabalham de metade com parente que tem, e divide o lucro. O Bolacha também tem um bar e o “Fribom”. Às vezes, ele aluga o “Fribom” pra algum conhecido dele, ou então ele trabalha de metade com um parente. Eu vendia churrasco no meu antigo ponto lá na beira que foi tirado pela prefeitura, só a minha é que foi tirada porque não era fixa, mas aqui vale mais quem tem dinheiro. O Junião tem dinheiro e a “Kibon” não saiu de lá. Eu dividia o lucro com a minha mãe. A minha irmã vendia cerveja e assim ia. Antes era sociedade aqui em casa, uma colocava maniçoba, outra bebida, outra churrasco. Só o lucro do churrasco que era dividido, o resto a gente vendia e cada um ficava com o dinheiro. Eu vendia também cerveja de metade com o seu Ribamar, eu ganhava por comissão, mas o lucro era pouco porque a maior parte ficava com ele. Quem não tem barraca ou não pode alugar, trabalha de metade com quem tem ou trabalha como garçom, cozinheira e garçonete. Como garçom e garçonete é o Marcos, a mulher dele a Cristina e a cunhada, no Junião é a mulher dele. Fora disso, é vender carvão, trabalhar na roça, porque de garçom só é fim de semana (Maria).

Esses relatos me fazem perceber primeiro, que as pessoas que participam da “venda na beira” são, em grande maioria, membros das duas maiores famílias que residem na Vila de Caraparu, quais sejam, as famílias Farias e Ferreira das Chagas, incluindo os cunhados, as cunhadas, os genros e as noras. Segundo, que as relações de parceria que se processam entre as famílias de agricultores de Caraparu ocorrem tanto no “trabalho na roça” como na “venda na beira”. No entanto, essa parceria tem suas especificidades, na medida em que obedece a um determinado contexto na região de Caraparu.

No contexto das áreas agrícolas, a parceria ocorre de duas formas: na primeira, o agricultor fornece parte de suas terras, identificadas por eles por “tarefa”, àqueles que não tem terra para semear cabe a este roçar, queimar e limpar a área para o plantio. A colheita é feita pelos dois parceiros com a divisão desta entre partes iguais. Assim como em Itapuá nos estudos de Maués e Motta-Maués (1999), Cândido (1979) também irá identificar àquele processo entre os “caipiras” do interior de São Paulo, tal qual na região de Caraparu, como “meação”. A outra forma de parceria identificada na área agrícola de Caraparu, tal como em outras regiões do Brasil como salienta Diegues Junior (1979), é o “empréstimo de tarefa”, com a permissão do uso da terra para o plantio de pequena roça de mandioca, sem maiores benefícios econômicos para o dono da terra que fez o empréstimo.

Cândido (1979) argumenta que o sistema de parceria é um recurso não só do grande e médio agricultor, mas também do pequeno agricultor que não tem recursos financeiros para semear sua área agrícola. Esse autor, em sua área de estudo, identificou entre outras modalidades o fazendeiro, o sitiante, o parceiro e o colono. Na região de Caraparu, não há uma distinção concreta entre essas duas últimas modalidades, pois o que se percebe é que o parceiro, mesmo em contextos distintos, é identificado sempre como colono ou agricultor.

O interessante analisar é a transferência de categoria que é vista na “lida com a roça” e que, de forma parecida, irá se processar com a “venda na beira” em que a parceria se dá nos moldes do sistema de troca recíproca entre a maioria das famílias que participam do comércio voltado para “o pessoal de fora”. As relações de trabalho na “beira” se processam, tal qual identificado entre os parceiros na “roça”, com o “trabalho de metade” em que os ganhos econômicos podem acontecer tanto por “comissão” como por divisão do “lucro” entre os parceiros. Pode-se considerá-los, grosso modo, como os “meeiros da beira”, na medida em que estão criando estratégias que se encontra de igual forma no “trabalho na roça”. Essas estratégias podem ser vistas com o “trabalho de metade” na “beira” do rio Caraparu, como forma de ajuda mútua entre aqueles que não têm condições financeiras de alugar ou construir

um estabelecimento comercial. Como enfatizou a Maria, “[...] quem não tem barraca ou não pode alugar, trabalha de metade com quem tem”.

Abro aqui um parêntese para lançar uma indagação com relação a essa “beira”, que referencio no decorrer deste trabalho. Mas afinal, porque “meeiros da beira”, se o “trabalho de metade”, direcionado ao visitante, se processa também com as vendas em barracas improvisadas nas portas das residências dos moradores e nas ruas da Vila de Caraparu? Para entender isso, é preciso descrever com mais detalhes o que é essa “beira”. Este termo é muito recorrente entre os moradores de Caraparu. A “beira” do rio é um espaço, onde se concentra grande parte dos bares, das barracas de churrasco e de tacacá das famílias da Vila de Caraparu, ou seja, diz respeito à orla do rio, onde se localiza o “Balneário de Caraparu”.

Nesse local, há também as aparelhagens de som, várias mesas com guardas-sol distribuídas entre os bares e próxima ao rio. Como as vendas, voltadas para o turismo em Caraparu, começaram neste espaço, isto fez com que os moradores locais, ao ser referirem ao comércio na orla do rio passassem a ser expressar da seguinte maneira: “o pessoal aqui vivi da venda lá na beira” ou, “do negócio da beirada”. Nos dias atuais, essas vendas estão cada vez mais se deslocando para as áreas mais centrais do núcleo da Vila. E mesmo com esse processo, a população de Caraparu ainda se refere ao comércio direcionado a visitante como “venda na beira”. Nessa perspectiva, diria que a “beira” diz respeito a uma categoria que designa tal comércio em que o “trabalho de metade” se processa por meio das “trocas recíprocas”.

Nessa direção, Sahlins (1974, p. 128) irá argumentar que as trocas recíprocas nem sempre são equilibradas. Para ele, “as sutilezas da troca recíproca aparecem especialmente quando nos concentramos particularmente na transação material, deixando de lado a ‘reciprocidade’ no sentido de um princípio social amplo ou norma moral de dar e receber”. Com efeito, em Caraparu o “trabalho de metade” que aparece nas relações de trabalho entre os “meeiros da beira” se dá em dois extremos, na medida em que de um lado, está um comércio justo, baseado em trocas monetárias, cujo lucro é dividido em partes iguais entre os parceiros que combina parentes, amigos e/ou vizinhos como expresso na fala da Maria, e de um outro, está um comércio baseado no princípio das trocas desiguais ou como denomina Gouldner, segundo os comentários de Sahlins (1974) em uma “reciprocidade negativa”.

Isto, porque o comércio competitivo da “beira” combina trabalho, oferta e demanda, cujas relações entre os parceiros não-parentes estão no “ganho às custas de outras pessoas”, particularmente, no lucro por comissão e, entre o negociante e o visitante. Isso é

perceptível na fala de Maria, quando diz que trabalhava de metade com o Seu Ribamar. Segundo ela, a sua comissão com a venda da cerveja era menor em relação aos ganhos desse senhor que, na partilha do lucro, ficava com a maior parte do valor monetário por ser o dono da bebida que estava sendo comercializada para os visitantes. O mesmo se aplica nas relações entre essas pessoas que vendem na “beira” e o visitante com certo poder aquisitivo, proporcional ao seu consumo, pois eles são vistos pelos negociantes da “beira”, como àqueles que pagam bem pelo serviço ofertado.

Dessa forma, a “reciprocidade negativa” se processa entre o negociante que cobra um valor elevado pelos serviços ofertados e o visitante que, como relatou Jair “[...] não têm pena de dar dinheiro”. Com isto, não estou querendo dizer que as trocas recíprocas desiguais não se processam também com o “trabalho na roça”, mas não com tanta visibilidade como com a “venda na beira”, pois esta é marcada sutilmente pela força motriz das trocas capitalistas. Segundo Sahlins (1974), o que irá determinar as normas de reciprocidade são as diferenças na maneira como as pessoas lidam umas com as outras em diferentes contextos sociais.

No caso do comércio em Caraparu, o que se percebe é que as trocas desiguais acontecem menos entre os parceiros de comércio da “beira”, pelo fato de a maioria serem parentes, e mais entre estes e os visitantes em que essas trocas são, relativamente, desiguais com vantagens para os primeiros. Jair relatou um fato interessante com relação ao cálculo diferenciado que os “canoeiros” que trabalham na “beira” do rio fazem para cobrar os passeios de canoa e *caiaque* pelo rio Caraparu. Tal relato reforça minhas argumentações com relação às influências das trocas comerciais entre os “meeiros da beira”. “Os estrangeiros que vêm com o pessoal de Belém, quando é eles, o pessoal da canoa pede mais dinheiro, porque eles não têm pena de dá”.

É importante por aqui em evidência, a importância das mulheres que trabalham com a venda do tacacá. Dona Maria das Graças Paixão (50 anos filha de agricultor), conhece muito bem essas mulheres.

São sete mulheres que vende na beira, eu, a mamãe [Dona Maria José], a Antônia, a Adelaide, a Lourdes [filha do Seu Cláudio] a Lina [ex-esposa do Seu Lago] e a Simone. Eu vendo tacacá e vatapá. O resto do pessoal vende maniçoba, tacacá e churrasco. Eu vendo na beira há vinte anos, nas férias a venda é boa de tacacá, sábado, domingo, segunda e terça o dia todo até a hora que tem movimento na beira (Dona Maria das Graças).

Essas mulheres que vendem o tacacá na orla do rio Caraparu não trabalham “de metade” com outras mulheres, mas sim com os membros de suas famílias como filhos e netos. Esses colaboram durante o processo de venda do produto.

Maria informou que as mulheres que vendem tacacá e churrasco na orla do rio não pagam nenhuma espécie de taxa para a prefeitura de Santa Izabel. Segundo ela, somente os bares pagam uma espécie de imposto à prefeitura por necessitarem de licença para atuarem na orla do rio. Isto, porque esses bares são fixos, ao contrário das barracas de tacacá e churrasco que, ao fim do dia, são retiradas da orla do rio. Convém lembrar que essas mulheres que se dedicam ao comércio do turismo são, em sua maioria, filhas ou esposas de agricultores de Caraparu. Muitas delas ainda trabalham na “roça” como é o caso de Dona Maria José. Ela e seu marido, no dizer de Dona Graça, “ainda mexe com roça, eles fazem farinha pro consumo e o tucupi ele vende pra mim eu compro vinte litro no mês de julho, já a Lourdes o tucupi é dela mesma, eles trabalham com roça”.

Segundo a Maria, “a Lourdes e o marido dela tira tucupi e vende na feira de Santa Izabel, o resto ela faz tacacá pra vender na beira. O marido dela trabalha de metade na roça do Seu Paulo”.

Cabe por aqui em evidência, por meio da visualização das figuras 33, 34, 35 e 36, o elemento constitutivo da dinâmica da mudança, qual seja, o “trabalho de metade” identificado nas formas de trabalho que vão ser feitas tanto para a agricultura como para a “venda na beira”.



Fonte: Nobre (2005).

Figura 33: Os “meeiros da roça” na divisão das tarefas, durante a preparação da farinha na unidade de produção familiar ou “retiro”.



Fonte: Nobre (2005).

Figura 34: Os “meeiros da beira” no “trabalho de metade”, evidenciado entre os familiares da Maria cuja residência funciona como uma espécie de unidade de produção familiar. Nela, eles improvisam uma espécie de “puxada” na porta desta residência.



Fonte: Nobre (2006).

Figura 35: O “canoeiro” Aldenor, além de trabalhar com aluguel de canoas na “beira” do rio, trabalha “de metade” com sua cunhada em uma barraca de churrasco que ele possui na “beira” do rio Caraparu.



Fonte: Nobre (2006).

Figura 36: A cunhada do Aldenor na venda do churrasco na “beira” do rio Caraparu.

Parece ser útil concluir essa discussão sobre os novos arranjos sócio-econômicos no modo de vida das famílias de agricultores de Caraparu, adicionando alguns relatos daqueles que atuam nesse comércio. Isto para mostrar o modo como vem ocorrendo o processo dinâmico da mudança, a partir das novas relações de trabalho advindas do comércio do turismo nessa região, e para mostrar como essas mudanças podem ser discernidas nos dados antropológicos.

“Da corrente pra frente são pessoas que vende de tudo, eles são de Santa Izabel e Belém. Pra cá pra beira só é a gente da comunidade. Se vêm alguém de fora, a gente põe pra fora porque só quem pode vender aqui na beira é a gente” (Aldenor).

”Naquela época, quando não tinha essa beira aí, não tinha esse negócio de maconha, agora já tem. Entre dez e treze ano já tão fumando e bebendo. É que o pessoal de fora oferece pros menino daqui. Eles Oferece também pro pessoal que trabalha na canoa, uns fumam outros não” (Jair)

“A droga tá muito forte aqui, por causa do balneário e dos moradores de fora que já moraram aqui, e agora só vêm nas férias de julho, jovens de quatorze anos já tá fumando. Mas, homem porque mulher é pouquinho. Antes já tinha isso, mas não tão intenso como agora” (Maria).

Parece evidente que a mudança se constitui como um processo ininterrupto, pois ela chega pela dinâmica sócio-cultural no âmbito de qualquer comunidade, mas, como salienta Cardoso de Oliveira (1973), como ela chega e o que causa é o que devemos apreender ao se estudar grupos específicos. Com efeito, numa comunidade como a de Caraparu, as famílias de tradição agrícola dessa região “introduziram” os aspectos da mudança em suas vidas e estão lidando com esse processo a partir da criação de novos arranjos sócio-econômicos em que a “venda na beira”, voltada para os visitantes está coexistindo com as atividades da “roça” e do carvão na região de Caraparu.

Esses arranjos familiares vêm, dinamicamente, acontecendo por motivos diversos e específicos de cada uma dessas famílias, mas em geral estão os mais perceptíveis e comuns a essas famílias quais sejam, os ganhos imediatos proporcionados pela “venda na beira” em relação ao “trabalho na roça”, cujo lucro com a venda dos produtos agrícolas é obtido a longo prazo. Isto, porque por ser a mandioca um produto de ciclo longo, o agricultor deve esperar em torno de um ano a oito meses para o processo de colheita e venda desse produto, além das dificuldades que muitas famílias encontram para cultivar a terra. Muitos agricultores por necessidades econômicas e sociais e, pela falta de investimentos do governo local à

agricultura, foram aos poucos “perdendo” suas áreas agrícolas para os fazendeiros de gado, de granjas e donos de olarias na região de Caraparu.

Mas afinal, quem lucra com esses ganhos imediatos proporcionado pela “venda na beira”? Vejamos quem são os principais beneficiados com esse comércio. Segundo o “canoeiro” aldenor, somente os moradores de Caraparu é que têm acesso à “beira” do rio para comercializar seus produtos para “o pessoal de fora”. Nesse sentido, eu diria que entre as pessoas da comunidade de Caraparu que trabalham com o comércio voltado para o visitante, quem obtém maiores vantagens econômicas são os donos dos bares que têm lucros relativamente altos. Seus ganhos econômicos ocorrem das seguintes formas: uns obtêm bons lucros por meio do aluguel de seus estabelecimentos para pessoas de outras regiões que vêm à localidade pelo período das festividades do Círio de Nossa Senhora da Conceição e durante as férias de julho, outros, ao contrário daqueles que alugam seus estabelecimentos para pessoas de outras regiões, preferem obter vantagens econômicas comercializando em seus bares ou, assim como os donos de barracas de churrascos e de tacacá, trabalhando “de metade”, no período referido, no intuito de auxiliar um parente ou um amigo próximo.

Esse trabalho se realiza com a venda de churrasco ou de sorvete em barracas de propriedade dos donos desses bares em que, segundo a Maria, o lucro é dividido entre os envolvidos nesse processo. Convém ressaltar que, para facilitar o “trabalho de metade”, essas barracas se localizam ao lado dos referidos estabelecimentos. Dessa maneira, entende-se que os parentes de Dona Deusa e do Seu Lago obtêm lucros significativos, que se processam por meio das estratégias econômicas referidas.

Os canoeiros Jair e aldenor também têm bons lucros com o aluguel de canoas na “beira” do rio Caraparu. Pode-se dizer que, com uma frota superior aos outros canoeiros, o Jair é o maior beneficiado, em termos econômicos, por conta do aluguel de suas embarcações. Isto talvez se explique pelo fato de ser o Jair, um dos primeiros a realizar essa atividade na “beira” do rio.

Os proprietários das barracas de churrasco e de tacacá têm, segundo seus próprios relatos, “um bom lucro”. Isto, porque muitos membros das famílias de Dona Deusa e do Seu Lago, por não terem condições financeiras de construir um bar na “beira” do rio, criaram, no intuito de obterem maiores vantagens econômicas, estratégias de trabalho que se dão em forma de parceria com irmãos, primos, cunhados e cunhadas, além de amigos próximos. Como já discutido anteriormente, essas estratégias são denominadas por eles de “trabalho de metade”. Já para aquelas pessoas que vendem sua força de trabalho para os proprietários dos bares, o ganho é mínimo em relação às outras categorias referidas. Isto se explica por dois

motivos: primeiro, porque as pessoas que atuam como garçons, garçonetes e cozinheiras nesses bares trabalham somente nos fins de semanas, feriados prolongados e férias. Desse modo, seus ganhos são proporcionais a sua forma de trabalho. Segundo, pelo fato desses ganhos serem relativamente baixo com relação ao lucro que os proprietários desses estabelecimentos obtêm com as vendas de seus produtos.

Importa assinalar aqui como os aspectos da dinâmica da mudança no viver local em Caraparu são perceptíveis nas questões sociais e culturais. Isto é evidenciado nas falas do Jair e da Maria no instante em que relatam a incorporação de hábitos citadinos aos costumes locais. Como exemplo tem-se, o uso freqüente da maconha por jovens que antes não tinham esse hábito que foi incorporado a sua realidade social pelos visitantes e, a causa maior é a prática do turismo voltada para o “Balneário Caraparu”. Isto é o que Jair diz, “[...] quando não tinha essa beira aí, não tinha esse negócio de maconha, agora já tem”.

Os relatos de Maria vêm reafirmar o dito pelo Jair “a droga tá muito forte aqui, por causa do balneário e dos moradores de fora que já moram aqui [...]”.

No entanto percebe-se que ainda há um equilíbrio sócio-cultural entre o modo de vida tradicional e o moderno, na medida em que há um trânsito contínuo entre esses dois modos de vida em que um não descarta o outro, mas coexistem em meio a novos arranjos sociais com suas causas e efeitos que se contrapõem aos hábitos e costumes de uma população constituída, essencialmente, por pequenos agricultores “meeiros da roça” e, no contexto atual, “meeiros da beira”.

5. NOTAS CONCLUSIVAS:

Fazer um estudo da dinâmica no modo de vida das famílias de agricultores de Caraparu me possibilitou compreender como a dinâmica social reorganiza e cria novos arranjos econômicos em uma comunidade, onde, outrora, viviam essencialmente da agricultura, principalmente do cultivo de “roça” de mandioca e de outros produtos de ciclo curto. A mudança é consequência dessa dinâmica social no âmbito de qualquer grupo social, pois ela é resultante dos rearranjos sociais que se processa no interior desse grupo. O interessante apreender é como a sociedade se transforma e refletir sobre as causas que viabilizam essa transformação. Os moradores da Vila de Caraparu vivenciam esse processo no seu modo de vida, na medida em que a criação de novos arranjos econômicos, que vieram

com o turismo nessa região, viabilizou um comércio de ganhos imediatos, paralelo ao “trabalho na roça”.

Esse comércio, denominado pelos moradores locais de “venda na beira”, vem se processando na localidade por interesses convergentes dos grupos internos, no entanto, não se deve deixar de lado as influências externas que viabilizou esse comércio. Posso dizer que tais influências foram possibilitadas pelo aterramento da orla do rio e, por conseguinte, pela implementação do “Balneário Caraparu”, onde se concentra grande parte desse comércio.

Esse processo é como um ciclo e acontece da seguinte maneira: a criação desse balneário proporcionou a chegada do “pessoal de fora” que, por sua vez, gerou novos negócios às famílias locais que por necessidades econômicas, criaram novos arranjos para lidar com o processo. Isto, porque as relações de trabalho que se estabelecem com a “lida na roça” irão se processar também com a “venda na beira” qual seja, o “trabalho de metade”. Contudo, deve-se levar em consideração as causas internas que geraram esses novos arranjos, pois os lucros gerados com o comércio da “beira” são maiores em relação aos poucos ganhos com a “roça” de mandioca que tem seu ciclo entre oito meses a um ano.

Além disso, tem-se os poucos investimentos ao longo da década de 80 até os dias atuais que contribuíram com as dificuldades no cultivo da terra por parte dos pequenos agricultores. Isso fez com que as famílias da Vila de Caraparu começassem a perceber que a venda de comidas e bebidas nos fins de semanas, férias de julho e durante as festas do “Círio do Caraparu”, possibilitava ganhos imediatos com relação ao cultivo de “roça” na região. Isto, porque o pequeno agricultor lucra com a venda dos produtos agrícolas de acordo com o tempo de plantio e colheita desses produtos que, como já discutido anteriormente, dura em torno de oito meses a um ano. Foi então que muitos procuraram formas de lucrar com o turismo de fim de semana na Vila de Caraparu.

Com esse comércio, que cada vez mais se intensifica nessa localidade, houve uma alteração no viver local no qual as famílias rurais estavam acostumadas, na medida em que antes do *boom* da “venda na beira”, os moradores da Vila de Caraparu viviam, essencialmente, da “roça” e do fabrico do carvão. Hoje, eles estão dividindo seu tempo diário entre essas atividades e as vendas na orla do rio. Entre os anos de 2003 e 2006, o que se percebeu em Caraparu foi a integração cada vez mais acentuada dos moradores locais a uma economia de mercado, baseada nas trocas econômicas monetárias. Com a ambição pelo lucro, principalmente por aqueles que já possuem negócios consideráveis na beira do rio, o que poderá acontecer no decorrer desse processo é o abandono das velhas tradições econômicas locais e o estabelecimento dessa nova atividade econômica na região.

A possibilidade de ganhos imediatos na “beira” traz a ambição e com ela a individualidade e o controle desses ganhos em que a parceria verificada entre os que atuam nesse comércio, poderá se diluir ao longo do desenrolar da atividade. Ou então, a divisão dos lucros ocorrer de forma cada vez mais desigual com maiores vantagens para os donos dos meios de produção. Isto, porque muitos que, outrora, eram proprietários de seus meios de produção, no que diz respeito ao “trabalho na roça”, hoje vendem sua força de trabalho com a “venda na beira”, onde uns são garçons, outros cozinheiros. Aqueles que têm seu “próprio negócio”, na orla do rio, nas ruas ou ainda, nas portas de suas residências, “trabalham de metade” com os filhos, irmãos e parentes próximos, que não têm condições financeiras de terem um pequeno estabelecimento fixo para as vendas de bebidas e comidas. Sem esquecer que também, nem sempre, a divisão do lucro se dá em partes iguais.

Desse modo, percebe-se que os fatores que geram mudanças no viver local em Caraparu, estão relacionados com a reorganização da “beira” do rio. Não descartando o fato de que tais mudanças fazem parte da dinâmica social dos grupos locais. Cabe lembrar aqui a fala de Dona Deusa quando diz que, “[...] a gente não vai pra trás, o jeito que tem é acompanhar a mudança”. Lago (1995) em seus estudos sobre a dinâmica social, tenta buscar os fatores que geram as mudanças, argumentando se tais fatores são espontâneos, casuais ou intencionais. Em seguida, esse autor irá salientar que esses três níveis intervêm no processo, mas acabam se definindo ao nível das ações do indivíduo, mesmo que as intenções dos sujeitos sociais envolvidos não sejam idênticas.

Assim é com as famílias de tradição agrícola de Caraparu, onde as mudanças são o resultado dos novos arranjos sócio-econômicos perceptíveis na nova atividade econômica que está coexistindo com a tradicional agricultura de base familiar nessa região. Importa assinalar que essas mudanças variam de acordo com a realidade social dos grupos pesquisados. Elas podem ir do nível mais lento ao mais acelerado, conforme o grau de participação dos grupos no processo corrente em Caraparu. Lago (1995, p. 126) irá dizer que “nenhum grupo humano pode assimilar verdadeiramente aquilo para a qual não está preparado a receber”.

Com efeito, em uma comunidade como a de Caraparu, para os grupos sociais que ainda residem nos terrenos agrícolas, o grau de participação no comércio na “beira” é menor em relação àqueles que moram no núcleo da Vila de Caraparu. Neste núcleo, a força desse comércio contagia a maioria dos moradores, que fazem de tudo para aproveitar os períodos de intensa visitação no balneário no intuito de aumentar os ganhos familiares. Para as famílias que participam indiretamente desse comércio, seu modo de vida ainda é “rústico”, com pouca interferência de uma economia de mercado em termos de trocas monetárias. Elas ainda

trabalham no sistema de parceria ou “meação” com o cultivo de “roça” de mandioca e com o fabrico do carvão. Isto não quer dizer que os elementos da cultura citadina sejam inexistentes na área de “roça”, mas não têm tanta visibilidade como no núcleo da Vila, onde os hábitos e os costumes citadinos se mesclam em meio ao rural com “retiros”, bares e pequenas barracas com a venda de churrasco e de tacacá. É válido ressaltar que a participação daquelas famílias nesse comércio se dá tanto por meio das vendas de seus produtos para pessoas que comercializam na “beira”, como por meio dos passeios no balneário e nas festas dançantes neste espaço.

Importa salientar que os “retiros”, os bares e as barracas com as vendas de churrascos e tacacá são elementos que constituem, no momento atual, as unidades de produção familiar dos moradores de Caraparu, que vivem a tensão entre o modo de vida tradicional e o moderno. Para as pessoas que residem nas áreas de “roça”, os meios de produção são os “retiros” onde preparam a farinha e seus derivados. Já para quem mora núcleo da Vila a modernidade está materializada em uma economia de mercado em que os meios de produção são os quintais, os bares e as barracas de churrascos direcionados ao comércio gerado com o turismo na Vila.

Não posso deixar de considerar que, apesar de o “rústico” e o moderno serem dois modos de vida que estão em constante tensão social, eles se comunicam por meio da “lida na roça”, dos saberes tradicionais no que diz respeito à preparação da farinha de mandioca, dos conhecimentos acerca dos ciclos do meio natural, do poder curativo das ervas medicinais. Além disso, há os saberes no que diz respeito a medicina natural com os “benzedores” e as “parteiras” locais que agem como médicos naturais em meio a medicina moderna evidenciada no “Posto de Saúde da Família Caraparu”, que se localiza no núcleo da Vila.

Importa assinalar que as mudanças que são vistas no âmbito econômico, resultante da dinâmica que se evidencia no viver local em Caraparu, refletem nos fatores sócio-culturais, na medida em que os costumes tradicionais do meio agrícola acabam por se diluírem em meio aos citadinos. Isto, porque o poder aquisitivo, principalmente daquelas famílias que residem no núcleo da Vila de Caraparu, de certa forma, aumentou com os ganhos gerados com a “venda na beira”. Isto proporcionou aos sujeitos sociais a aquisição de elementos da cultura urbana como televisão com antena parabólica, dvd, geladeira, além das residências de madeira ou taipa que estão aos poucos sendo construídas em alvenaria. A tensão entre esses dois modos de vida é perceptível nesses elementos, pois ao mesmo tempo em que possuem residências de alvenaria, possuem também uma “puxada” na parte final da casa. É aqui o lugar onde preparam os alimentos e se reúnem para o almoço e conversam constantemente

com parentes e amigos são constantes. Cabe lembrar que essas “puxadas” são comuns em áreas de tradição agrícola.

Na realidade, são dois mundos que, ao mesmo tempo em que estão divididos no âmbito econômico, caminham lado a lado no âmbito social. Quando digo *dividido*, estou me referindo às trocas monetárias que se processam com a “venda na beira” e as trocas enquanto valor de uso e, com menor força, enquanto valor comercial, que se verificam no campo agrícola. É interessante analisar como a dinâmica social, que resultou em mudanças no modo de vida em Caraparu, viabilizou a existência de um trânsito contínuo entre esses dois mundos. Isso permite, de certa forma, que essas famílias lidem com as alterações no seu viver local, na medida em que se reorganizam e criam estratégias econômicas de vendas voltadas para “o pessoal de fora”, no intuito de tirar maior proveito possível da temporada das férias de julho e fins de semanas em Caraparu.

Além disso, lembremos que o “Círio do Caraparu” é esperado o ano inteiro. Mas por que será?. Retomando essa discussão, devo concluir que a espera por essa festa religiosa não mais se concentra em torno da devoção a Nossa Senhora da Conceição. O Círio Fluvial de Nossa Senhora da Conceição ou “Círio do Caraparu”, como é denominado pelos moradores locais e pelo “pessoal de fora”, é considerado pelos moradores de Caraparu, excetuando as férias de julho, “a melhor época para se ganhar dinheiro”. As pessoas se preparam economicamente e se organizam entre grupos familiares para as vendas em barracas, bares e “puxadas”, nas portas das residências. O afluxo de visitantes é intenso, e no dizer deles, “quanto mais gente, melhor as vendas”.

Isso me faz refletir e compreender como o comércio voltado para os visitantes nessa localidade faz da devoção a Santa padroeira um negócio rentável para as famílias que participam desse comércio. Esse processo foi percebido por mim nos círios de 2004, 2005 e 2006. Como exemplo disso, vejamos o que aconteceu no Círio de 2006 quando estive nessa localidade como convidada para participar do almoço com a família de Dona Deusa. Devido os conflitos violentos ocorridos no Círio de 2005 entre “o pessoal de fora” e os policiais, o afluxo de pessoas foi inferior aos anos anteriores. Isto fez das vendas nos bares e nas barracas, além das “tradicionais” festas de quintais, um negócio não rentável para a maioria dos moradores que participam desse processo. Talvez prevendo que isto poderia acontecer, Dona Izabel decidiu não usar seu quintal como bar e alugá-lo pelo valor de quinhentos reais para um senhor que reside no município de Benevides-Pará. Essa pessoa realizou uma festa com aparelhagem cobrando na entrada da festa certa quantia por pessoa. O resultado não foi muito agradável para o dono dessa festa pelos motivos descritos acima. Os comentários convergiam

para um só tema qual seja, o “Círio tá muito devagar”. A Maria, que estava vendendo na porta de sua residência churrasco, vatapá e tacacá, declarou que suas vendas estavam “muito fraca”.

É interessante salientar que a expressão o “Círio tá muito devagar” denota um sentido de comércio, com poucos visitantes para consumir os produtos nos bares e nas barracas. O que reforça minhas argumentações com relação a essa festa religiosa que está se redefinindo enquanto valor econômico para os moradores de Caraparu. Mas, isto não significa que a devoção a Santa padroeira não seja importante para essas pessoas, pois apenas quero salientar que os novos arranjos econômicos que vêm se processando entre os grupos locais, estão fazendo desse acontecimento cultural um instrumento gerador de ganhos econômicos para as famílias de Caraparu.

Para os moradores da Vila de Caraparu, muitas coisas mudaram na localidade a partir da reorganização da economia. Como exemplo, temos as formas de diversão que antes da implementação do balneário, eram, principalmente para os mais jovens, “tomar banho na beira” e no rio Macuiambá, além de jogar pelada de futebol com os parentes e amigos e de passear no espaço onde, outrora, existia uma pequena praça. Hoje, é o lugar onde se estaciona carros. Nos dias atuais, as formas de diversão dos jovens, adultos e até crianças, estão concentradas no balneário e nas festas dançantes neste local, onde circula “o pessoal de fora”. Essas festas são regadas de muita bebida alcoólica e violência, além do uso freqüente da maconha que não fazia parte da realidade social dos moradores dessa Vila.

Outro exemplo diz respeito às entidades míticas que habitam o fundo do rio Macuiambá e as matas de Caraparu como o curupira e a “cobra coral encantada”, além da matinta perera que costuma visitar os quintais e as ruas dos moradores de Caraparu. Esses seres míticos, assim como a festa religiosa à padroeira de Caraparu, fazem parte da realidade cultural dos habitantes dessa região. Essas entidades, do mesmo modo que “o Círio do Caraparu”, estão recebendo influências das “vendas na beira”. Isto, porque esses seres não estão mais aparecendo com tanta freqüência em seu lugar de morada ou, no caso da matinta perera, nas ruas e nos quintais da Vila em noites escuras. Isto se deve primeiro ao fato de o comércio, direcionado ao visitante, se concentrar na “beira” do rio, onde se encontra o balneário e, muito próximo a morada desses seres (rio Macuiambá). Tal fato acaba, segundo o Seu Manduquinha, incomodando os encantados que têm o costume de realizar seus “trabalhos” nos horários de meio dia e seis da tarde. Neste período o movimento de pessoas é intenso na “beira” do rio. Deve-se também ao fato das ruas da Vila e os quintais dos moradores se encontrarem bastante movimentado nos fins de semanas e nas férias de julho, o que acaba por interferir nas aparições da matinta perera. Essa entidade tem o hábito de visitar

os quintais e as ruas da Vila tarde da noite, quando os moradores já se recolheram em suas casas. Como salientou o Seu Chicoã, “a matinta, aparecia mais antes da beira. Porque agora, tem muita gente na rua”.

Cabe lembrar que para esses moradores, os fatores causais da mudança estão nessa “beira”. Dito de outro modo, a implementação do “Balneário Caraparu” intensificou o afluxo de visitantes na orla do rio e nas ruas da Vila de Caraparu. Isto proporcionou aos moradores dessa localidade, um comércio intenso que acabou por interferir no viver local dessas pessoas. Contudo, não cabe aqui analisar os efeitos particulares desse processo no modo de vida em Caraparu, pois apenas deve-se refletir e compreender que as causas e os efeitos da mudança nessa localidade é um resultado da dinâmica social perceptíveis entre os grupos locais. Essa mudança, mesmo com suas causas e efeitos, segundo suas falas, não tem como não acontecer.

Desse modo, torno a enfatizar a fala de Dona Deusa quando diz que, “[...] o jeito que tem é acompanhar a mudança”, o que me remete a idéia de que mesmo não aceitando certos aspectos dessa mudança, as famílias locais tentam lidar com o processo enquanto um fator dinâmico que para eles, é inevitável. No dizer das famílias de Caraparu, as pessoas, principalmente aqueles que residem no núcleo da Vila onde a influência da “beira” é mais acentuada, estão se dedicando mais às vendas na orla do rio do que a “lida na roça”.

Convém lembrar que não só nesta orla, mas por todo o núcleo da Vila de Caraparu, existem pequenos negócios que vão desde barracas de churrascos e tacacás até a venda de cervejas em pontos estratégicos das ruas da Vila ou, nas portas das residências. Aquelas que não têm esse tipo de venda trabalham como garçons e cozinheiras nos bares da “beira”. Isto está a prenunciar uma alteração maior na estrutura social dessas famílias, pois como enfatiza Cardoso de Oliveira (1973), há dois tipos de mudança: uma quando afeta somente o sistema social e uma outra, quando afeta as instituições sociais enquanto estrutura do sistema. No contexto de Caraparu, são os grupos domésticos de produção familiar que correm o risco de se desestruturarem em função de uma nova forma de produção, baseada numa economia de mercado.

Quero deixar claro que minhas reflexões neste trabalho estão centradas menos no que mudou com a introdução de uma nova atividade econômica nessa região, mas principalmente, em como a dinâmica no modo de vida das famílias de Caraparu está sendo capaz de levar essas famílias a se reorganizarem e a criarem novos arranjos econômicos em meio a um sistema social de trocas econômicas tradicionais. Isto gera reflexões previsíveis sobre a constituição e permanência desse sistema. Dessa forma, o importante é refletir e chamar a atenção para o problema do conhecimento desse processo que acontece, não

somente na Vila de Caraparu, mas em outras regiões do Brasil que estão se dedicando ao comércio do turismo, correndo o risco de ver suas tradições agrícolas se diluírem em favor de uma economia de mercado que deixa de lado certos valores e costumes como a parceria na “roça” e, passa a individualidade, como força maior desse mercado.

Em Caraparu, os “meeiros da roça”, pela própria dinâmica das relações sociais, estão estendendo suas relações de trabalho tradicionais para além do campo agrícola, pois assim como com o “trabalho na roça” com o comércio gerado com o turismo na localidade, eles trabalham “de metade” com os filhos, irmãos e parentes próximos se tornando dessa forma os “meeiros da beira”. Tal fenômeno se explica, talvez, pela possibilidade de os membros dessas famílias não estarem prontos para aproveitar as novas oportunidades econômicas a qual podem resultar em um afastamento das formas tradicionais do viver coletivo rural baseado no sistema de parceria.

No entender de Mair (1965, p. 264), “as pessoas podem muito bem ser afligidas pelo deslocamento produzido pelas mudanças e sentir que os antigos métodos eram melhores”. Com efeito, em Caraparu, àquelas famílias podem por meio do *inconsciente coletivo* sentir que o “trabalho de metade” se constitui o melhor método para se organizarem com a “venda na beira”. Isso não causa, de certa forma, um afastamento total do modo de vida a qual estão acostumados. No entanto, isto pode não ocorrer como eles desejam, na medida em que, como já referido, o “trabalho de metade” nem sempre acontece de forma igualitária para aqueles que estão envolvidos com a atividade. Isso faz com que a parceria se dilua por conta da ambição em ter cada vez mais lucros imediatos proporcionados pelo “negócio da beirada”.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Denize Genuína da Silva. **Pescadores de sonhos**: um olhar acerca da mudança nas relações de trabalho e na organização social entre as famílias de pescadores diante do turismo balnear em Salinópolis – Pará. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003.
- AZZAN, JR., Celso. **Antropologia e interpretação**: explicação e compreensão nas antropologias de Lévi-Strauss e Geertz. Campinas, 1993.
- ALVES, Isidoro Maria da Silva. **O carnaval devoto**: um estudo sobre a Festa de Nazaré em Belém. Petrópolis, 1980.
- BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Lacerda. **Caracterização dos solos da bacia hidrográfica do rio Caraparu**. Município de Santa Izabel do Pará. 2001. Dissertação de Mestrado em Agronomia. Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, 2001.
- BANDUCCI JR, Álvaro. Turismo e Antropologia no Brasil: estudo preliminar. In: BANDUCCI JR., Álvaro; BARRETTO, Margarita (Orgs). **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
- BASTIDE, Roger. Os dois catolicismos; as sobrevivências religiosas africanas; os problemas do sincretismo; as duas aculturações. In: _____. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia da interpretação de civilizações. 2º ed. São Paulo: Pioneira, 1985. p. 157-335.
- BERTRAND, Alves L. **Sociologia rural**: uma análise da vida contemporânea. Tradução de Alzemiro E. Sturns. RJ, 1973.
- CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: SOUZA OLIVEIRA, Cássio Garklins de. et al (Orgs). **Anais do congresso brasileiro de turismo no espaço rural brasileiro**. Piracicaba: FEALQ, 1999.
- CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito**. 5º ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.
- CARDOSO DE OLIVEIRA. **Povos indígenas e mudança sócio-cultural na Amazônia**. Série Antropologia-1, 1973.
- CARNEIRO, Maria de Fátima. Projeto de colonização: as grandes questões. In: **Amazônia**: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental: temas básicos. Brasília: IBANA, 1994.
- CASTELLI, Geraldo. **Turismo**: atividade marcante do século XX. Caxias do Sul: Educs, 1996.
- COSTA, Marcilene. **Negros, morenos ou quilombolas**: memórias e identidades em Macapazinho, Pará. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará. Departamento de Antropologia, 2003.
- DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. SP: Atlas, 2003.

DIÉGUES JR., Manuel. Populações rurais brasileiras. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Orgs). **Vida rural e mudança social**: leituras básicas de sociologia rural. SP: Nacional, 1979.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade: tradução de Vera Ribeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 2000.

FERNANDES, Florestan. Anotações sobre o capitalismo agrário e mudança social no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Orgs). **Vida rural e mudança social**: leituras básicas de sociologia rural. SP: Nacional, 1979.

FERREIRA, Nestor. **História do município de Santa Izabel**, 1984.

FERRETI, Sérgio. Religião e cultura popular: estudo de festas populares e sincretismo religioso. In _____. **Religião e cultura popular**. Htm/texto capturado na Internet no dia 19/11/2003.

SILVA, Yolanda Flores e. Pobreza, violência e crime: conflitos e impactos sociais do turismo sem responsabilidade social. In: BANDUCCI JR., Álvaro; BARRETTO, Margarita (Orgs). **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIDDENS, Anthony. **O sentido da modernidade**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Editora. FGV, 2000.

GIOVANNINI JÚNIOR, Oswaldo. “Cidade presépio em tempo de paixão”. Turismo e religião: tensão, negociação e inversão na cidade de Tiradentes. In: BANDUCCI JR., Álvaro; BARRETTO, Margarita (Orgs). **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

GODELIER, Maurice. Antropologia e economia. **Horizontes da Antropologia**: Lisboa: Edições 70, 1973.

LAGO, Benjamin Marcos. **Dinâmica social**: como as sociedades se transformam. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Trabalhando com história oral: reflexões sobre procedimentos de pesquisa. **Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU)**. Série 2, n. 11, 2000.

LANGNESS, L.L. **História de vida na ciência antropológica**. Tradução de Heloisa Previdello. São Paulo, EPU, 1973.

MAIR, Lucy. **Introdução a Antropologia Social**. Tradução de Edmond Jorge. Ed. Zahar, 1965, cap. 16.

MARIE, Alain. Filiação, consangüinidade, aliança matrimoniais. In: AUGÉ, Marc (Org.). **Os domínios do parentesco** (1975). Tradução de Ana Maria Bessa. Lisboa: Edições 70

MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Padres, pajés, santos e festas**: catolicismo popular e controle eclesiástico. Belém: Cejup, 1995.

_____. **“Uma outra invenção da Amazônia”**. Belém: Cejup, 1999.

MAUÉS, Raymundo Heraldo; VILLACORTA, G.M. **Pajelança e encantaria amazônica**. Trabalho apresentado no Simpósio de Pesquisa Conjunta. “As outras religiões afro-brasileiras”, durante as VIII jornadas sobre Alternativas religiosas na América Latina. SP, 1998.

MAUÉS, Raymundo Heraldo; MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Pesca e agricultura na Amazônia: a integração de uma comunidade rural ao modo de produção capitalista. In: MAUÉS, Raymundo Heraldo. “**Uma outra invenção da Amazônia**”. Belém: Cejup, 1999.

MAUSS, Marcel. Morfologia social: ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. Tradução de Paulo Neves. SP: Cosac & Naify, 2003. ap. 7, p.425-505.

MIRANDA NETO. Desenvolvimento agropecuário. In: _____. **O poder da cidadania: globalização e qualidade de vida**. Ed. Universitária-UFPA, 2003. cap. 7, p. 95-103.

MOREIRA, Hélio Luiz Fonseca. Marudá: aspectos da mudança social em uma comunidade de pescadores da Amazônia. In: FURTADO, L.G.et al (Orgs). **Povos da águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém. Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

NOBRE, Mariléia da Silveira. **O turismo e a questão ambiental na Vila de Caraparu - Santa Izabel do Pará**: perspectivas para o uso e gerenciamento do ambiente sociocultural. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Turismo. Universidade Federal do Pará, 2004.

OLIVEIRA, Rosete da Silva. **Zoneamento tradicional do uso do espaço de Tamatateua**: um exercício etnográfico, 2000. TCC apresentado ao Departamento de Antropologia. Universidade Federal do Pará, 2000.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Problemas de colonização e de uso da terra na região bragantina do Estado do Pará**. Universidade Federal do Pará, 1967.

PREFEITURA DE SANTA IZABEL DO PARA. **Histórico da Vila de Caraparu**, s.d.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. RJ: Zahar Editores, 1979.

_____. **Ilhas de histórias**. RJ: Zahar Editores, 1990.

_____. Economia tribal. In: _____. **Sociedades tribais**. Zahar Editores, 1974. cap. 5, p. 117-133.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **Consolidado das famílias cadastradas em Caraparu no ano de 2003**. Santa Izabel do Pará, 2003.

_____. **Consolidado das famílias cadastradas em Caraparu**. Santa Izabel do Pará, 2006.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. Ed.brasilense, 1987.

STRONZA, A. **Anthropology of Tourism**: forging new ground for ecotourism and other alternatives. Annual Review of Anthropology, Palo Alto, CA, V.30, P. 261-283, 2001.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade: um exemplo de Sociologia pura e formal. In: _____. **Sociologia**. Organizador. Evaristo de Moraes Filho. Tradução de Carlos Alberto Pavanelli et al. SP: Ática, 1983. cap. II, p. 165-181.

WOORTMANN, Klaas. **As famílias das mulheres**. RJ: Tempo brasileiro, Brasília: CNPq, 1987.